



GABINETE DO PREFEITO

Mensagem Nº **049//2022**

Natal, 25 de abril de 2022.

Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as),

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2023, dando cumprimento ao disposto na Constituição Federal, em seu § 2º do artigo 165, à Lei Orgânica do Município, em seu parágrafo 2º do artigo 93, assim como às determinações da Lei Complementar nº 101/2000.

Apesar das incertezas provocadas pela Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), não nos amedrontamos e enfrentamos com altivez em nosso município, o que nos permite agora respirar e planejar uma Natal melhor para todos. Dessa forma, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 apresenta uma projeção de elevação nas estimativas das receitas próprias e de transferências constitucionais, permitindo o acompanhamento das despesas, periodicamente, como forma de definir uma meta fiscal ajustada e superavitária.

Os indicadores econômicos que nortearam a elaboração das Metas Fiscais sofreram oscilações positivas, tendo em vista que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2021 resultou em uma variação positiva de 4,6%, fazendo com que o Governo Federal projetasse uma taxa de crescimento oficial de 5,5% do PIB para o exercício de 2022 e permanecer no mesmo ritmo de crescimento para os anos subsequentes, 2024 e 2025, 2,50% em cada exercício.

Dentro deste contexto é que projetamos retomada gradativa nos investimentos da cidade, dentro de todos os projetos e ações do Plano Plurianual 2022-2025, consoante Lei Municipal nº 7.280, de 30 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial do Município em 31 de dezembro de 2021.

Ademais, em cumprimento às determinações legais e, principalmente, atendendo à necessidade de estabelecer parâmetros e diretrizes orientadoras dos gastos públicos, estão sendo propostas metas e prioridades para Administração Municipal, estabelecidas a partir do real conhecimento das demandas da população, a serem operacionalizadas na amplitude e nos níveis compatíveis com a realidade institucional, econômica e financeira do Município.

Esclarecemos que, atualmente, o poder discricionário do Gestor Municipal na aplicação dos recursos encontra-se limitado, pois existe a obrigatoriedade de respeito às vinculações constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, às transferências para o Poder Legislativo e aos repasses para os fundos legalmente constituídos.

No que se refere aos Riscos Fiscais decorrentes de situações inesperadas ou incertas, que possam afetar o equilíbrio fiscal e a redefinição de ações programadas no orçamento, haverá um



GABINETE DO PREFEITO

acompanhamento contínuo por parte da Administração Municipal. Os Riscos Fiscais expressos no Anexo – este constituído como parte integrante da LDO para o exercício de 2023 – configuram valores expressos pelos quais o Município se encontra preparado para enfrentar os riscos previsíveis ou imprevisíveis, através de ações de acompanhamento de controle que possam afetar os gastos públicos e o equilíbrio fiscal.

Vale salientar que os riscos fiscais apurados pela Procuradoria Geral do Município, caso se concretizem, não serão objeto de pagamento imediato, uma vez que se converterão em Precatórios Judiciais e observar-se-ão todos os requisitos legais constitucionais à respectivas quitações.

Estando, pois, o Projeto de Lei ora submetido à elevada apreciação desta Casa Legislativa, fundamentado nas premissas explicitadas, estamos certos do apoio de Vossa Excelência e de seus ilustres pares para sua aprovação.

Atenciosamente,

ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito

A Sua Excelência,
Vereador Paulo Eduardo da Costa Freire
Presidente da Câmara Municipal do Natal
Palácio Frei Miguelinho, Natal/RN



PROJETO DE LEI

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município do Natal, relativo ao exercício de 2023, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 93, inciso II, § 2º, da Lei Orgânica do Município do Natal e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), compreendendo:

- I** – as prioridades e metas da Administração Municipal;
- II** – a organização e a estrutura do orçamento;
- III** – as diretrizes específicas do orçamento participativo;
- IV** – as diretrizes específicas da participação do Poder Legislativo;
- V** – as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- VI** – as diretrizes específicas do orçamento fiscal e da seguridade social;
- VII** – as diretrizes específicas do orçamento de investimento;
- VIII** – as disposições inerentes às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IX** – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- X** – as disposições relativas aos precatórios judiciais;
- XI** – as disposições relativas às alterações na legislação tributária do Município;
- XII** – as disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - As programações prioritárias para o exercício de 2023, serão especificadas no Anexo de Ações que integra o Plano Plurianual – PPA, as quais terão prioridades na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2023, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 3º – O Anexo de Metas Fiscais e Anexos de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estão definidos, respectivamente, nos Anexos I a X desta Lei.



CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Natal relativo ao exercício de 2023 deverá assegurar os princípios de justiça social, da economicidade, do controle social, da transparência e da eficiência orçamentária, na elaboração e execução do Orçamento Geral do Município.

§ 1º. O princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social.

§ 2º. O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento através dos Conselhos Setoriais, dos Fóruns do Orçamento Participativo e o do Conselho da Cidade do Natal – CONCIDADE.

§ 3º. O princípio da transparência implica – além da observância aos princípios constitucionais da legalidade, publicidade, eficiência e moralidade – na utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento, dando prioridade a campanhas publicitárias em mídias escritas e audiovisuais em tempo hábil.

§ 4º. Os princípios da economicidade e da eficiência orçamentária implicam em salvaguardar o equilíbrio orçamentário na execução do Orçamento Geral do Município, observando a receita real (ou efetivamente realizada) para atender as despesas ordinárias, objetivando sempre garantir o equilíbrio financeiro antes de promover os dispêndios necessários e ainda reduzindo os gastos públicos quando imprescindíveis a este desiderato, nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, encaminhado ao Poder Legislativo no prazo estabelecido no art. 99, inciso III, da Lei Orgânica do Município pelo Chefe do Poder Executivo, será composto de:

- I** – Mensagem;
- II** – Texto do Projeto de Lei;
- III** – Tabelas explicativas das estimativas da receita e previsão da despesa;
- IV** – Orçamento fiscal e da seguridade social a que se refere o art. 93, § 5º, incisos I e III, da Lei Orgânica do Município;
- V** – Orçamento de investimento a que se refere o art. 93, § 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único – Para assegurar a transparência e ampla participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiências públicas, de forma regionalizada, obedecendo ao mínimo de 02 (duas) audiências por região administrativa, abrangendo bairros e comunidades, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, sem prejuízo no Parágrafo Único do art. 2º desta Lei, além de disponibilizar ferramenta virtual por meio da qual a população poderá enviar suas sugestões e elencar prioridades para a Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º - O Orçamento Fiscal destinará recursos, através de programas específicos, às empresas que compõem o Orçamento de Investimento.



Art. 7º - Deverão acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I – evolução da receita e da despesa de que trata o art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – receita por fonte de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social;

III – sumário geral da receita por fonte de recursos e da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social por funções e órgãos do governo;

IV – demonstrativo das despesas por poder e órgão, esfera orçamentária, fonte de recursos e grupos de despesas;

V – demonstrativo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social por órgão e função;

VI – resumo geral das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

VII – resumo geral das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente por fonte de recursos;

VIII – demonstrativo das receitas e despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente segundo as categorias econômicas, conforme preceitua o anexo I da Lei Federal nº. 4.320/1964, e suas alterações;

IX – recursos destinados a investimentos por poder e órgão;

X – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino segundo meta definida na Lei nº 6.603, de 1º de abril de 2016, que aprovou o Plano Municipal de Educação para o decênio 2016 – 2025, observando os limites mínimos constitucionais (art. 212, da Constituição Federal e art. 158 da Lei Orgânica do Município) e detalhando fonte e valores por categoria de programação;

XI – programa de trabalho dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por funções, subfunções, programas e agrupamentos de despesas;

XII – demonstrativo dos projetos/atividades por órgão e unidade;

XIII – demonstrativo da despesa por função;

XIV – demonstrativo da despesa por subfunção;

XV – demonstrativo da despesa por programa;

XVI – compatibilização do Plano Plurianual – PPA a Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 8º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação em seu menor nível com a respectiva dotação, detalhada por grupos de despesa conforme a seguir especificados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o identificador de uso, levando em consideração os aspectos a seguir:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresa;

VI – amortização da dívida;

VII – outras despesas de capital.



Parágrafo Único – As despesas e as receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como o conjunto dos dois orçamentos, serão apresentadas de forma sintética e evidenciando o total de cada um dos orçamentos.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Art. 9 - O Poder Executivo destinará, na Lei Orçamentária Anual do Município, o percentual mínimo de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Tributária do Município para atender ações de caráter do Orçamento Participativo, desde que respeitadas as normas previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo Único – O disposto no caput deste artigo deverá, prioritariamente, ser destinado para as áreas de saúde, educação, cultura, obras urbanas e desporto.

Art. 10 - Será assegurada aos cidadãos sua contribuição no processo do Orçamento Participativo de 2023 da Administração Municipal, por meio de ferramentas virtuais e plenárias regionais e temáticas, a serem convocadas, especialmente para esse fim, pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – As plenárias regionais a serem realizadas, envolvendo temas prioritários, deverão ter a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, com a participação direta das Secretarias afins aos temas objetos de cada plenária.

Art. 11 - O acompanhamento da execução das ações programáticas previstas no orçamento 2023 será realizado com a sociedade civil, através dos Delegados eleitos nas plenárias regionais e temáticas previstas no Parágrafo Único do art. 2º desta Lei, sem prejuízo do acompanhamento previsto pela Lei Federal nº 4.320 e pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

§ 1º - É prioritária a execução de obras e/ou serviços eleitos pelas Plenárias do Orçamento Participativo, que tratam do *caput* deste artigo, salvo os impedimentos de ordem técnica que se entenda como a incompatibilidade do objeto indicado com a finalidade da ação orçamentária, com o programa do órgão ou entidade executora; e as incompatibilidades com o Plano Plurianual, com esta Lei, com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município, com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e com a Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º – Os Órgão municipais que tiverem obras e/ou serviços demandados por meio do Orçamento Participativo deverão enviar, trimestralmente, relatórios de prestação de contas, em modelo a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo.



CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DA PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 12 - Na Lei Orçamentária Anual do Município para o exercício de 2023, será destacado um percentual de 2% (dois por cento) da Receita Tributária – desde que respeitadas a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Federal nº 4.320/1964 –, a ser fracionado paritariamente em favor do corpo parlamentar para atender obras ou serviços indicados por estes, através de requerimentos, observados:

I – Os anexos e termos dispostos no Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, da Administração Direta e Indireta do Município de Natal.

§ 1º - A Mesa Diretora da Câmara Municipal detalhará os investimentos a que se refere o *caput* deste artigo até o limite estabelecido, elegendo suas prioridades em consonância com a anuência do Vereador Autor, devendo produzir um relatório mensal e individualizado para efeito de encaminhamento e posicionamento, observando sempre o Regimento Interno da Câmara e respeitando ainda a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 2º – É obrigatória a execução orçamentária, financeira, de obras ou de serviços indicados pelos parlamentares através de requerimentos de que tratam o *caput* deste artigo, salvo impedimentos de ordem técnica que se entenda como a incompatibilidade do objeto indicado com a finalidade da ação orçamentária, com o programa do órgão ou entidade executora, além dos impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município, na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Lei Federal nº 4.320/1964, observado ainda o disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º – O disposto no *caput* deste artigo poderá ser destinado para as áreas de saúde, educação, cultura, obras urbanas e desporto.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023 alocará recursos do Tesouro Municipal para custeio, investimento e inversão financeira depois de deduzidos os recursos destinados:

I – ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, assim como garantir progressão na carreira e direitos já previstos em lei;

II – ao pagamento da dívida pública;

III – à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil;

IV – ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2022;

V – a reserva de contingência;

VI – ao financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde;

VII – ao repasse financeiro correspondente ao valor do duodécimo do Poder Legislativo nos termos das Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009 e demais normas constitucionais.



VIII – à política de atendimento às crianças e aos adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal;

IX – à política de atendimento aos idosos, nos termos do art. 230 da Constituição Federal;

X – à prioridade dos programas sociais do governo nas áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano, em especial as políticas de prevenção às drogas e os jovens em vulnerabilidade social;

XI – à política de cumprimento do Plano Diretor Municipal;

XII – ao financiamento de ações voltadas à segurança pública do Município do Natal;

XIII – ao financiamento de ações que promovam a regularização fundiária no Município de Natal;

XIV – ao financiamento de ações visando à promoção do turismo na cidade de Natal, especialmente nas feiras e eventos de divulgação nacional e internacional;

XV – ao financiamento da saúde preventiva, com especial atenção para o controle de endemias, garantindo pessoal e insumos;

XVI – ao financiamento de ações voltadas à assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Federal nº 11.340/2006.

XVII – ao financiamento de ações visando a educação ambiental, incentivo a projetos sustentáveis e especial atenção ao reforço de políticas para preservação das zonas de proteção ambiental do município;

XVIII – ao financiamento de ações, visando à promoção da cultura.

Parágrafo Único – Nas alocações de recursos mencionados no *caput* deste artigo, deverão ser levadas em consideração as estratégias de governo com relação à reconstituição e manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do Município durante o ano de 2023.

Art. 14 - O Poder Legislativo e os órgãos que compõem o Poder Executivo remeterão à Secretaria Municipal de Administração, suas respectivas propostas orçamentárias em data a ser fixada, para fins de ajustamento e consolidação dentro do prazo legalmente estabelecido para o respectivo envio à Câmara Municipal do Natal.

§ 1º - O Poder Executivo disponibilizará à Câmara Municipal do Natal por meio eletrônico e fará publicar no Diário Oficial do Município, até trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das Receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo na forma do que dispõe o § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

§ 2º - A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual, previstos neste artigo, serão efetuadas de modo descentralizado, sujeito ao cumprimento das técnicas e normas legais pertencentes às áreas de orçamento, contabilidade, programação e administração financeira.

Art. 15 - A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até dois por cento (2%) da Receita Corrente Líquida prevista para o orçamento de 2022, destinada ao atendimento de Passivos Contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos e à cobertura de despesas com pessoal e encargos da dívida pública e casos de calamidade pública legalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.



Art. 16 – A Lei Orçamentária conterá dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas, reguladas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e pelas demais legislações em vigor.

Art. 17 – A Lei Orçamentária conterá dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos, regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e demais leis em vigor.

Art. 18 - Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas às unidades executoras;

II – incluídos projetos com o mesmo objetivo em mais de um órgão;

III – incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados casos de calamidade pública legalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 19 – Para abertura de créditos adicionais, além dos recursos indicados no art. 43, § 1º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, destinados à cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os valores resultantes de convênios, contratos ou acordos similares celebrados ou reativados durante o exercício de 2022, bem como de seus saldos financeiros do ano anterior e não computados na receita prevista na lei orçamentária.

Art. 20 - Quando da abertura de crédito especial implicar em alteração das ações constantes do quadro demonstrativo desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a fazer as adequações necessárias à execução, acompanhamento e avaliação da ação programada, desde que autorizado pelo Poder Legislativo nos casos previstos em lei, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar Nacional nº 101/2000 e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 21 – No Projeto de Lei Orçamentária, somente serão incluídos os fundos que tiverem sido instituídos e regulamentados até 31 de julho de 2022.

Art. 22 – Na programação de investimentos da administração direta e indireta, serão observadas as seguintes normas:

I – os projetos já iniciados terão preferência sobre os novos:

- a) obras de mobilidade urbana terão prioridade, assim como da drenagem e pavimentação de vias;
- a) serão prioridades da administração pública a atenção e execução prioritária de projetos que estejam no âmbito da saúde pública e de ações ligadas ao programa de controle, cuidado e bem-estar social.

II – não poderão ser programados e orçados novos projetos:

- a) que implique em paralisação de projetos prioritários em execução;



- b) que não tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira previamente comprovada através de análise submetida e aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM;
- c) sem autorização específica do Poder Legislativo.

III – nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual – PPA.

Art. 23 – As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, somente poderão ser programadas para cobrir despesas com investimentos se atenderem, prioritária e integralmente, suas necessidades de custeio administrativo e operacional, incluindo pessoal e encargos sociais, além do pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas, contrapartida de convênios e operações de crédito.

§ 1º – Terão prioridade no atendimento das despesas com investimento de que tratam o *caput* deste artigo, as contrapartidas de convênios.

§ 2º – Nos termos do art.76-B da Emenda Constitucional nº 093, de 8 de setembro de 2016, serão desvinculadas do órgão arrecadador e transferidos para o Tesouro Municipal 30% (trinta por cento) das receitas correntes diretamente arrecadadas.

§ 3º – Excetuam-se da desvinculação de que trata o § 2º:

I – recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II – receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

III – transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação específica em lei.

Art. 24 – Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I – atividades e propagandas político-partidárias;

II – objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;

III – obras de grande porte, sem comprovação da clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais;

IV – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública municipal por serviços de consultoria ou assistência técnica;

V – auxílios a entidades privadas com fins lucrativos.

VI – pagamento, auxílio ou subvenção, a qualquer título, a entidades instituídas, controladas ou que possua em seus quadros agentes políticos no exercício de mandato eletivo;

VII – pagamento, auxílio ou subvenção, a qualquer título, a entidades com fins lucrativos ou empresas privadas, que tenham em seus quadros acionários ou diretores, participação das autoridades do município abaixo listadas, bem como do cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau:



a) do Prefeito;
b) do Vice-Prefeito;
c) do Vereador;
d) de Secretário;
e) do Procurador Geral;
f) do Controlador Geral;
g) de dirigente de qualquer órgão da administração direta, indireta ou autárquica ou fundacional.

Parágrafo Único – As despesas com publicidade de interesse municipal restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação institucional, de investimento, de serviços públicos, de campanhas de natureza educativa ou preventiva, conforme dispõem os termos do Artigo 75 da Lei Orgânica do Município, excluídas as despesas com publicação de editais e outras publicações legais.

Art. 25 – Somente poderão ser incluídas, no projeto de lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito, cuja realização já tenha sido autorizada pelo Legislativo Municipal, ou solicitadas ao Poder Legislativo até o final do mês de agosto do corrente ano.

Parágrafo Único – Serão observados, para consecução e efeito deste artigo, o disposto no § 2º do art. 7º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, e no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

Art. 26 – As programações a serem custeadas com recursos de operações de crédito ainda não formalizadas deverão ser identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Parágrafo Único – Serão observados, para consecução e efeito deste artigo, o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

Art. 27 – A inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2023 somente poderão ser realizadas se estiverem em consonância com o Plano Plurianual – PPA e com esta Lei.

Parágrafo Único – Além do disposto no *caput* deste artigo, a inclusão ou alterações de ações no orçamento de 2023 também necessitarão de autorização do Poder Legislativo através de Lei, salvo as exceções previstas na própria Lei Orçamentária Anual, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 28 – Na elaboração do Orçamento para 2023, serão observadas normas constitucionais relativas a saúde e educação.

Art. 29 – A Lei Orçamentária conterá dispositivo indicando que o Município aplicará:



I – na política de manutenção e promoção da saúde, o estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

II – o mínimo de 30% (trinta por cento) na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, conforme Lei Municipal nº 6.603/2016 (Plano Municipal de Educação do Município de Natal);

III – na política de atendimento às crianças e aos adolescentes em respeito ao disposto no art. 227 da Constituição Federal;

IV – na política da Assistência Social, conforme determina o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em especial, o Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 30 – Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão todos os fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedade de economia mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 31 – As metas e prioridades serão enquadradas em projetos e atividades a serem estabelecidas de acordo com a classificação funcional-programática, nos termos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, vinculada ao Ministério da Fazenda ou nos atos normativos que vierem a lhe suceder ou alterar-lhe.

Art. 32 – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações voltadas para as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições e compensações previdenciárias;

II – das transferências recebidas da União relativas ao Sistema Único de Saúde – SUS;

III – recursos próprios do Município, destinados ao Sistema de Saúde e à assistência social e previdência;

IV – de convênios celebrados com vistas a sua execução;

V – de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente, o orçamento de que trata este artigo.

VI – das transferências recebidas da União relativas ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 33 – Observado o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, é vedada, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a título de subvenções sociais e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, o repasse de dotações orçamentárias seguirá, ainda, as normas fixadas pelo Poder Executivo para concessão dos benefícios previstos no *caput*.



Art. 34 – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização da Prefeitura, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo Único – É vedada a transferência de recursos públicos a entidades privadas que estejam com prestações de contas irregulares ou inadimplentes com o Município do Natal.

Art. 35 – No caso da ocorrência de despesa resultante da criação, expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais que demandam alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e demais preceitos previstos na Constituição Federal.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 36 – O orçamento de investimento é composto pelas empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto, em conformidade com o previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, constará da Lei Orçamentária Anual.

Art. 37 – Os orçamentos das empresas públicas e sociedade de economia mista são integrados pelos seguintes demonstrativos:

- I** – investimento por empresas;
- II** – investimento por subfunção;
- III** – detalhamento dos investimentos por empresa e fonte de financiamento;
- IV** – detalhamento dos investimentos por empresa e projeto.

Art. 38 – O detalhamento das fontes de financiamento do orçamento de investimento será feito por empresa de modo a identificar as receitas oriundas da própria empresa, dos recursos do tesouro municipal, de operações de crédito e outras fontes.

Art. 39 – No processo de elaboração e execução do orçamento de investimento, serão observadas, no que couber, as diretrizes específicas do orçamento fiscal e da seguridade social.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES INERENTES AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40 – Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023, as despesas com pessoal ativo, pessoal inativo e encargos sociais observarão o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º - A fixação das despesas citadas no *caput* do artigo comportará previsão de incorporação, no mínimo, do percentual relativo à meta de inflação definida para 2022 pelo Conselho Monetário Nacional, desde que seja compatível com as determinações previstas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e com a Constituição Federal.



§ 2º - O provimento de cargos e contratação será realizado no limite estritamente necessário e desde que respeitada a legislação vigente.

§ 3º - Fica inserida, nas despesas com a Função Legislativa, a previsão da despesa com implantações de Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Natal, ou suas respectivas reestruturações, bem como de eventuais reajustes salariais e revisão geral anual, previstos em lei e no art. 37, X da Constituição Federal.

I – A revisão geral anual de que trata o art. 37, X da Constituição Federal cuja data base é o mês de março de cada ano, assegurar-se-á o índice que reponha as perdas inflacionárias do ano anterior.

§ 3º - Ficam autorizadas as admissões decorrentes de concursos públicos para preenchimentos de cargos integrantes dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários da Câmara Municipal do Natal

§ 4º. Ficam autorizadas as realizações e admissões de concursos públicos para o preenchimento de cargos integrantes dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Câmara Municipal do Natal.

Art. 41 - Ficam autorizadas as realizações e admissões decorrentes dos concursos públicos para preenchimento de cargos abrangidos pelo Plano de Cargos e Vencimentos dos Funcionários da Administração Direta e Autárquica da Prefeitura Municipal do Natal.

Art. 42 – Observado o disposto nos artigos anteriores esta Lei, o Poder Executivo poderá encaminhar Projetos de Lei visando à:

- I – concessão e absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- II – criação e extinção de cargos públicos;
- III – criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- IV – revisão geral e reajuste do sistema de pessoal, particularmente dos planos de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público.

Parágrafo Único – Fica dispensada do encaminhamento de Projeto de Lei a concessão de vantagens já previstas na legislação, salvo aquelas hipóteses exigidas pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 43 – Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único - Para fixação das despesas com serviços da dívida, devem ser consideradas as operações de crédito contratadas e as autorizações concedidas até 31 de agosto de 2021.



CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS PRECATÓRIOS JUDICIÁRIOS

Art. 44 – As despesas com pagamento de precatórios judiciais da administração direta e indireta correrão a conta de dotações consignadas no orçamento com esta finalidade, obedecendo ao que determina o art. 100 da Constituição Federal e demais normas legais e constitucionais em vigor.

§ 1º - Os precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 2022 deverão ser remetidos à Secretaria Municipal de Administração, para inclusão no Orçamento Geral do Município para 2023, através de relação especificando:

- I** – número do processo;
- II** – número de precatório;
- III** – data da expedição do precatório;
- IV** - data de recebimento da comunicação do Tribunal determinando a inclusão do precatório no orçamento;
- V** – nome do beneficiário; e
- VI** – valor do precatório a ser pago.

§ 2º - Os recursos com destinação prevista neste artigo serão alocados na Procuradoria Geral do Município.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 45 – O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo Projeto de Lei propondo alterações na legislação tributária municipal, se necessário à preservação do equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo Único – A concessão ou ampliação de incentivos, de isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, deverá obedecer ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais preceitos legais e constitucionais.

Art. 46 – As alterações nas políticas de isenção, incentivo fiscal ou de outros benefícios serão objeto de apreciação legislativa e visarão:

- I** – promover a justiça fiscal;
- II** – reconhecer uma reduzida capacidade contributiva;
- III** – promover a redistribuição da renda;
- IV** – incentivar o desenvolvimento de segmentos econômicos do município;
- V** – incentivar a correta utilização do solo, observando-se a função social da propriedade; e
- VI** – fomentar o progresso sustentável do município.

Art. 47 – Ocorrendo alterações na legislação tributária, em consequência de Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal após 30 de setembro de 2022 e que impliquem em acréscimo



relativo à estimativa da receita constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2023, os recursos correspondentes servirão para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo Único – As alterações na legislação tributária terão os seguintes objetivos:

- I** – combater a sonegação, a elisão e a evasão fiscal;
- II** – combater as iniciativas de favorecimento fiscal;
- III** – incorporar o uso de tecnologias modernas da informação como instrumento fiscal;
- IV** – adequar às bases de cálculo do tributo a real capacidade contributiva e a promoção da justiça fiscal, dentro dos princípios da extrafiscalidade;
- V** – simplificar o cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes;
- VI** – adequar à legislação municipal à legislação federal.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 – O Poder Executivo disponibilizará, por meios eletrônicos, as programações contidas no Plano Plurianual – PPA, na Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como as prestações de contas consolidadas anualmente, apuradas no respectivo Balanço Geral do Município e os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF).

Art. 49 – No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2023, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

§ 1º – As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais serão integradas ao Quadro de Detalhamento de Despesas por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

§ 2º – A organização do Quadro de Detalhamento de Despesas constará em sistema informatizado no âmbito da Prefeitura.

Art. 50 - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias, programas, projetos e atividades aprovados na Lei Orçamentária do Exercício de 2023, através de créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação, desmembramento de órgãos e entidades, bem como, alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, assim como, respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação em até 10% (dez por cento), do valor total da despesa fixada no orçamento, excetuando -se as despesas Pessoal e Encargos Sociais, Câmara Municipal de Natal, encargos com a Dívida Pública, Secretaria de Saúde, Educação e Assistência Social, Emendas Parlamentares e Orçamento Participativo.

Art. 51 – O Poder Executivo deverá elaborar e publicar no Diário Oficial no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da Lei Orçamentária Anual para 2023, o Decreto da



Programação Financeira, estabelecendo os limites mensais de despesas e desembolso financeiro por órgão e por categoria de despesa, os quais serão discriminados em anexos e as Metas Bimestrais de Arrecadação, nos termos dos arts. 8º e 13º da Lei Federal nº 101/2000, em consonância com as disposições dos arts. 47 e 50 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo Único - O desembolso mensal estabelecido na Programação Financeira será determinado pela previsão de arrecadação da receita para 2023, que terá como base a média mensal da arrecadação nos anos de 2021 e 2022 e outros fatores de natureza econômico-financeiro que recomende sua reestimativa para valores inferiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 52 – No caso do cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas na presente Lei vierem a ser comprometidos por uma insuficiente realização de Receita, os Poderes Legislativo e Executivo deverão promover redução nas suas despesas, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fixando, por atos próprios, limitações ao empenhamento da despesa e movimentação.

§ 1º - As limitações referidas no *caput* incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:

- I – despesas com serviços de consultoria;
- II – despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
- III - despesas a título de ajuda de custo;
- IV - despesas com locação de mão de obra;
- V - despesas com locação de veículos;
- VI - despesas com combustíveis;
- VII - despesas com treinamento;
- VIII - transferências voluntárias a instituições privadas;
- IX - outras despesas de custeio;
- X - despesas com investimentos, diretas e indiretas; observando-se o princípio da materialidade;
- XI – despesas com comissionados;
- XI – despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
- XII – despesas com serviços de bufett e alimentação em restaurantes.

§ 2º - Com o objetivo de dar suporte às medidas preconizadas no *caput*, o alcance das metas fiscais ali referidas deverá ser monitorado bimestralmente pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 53 - Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para atendimento de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até data de publicação da respectiva Lei.

Art. 54 – Na hipótese da necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, será feita estabelecendo-se percentuais específicos para o conjunto de Projetos e Atividades, buscando-se preservar os gastos com Pessoal, Encargos Sociais e Dívida Pública.



§ 1º - O Chefe de cada Poder, com base no caput deste artigo, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão dos respectivos Poderes terá como limite.

§ 2º - Na hipótese do não atendimento da prescrição do § 1º deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar repasses financeiros necessários ao cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 55 – Em cumprimento ao disposto no *caput* e na alínea “e” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a alocação dos recursos na lei orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 56 – Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:

I – vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964;

II – referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou

III – referirem-se a convênio ou instrumento congênere, cuja efetivação depender de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pelo poder público concedente.

§ 1º - Durante a execução dos Restos a Pagar, não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.

§ 2º - Fica vedada, no exercício de 2023, a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2022 que não tenham sido liquidados até 31 de dezembro de 2021, ressalvado o disposto no inciso II do *caput* deste artigo.

§ 3º - A Controladoria Geral do Município, como órgão de controle interno, verificará o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 57 – Fica a Secretaria Municipal de Administração, através do seu titular, autorizada a estabelecer normas complementares ao processo de elaboração e execução orçamentária.

Art. 58 – Ficam assegurados recursos orçamentários e financeiros para que a Câmara Municipal do Natal possa conceder reajuste remuneratório aos seus funcionários efetivos, assessores parlamentares e cargos comissionados através de rubrica própria.

Parágrafo Único – Os recursos orçamentários para fazer face a esta despesa correrão por conta do disposto na Lei Orçamentária Anual.



Art. 59 – Para os fins desta Lei, ficam estabelecidos a observância e a integridade do equilíbrio orçamentário e financeiro, compatibilizados entre receitas e despesas previamente estimadas.

Art. 60 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Felipe Camarão, em Natal/RN, de abril de 2022.

ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito

TABELA 1

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO 2023

LRF, Art. 4º, § 3º

Em R\$ 1.000,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição		Descrição	Valor
Decisão Judiciais	51.063	Abertura de Créditos adicionais por redução de dotações contidas na Reserva de Contingência	2.000
		Abertura de Créditos adicionais por redução de dotações de despesas orçamentárias	74.063
Dívidas em Processo de Recolhimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências a Epidemias	25.000		
SUBTOTAL	76.063	SUBTOTAL	76.063

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição		Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação (queda nos valores das transferências constitucionais)	15.658	Limitação de empenho e movimentação financeira	15.658
Restituição de Tributos a Maior	2.341	Limitação de empenho e movimentação financeira	2.341
Inflação			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL	94.062		94.062

FONTE: Sistema E-Cidade/Procuradoria Geral do Município//SADOF/SEMAD

Os Riscos Fiscais são a possibilidades de ocorrência de eventos que possam vir impactar, negativamente, o equilíbrio das contas públicas. Sendo classificados de duas formas: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida pública e decorrente de ações judiciais, nem sempre possível estimar com clareza o montante real envolvido, ao passo que as parte que litigam Contra a Fazenda Pública muitas vezes subestimam os valores nas causas visando reduzir as despesa judiciais que litigam contra a Fazenda Pública.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução da despesa, inicialmente não fixada ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento., frente ao atual cenário político-econômico o País vem sofrendo constantes interrupções em decorrências da crise sanitárias, para recompor o Fundo de Participação do Municípios – FPM

Os riscos decorrentes da gestão da dívida, referem-se a possíveis ocorrências externas à administração que, quando efetivadas, resultarão em um aumento do serviço da dívida pública.

Frustração de Arrecadação: decorrente da possibilidade de manutenção de recessão econômica e consequente crise fiscal.

Restituição de Tributos a Maior: Valor correspondente ao valor estimado para o exercício de 2023

TABELA 2

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO 2023

LRF, Art. 4º, § 1º

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	3.749.602	3.640.390	13,33	3.888.434	3.668.334	14,33	4.049.943	3.681.766	14,26
Receitas Primárias (I)	3.631.805	3.526.024	12,92	3.765.618	3.552.470	13,88	3.808.447	3.462.225	13,41
Despesa Total	3.749.602	3.640.390	13,33	3.888.434	3.668.334	14,33	4.049.943	3.681.766	14,26
Despesas Primárias (II)	3.597.570	3.492.786	12,79	3.712.571	3.502.425	13,69	3.745.019	3.404.563	13,18
Resultado Primário (I - II)	102.126	99.151	0,36	129.992	122.634	0,48	189.659	172.417	0,67
Resultado Nominal	-158.939	-154.310	-0,57	-161.525	-152.382	-0,60	-106.041	-96.401	-0,37
Dívida Pública Consolidada	984.550	955.874	3,50	1.013.983	956.588	3,74	1.044.403	949.457	3,68
Dívida Consolidada Líquida	901.076	874.831	3,20	928.109	875.575	3,42	903.258	821.144	3,18

FONTE: PIB Natal (IBGE e Estimativas Próprias)

TABELA 3

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO 2023

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso I

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	2.600.583	10,47	2.742.263	11,04	141.680	5,45
Receitas Primárias (I)	2.516.395	10,13	2.711.637	10,92	195.242	7,76
Despesa Total	2.600.583	10,47	2.742.263	11,04	141.680	5,45
Despesas Primárias (II)	2.715.344	10,93	2.786.308	11,22	70.964	2,61
Resultado Primário (I - II)	-186.576	-0,75	208.668	0,84	395.244	-211,84
Resultado Nominal	-13.889	-0,06	-207.225	-0,83	-193.336	1.392,01
Dívida Pública Consolidada	788.492	3,18	921.220	3,71	132.728	16,83
Dívida Consolidada Líquida	361.103	1,45	843.201	3,40	482.098	133,51

FONTES: PIB Natal (IBGE e Estimativas próprias)

Balanço Geral PMN / Relatório Resumido da Execução Orçamentária

TABELA 4

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO 2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020 (a)	2021 (b)	% (b/a)	2022 (c)	% (c/b)	2023 (d)	% (d/c)	2024 (e)	% (e/d)	2025 (f)	% (f/e)
Receita Total	2.506.586	2.742.263	9,40	3.710.401	35,30	3.749.602	1,06	3.888.434	3,70	4.049.943	4,15
Receitas Primárias (I)	2.473.073	2.711.637	9,65	3.542.776	30,65	3.631.805	2,51	3.765.618	3,68	3.808.447	1,14
Despesa Total	2.506.586	2.742.263	9,40	3.710.401	35,30	3.749.602	1,06	3.888.434	3,70	4.049.943	4,15
Despesas Primárias (II)	2.832.657	2.786.308	-1,64	3.633.837	30,42	3.597.570	-1,00	3.712.571	3,20	3.745.019	0,87
Resultado Primário (I - II)	-125.974	208.668	-265,64	124.254	-40,45	102.126	-17,81	129.992	27,29	189.659	45,90
Resultado Nominal	-285.938	-207.225	-27,53	-155.977	-3.789,00	-158.939	1,90	-161.525	1,63	-106.041	-34,35
Dívida Pública Consolidada	758.166	921.220	21,51	953.462	3,50	984.550	3,26	1.013.983	2,99	1.044.403	3,00
Dívida Consolidada Líquida	347.215	843.201	142,85	872.713	3,50	901.076	3,25	928.109	3,00	903.258	-2,68

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020 (a)	2021 (b)	% (b/a)	2022 (c)	% (c/b)	2023 (d)	% (d/c)	2024 (e)	% (e/d)	2025 (f)	% (f/e)
Receita Total	3.158.298	2.934.221	-7,09	3.710.401	26,45	3.640.390	-1,89	3.668.334	0,77	3.681.766	0,37
Receitas Primárias (I)	3.116.072	2.901.452	-6,89	3.542.776	22,10	3.526.024	-0,47	3.552.470	0,75	3.462.225	-2,54
Despesa Total	3.158.298	2.934.221	-7,09	3.710.401	26,45	3.640.390	-1,89	3.668.334	0,77	3.681.766	0,37
Despesas Primárias (II)	3.569.148	2.981.350	-16,47	3.633.837	21,89	3.492.786	-3,88	3.502.425	0,28	3.404.563	-2,79
Resultado Primário (I - II)	-158.727	223.275	-240,67	124.254	-44,35	99.151	-20,20	122.634	23,68	172.417	40,60
Resultado Nominal	-360.282	-221.731	-38,46	-155.977	-29,65	-154.310	-1,07	-152.382	-1,25	-96.401	-36,74
Dívida Pública Consolidada	955.289	985.705	3,18	953.462	-3,27	955.874	0,25	956.588	0,07	949.457	-0,75
Dívida Consolidada Líquida	437.491	902.225	106,23	872.713	-3,27	874.831	0,24	875.575	0,08	821.144	-6,22

FONTE: IPCA / Relatório Resumido da Execução Orçamentária / Balanço Geral do Município

TABELA 5

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO 2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III

Em R\$ 1.000,00

RECEITAS REALIZADAS	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	55.877	5,54	-305.587	-43,47	-91.754	6,57
Reservas	0		0			
Resultado Acumulado	952.629	94,46%	1.008507	143,47%	702.919	93%
TOTAL	1.008.506	100,00	702.920	100,00	611.165	100,00

FONTE: Contadoria Geral do Município/CGM

TABELA 6

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III

Em R\$ 1.000,00

RECEITAS REALIZADAS	2021	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	3.000,00	528.780,17	664.100,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	3.000,00	528.780,17	664.100,00
Alienação de Bens Móveis		200.600,00	319.100,00
Alienação de Bens Imóveis	3.000,00	328.180,17	345.000,00
TOTAL	3.000,00	528.780,17	664.100,00

DESPESAS REALIZADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	3.000,00	528.780,77	664.100,00
Investimentos	3.000,00	528.780,77	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	664.100,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.000,00	528.780,77	664.100,00
SALDO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00

FONTE: Contadoria Geral do Município/CGM



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso IV, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município do Natal (RPPS Natal) foi reorganizado pela Lei Complementar n.º 063, de 11 de outubro de 2005, adequando-o às prescrições Constitucionais.

A referida Lei, como principais determinações, aumentou a alíquota do servidor ativo de 8% para 11%, instituiu a contribuição previdenciária do aposentado e do pensionista e criou dois Fundos Previdenciários a fim de proporcionar uma melhor gestão para a preservação das fontes de custeio do RPPS Natal, conforme os pertinentes ditames legais.

Atualmente, como fontes do plano de custeio do RPPS Natal temos:

1. Contribuições previdenciárias mensal e compulsória a cargo do Municípios incluídos seus poderes, autarquias e fundações;
2. Contribuições previdenciárias mensal e compulsória a cargo dos segurados do RPPS NATAL e seus dependentes;
3. Doações, subvenções, legados e bens ou direitos de qualquer natureza;
4. Receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;
5. Saldos de contas bancárias do NATALPREV – Instituto de Previdência Social dos Servidores de Natal, e todos os outros valores decorrentes de sua extinção;
6. Rendimento mobiliário e imobiliário de qualquer natureza;
7. Outros ativos financeiros de qualquer natureza.

Além da contribuição prevista no inciso I de acima, fica o Município responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS Natal, decorrentes do pagamento de despesas administrativas e de benefícios previdenciários, observada a proporcionalidade das despesas entre poderes e órgãos ou instituições que tenham servidores vinculados ao referido regime previdenciário, devendo tal aporte complementar ser repassado para o órgão previdenciário no prazo máximo de setenta e duas (72) horas anteriores ao início do pagamento dos benefícios previdenciários, na forma desta lei e de seu regulamento.

Os benefícios oportunizados pelo RPPS Natal e por todos os demais RPPS de servidores públicos estão elencados na Portaria MPAS n.º 4.992/99, na conformidade com o que prescreveu a Emenda Constitucional n.º 20/98, na forma abaixo discriminada:

Quanto ao segurado:

- I. Aposentadoria por invalidez;



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

- II. Aposentadoria compulsória;
- III. Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade;
- IV. Aposentadoria voluntária por idade;
- V. Aposentadoria especial;
- VI. Salário-família.

Quanto ao dependente:

- I. Pensão previdenciária;
- II. Auxílio-reclusão.

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Natal / RN - NATALPREV, na data-base de 31 de dezembro de 2019, conforme disposto no art. 3º da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018.

São assegurados pelo NATALPREV os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

A Lei Complementar nº 063, de 11 de outubro de 2005, segrega massa de servidores em 2 grupos, a saber:

- **Fundo Capitalizado de Previdência - FUNCAPRE:** todos os servidores ativos estão alocados no grupo previdenciário, bem como os benefícios de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos concedidos a partir de 01 de julho de 2002;
- **Fundo Financeiro de Previdência - FUNFIPRE:** abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos concedidos até 31 de junho de 2002.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, data que foi gerada a base cadastral para este estudo, o FUNCAPRE possuía um contingente de 7624 segurados em atividade, 105 aposentados e 31 pensões. Por outro lado, o FUNFIPRE possuía um contingente de 4842 segurados em atividade, 4.274 aposentados e 1.033 pensões.

Ressalte-se que, na data focal desta Reavaliação, os servidores ativos e o município contribuíam para o custeio dos benefícios do FUNCAPRE e FUNFIPRE com uma alíquota de 11,00% e 22,00%, respectivamente. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuíam com uma alíquota de 11,00%, incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS. O Município de Natal aprovou na Lei Complementar nº 193, de 10 de setembro de 2020, alterando dispositivos da Lei



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

Complementar nº 063, de 11 de outubro de 2005 onde modifica a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores ativos para 14,00%, juntamente com os aposentados e dependentes, pensionistas, vinculados ao RRPS Natal, com benefícios concedidos a qualquer tempo pelo respectivo RPPS.

o plano de custeio vigente, as Provisões Matemáticas do FUNCAPRE perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 310.484.781,19. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 546.624.665,41, atestamos que tal fundo apresentou um Superávit Atuarial igual a R\$ 236.139.884,22.

Sobre a situação financeira do FUNCAPRE, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se que o resultado financeiro representa 29,82% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

No tocante ao FUNFIPRE, as Provisões Matemáticas perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 4.767.636.453,45. Sendo o valor do saldo devedor dos créditos de R\$ 141.817,48, atestamos que tal fundo apresentou um Déficit Atuarial igual a R\$ 4.767.494.635,97.

Sobre a situação financeira do FUNFIPRE, na data-base desta Reavaliação Atuarial, considerando uma arrecadação total de contribuição de R\$ 5.618.803,81, e uma despesa total de R\$ 21.811.453,501 verifica-se a existência de um déficit financeiro mensal da ordem de R\$ 16.192.649,69.

Conforme definido na Emenda Constitucional nº. 103/2019, os Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão praticar alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, salvo na situação de ausência de déficit atuarial, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao INSS. Não obstante, foi estabelecido que não será considerada como ausência de déficit atuarial a implementação de segregação da massa ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit.

Assim, com a alteração da lei complementar nº 193, de 10 de setembro de 2020, a alíquota de contribuição dos servidores, sugerimos manter as alíquotas estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº193/2020 de 14,00% para os segurados 22,005 para a patronal, respeitando o disposto no art. 10 da Lei nº 10.887/2004.

Base Técnica Atuarial

A Base Técnica Atuarial é composta por todas as premissas, hipóteses e técnicas matemáticas, dentre outras, que norteiam o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC), do Custo Normal (CN) e do Custo Suplementar (CS) do Sistema Previdenciário. Para o cálculo dessas Provisões Matemáticas foi utilizado o método chamado prospectivo³, que equivale à diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras.



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

As Tábuas Biométricas⁴ são tabelas estatísticas que determinam para cada idade⁵, a probabilidade da ocorrência de algum evento, a saber: morte, sobrevivência, entrada em invalidez, morte de inválido ou rotatividade (turnover).

Premissas Utilizadas

As premissas são variáveis fundamentais que influenciam diretamente no resultado do Cálculo Atuarial e, em função disto, precisam ser muito bem mensuradas e Conforme o inciso I do artigo 21º da Portaria MF n.º 64/2018, poderão ser utilizadas no cálculo atuarial quaisquer tábuas, desde que não excedam os limites estabelecidos pela tábua atual de mortalidade gerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Variando normalmente de 0 (zero) a 115 (cento e quinze) anos.

Taxa de juros real

Corresponde ao retorno esperado das aplicações financeiras de todos os ativos garantidores do RPPS no horizonte de longo prazo que assegure o equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Capitalizado, ou à taxa de juros parâmetro, conforme normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS.

Em conformidade com o art. 26 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, a taxa de juros real a ser utilizada deverá ter, como limite máximo, o menor percentual entre a: rentabilidade futura dos investimentos prevista na política anual de investimentos e a taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de taxa de Juros Média seja mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Desta forma, conforme o disposto na Política de Investimentos do NATALPREV, a taxa de juros utilizada como desconto financeiro foi de **5,88% ao ano, para o FUNCAPRE e para o FUNFIPRE**.

Taxa de inflação

Utilizou-se o fator de capacidade dos benefícios dos assistidos de 98,01%, o fator de capacidade reflete a perda do poder aquisitivo em termos reais ocorrida nos salários ou benefícios, obtidos em função do nível de inflação estimada no longo prazo e da frequência de reajustes. Para fins de cálculo, foi utilizado como hipótese a inflação anual de 4,50%.

Entrada no mercado de trabalho e em aposentadoria

Para a hipótese da “Idade estimada de entrada em aposentadoria programada” foi calculada a elegibilidade de cada servidor aposentado para um benefício programado, levando em consideração suas informações cadastrais e as regras de elegibilidade vigentes e depois comparada com a idade que foi concedido o benefício.

Desta forma, observou-se que os servidores demoram 5 anos, em média, para requerer o seu benefício de aposentadoria programada.

Outras Informações Relevantes

Existem outras informações que são importantes de serem registradas, quando da realização do cálculo atuarial. Destacam-se nesse item a data de criação do RPPS, os percentuais de contribuição atualmente



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

praticados por patrocinador e seus participantes, bem como o valor do salário-mínimo e do teto de benefícios pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), vigente na data da Avaliação Atuarial.

Base Legal

Utilizou-se nesse trabalho a base legal representada pela legislação aplicável aos RPPS. O embasamento legal parte do art. 40 da Constituição Federal de 1988 e a partir deste, uma série de Emendas Constitucionais, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Portarias, Resoluções e Orientações Normativas, dentre outras que regem a matéria previdenciária.

Foram também levadas em consideração as seguintes normas municipais:

- Lei Complementar nº 063, de 11 de outubro de 2005; e
- Lei Complementar nº 193, de 10 de setembro de 2020;

A Lei Complementar nº 063, de 11 de outubro de 2005, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município do Natal – RPPS Natal, conforme disposto no artigo 40 da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis a espécie, dispondo acerca do plano dos benefícios garantidos aos seus beneficiários e do plano de custeio de suas respectivas despesas.

A Lei Complementar nº193, de 10 de setembro de 2020, altera dispositivos da Lei Complementar nº063, de 11 de outubro de 2005, reorganiza o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município do Natal e dá outras providências.

Base cadastral

A base cadastral é aquela onde constam todas as informações relativas aos participantes ativos e assistidos (tais como datas de nascimento, datas de admissão, datas de início de benefício, sexo, estado civil, número de dependentes, tempo de contribuição ao INSS, valor do salário, valor do benefício, composição familiar, dentre outras). Uma base cadastral consistente nos levará aos resultados atuariais mais próximos à realidade do sistema em questão, sendo a inversa também verdadeira, ou seja, uma base de dados pobre e inconsistente causará vieses na análise, dada a necessidade de adoção de hipóteses conservadoras, causando aumentos nos custos do sistema.

A base cadastral utilizada nesta avaliação contém informações sobre os servidores ativos e aposentados do Município de Natal, bem como dos dependentes destes servidores e, ainda, as informações cadastrais dos pensionistas. A tabela a seguir informa a data base em que foram gerados os dados e a data base em que foi realizada a avaliação atuarial.

É importante considerar que à medida que o tempo passa, haverá participantes em gozo de benefícios, alterando a proporção entre ativos, aposentados e pensionistas, podendo chegar à equiparação. Atendendo ao que dispõe o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação ajustada pela EC nº 103/2019, transcrito a seguir, foram considerados nesta avaliação atuarial os servidores titulares de cargos efetivos.



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

...

§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

É importante considerar que à medida que o tempo passa, haverá participantes em gozo de benefícios, alterando a proporção entre ativos, aposentados e pensionistas, podendo chegar à equiparação.

Despesa com Pessoal por Segmento – FUNCAPRE

Ressalte-se que, na data focal desta Reavaliação, os servidores ativos e o município contribuíam para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 11,00% e 22,00%, respectivamente. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuíam com uma alíquota de 11,00%, incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

Sobre a situação financeira do FUNCAPRE, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se que o resultado financeiro representa 29,82% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Patrimônio do FUNCAPRE

É o somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, **excluído a reserva administrativa.**

Ressalta-se que, em 31/12/2019, o **NATALPREV possui reserva administrativa no montante de R\$ 11.261.040,39**, que por sua vez são administrados de forma separada do patrimônio informado na tabela acima.

Benefícios em Capitalização – FUNCAPRE

O Regime Financeiro de Capitalização (Full Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o FUNCAPRE se verificarão.



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

Conforme o § 1º do artigo 12 da Portaria MF nº 464/2018, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

Desta forma, para o cálculo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (reversível aos dependentes) utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de reservas o **Agregado**.

Sobre o método supramencionado, segundo a Instrução Normativa SPREV nº 04/2018:

Em relação à forma de cálculo do custo normal, um método pode ser categorizado como:

agregado, quando não é possível identificar o custo e a alíquota individual de cada segurado, segundo a situação e características de cada um, sendo que o custo normal e a alíquota normal decorrem de um fator médio, tais como anuidade ou período, ponderado pela remuneração de contribuição, idade, tempo de contribuição a decorrer ou outra característica objetiva relativa a cada segurado que fará jus ao para o benefício.

Desta forma, nesta Reavaliação, o Custo Normal do benefício de Aposentadoria Voluntária e Compulsória é definido pela diferença entre soma das alíquotas definidas em Lei e aquelas calculadas atuarialmente, pelo regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, para os demais benefícios, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

Benefícios em Repartição de Capitais de Cobertura

O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (Terminal Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir integralmente as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorrente dos benefícios gerados nesse mesmo período.

Conforme o § 2º do artigo 12 da Portaria MF nº 464/2018, o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como pensão por morte de segurados ativos.

Há formação de provisões apenas quando do fato gerador do benefício, sendo, provisão para benefícios concedidos.

Custo Normal Total – FUNCAPRE

O Custo Normal Anual Total do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas e dos de benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez), adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibra-



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

do durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial. Na reavaliação atuarial anual obrigatória, as reservas deverão ser recalculadas e será verificada a necessidade ou não de alteração na alíquota de contribuição.

Plano de Custeio

As contribuições vertidas ao NATALPREV, referente ao Custo Normal, somavam 33,00% (11,00% para o servidor e 22,00% para o Município), em 31/12/2019.

Conforme definido na Emenda Constitucional nº 103/2019, os Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão praticar alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, salvo na situação de ausência de déficit atuarial, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao INSS. Não obstante, foi estabelecido que não será considerada como ausência de déficit atuarial a implementação de segregação da massa ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit.

Ainda, conforme disposto no art. 10 da Lei nº 10.887/2004, que modifica o art. 2º da Lei nº 9.717/1998, a contribuição patronal não poderá ser, nem inferior ao valor da contribuição do segurado, nem superior ao dobro dessa contribuição.

Assim, considerando que a Lei Complementar Municipal nº 193 de 17 setembro de 2020, alterou a alíquota de contribuição dos servidores ativos, aposentados e pensionistas para 14,00% e manteve a alíquota de contribuição previdenciária do Município em 22,00%, sugerimos a manutenção desse plano de custeio já estabelecido em lei.

Provisões Matemáticas e Resultado Técnico Atuarial

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados. Em outras palavras, corresponde ao somatório das reservas financeiras necessárias ao pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões descontadas as respectivas contribuições futuras que serão vertidas ao plano de previdência, tanto da parte patronal como da parte dos servidores, no que couber. Ainda, as Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- **Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- **Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento que já foram concedidos pelo RPPS. Conforme disposto no § 5º, art. 3º da Portaria MF 464/20188 a tabela a seguir apresenta as Provisões Matemáticas calculadas e a situação na qual se encontra o sistema previdenciário em questão (déficit, equilíbrio ou superávit), considerando o plano de custeio vigente em Lei na data focal da avaliação atuarial.

Sobre a compensação financeira referente aos benefícios a conceder, estimou-se utilizando como base o tempo de serviço anterior dos servidores anteriormente à admissão no Município para o RGPS, sendo está limitada a 8,90% sobre o Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores.



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos RGPS, em conformidade com a Portaria MF nº 464/2018 e a Instrução Normativa SPREV nº 9/2018.

Para entendimento do quadro Provisões Matemáticas apresentamos as seguintes definições:

- **Valor Presente dos Benefícios Futuros** – corresponde ao somatório de pagamentos futuros que serão efetuados pelo RPPS, trazidos à data atual, descontados os juros acumulados em cada período e as probabilidades de decremento do grupo de servidores ativos, seja por morte, aposentadoria, invalidez, exoneração ou demissão;
- **Valor Presente das Contribuições Futuras** – corresponde ao somatório de contribuições futuras que serão efetuados para o RPPS, trazidos à data atual, descontados os juros acumulados em cada período e as probabilidades de decremento do grupo de servidores ativos, seja por morte, aposentadoria, invalidez, exoneração ou demissão.

Parecer Atuarial - FUNCAPRE

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Natal - NATALPREV, buscando verificar a adequação do atual Plano de Custeio previdenciário, contratou a INOVE Consultoria a fim de elaborar a avaliação atuarial do plano previdenciário para o exercício de 2020.

Procedeu-se a Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2019, contemplando as normas vigentes, bem como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, todos posicionados na data-base de 31/12/2019.

Composição da massa de segurados

A composição da população de servidores do FUNCAPRE do NATALPREV demonstra que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 1,78% da massa de servidores ativos. Esta distribuição aponta para uma proporção de 56,06 servidores ativos para cada benefício concedido por se tratar de Fundo em Capitalização de uma segregação de massas, todos os novos servidores admitidos serão alocados no FUNCAPRE. Desta forma, o Plano tende a um crescimento no quantitativo de servidores, até atingir o quantitativo total de servidores ativos existente no Município.

Considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.

Neste ínterim, torna-se essencial à constituição de um plano previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Provisões Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

Adequação da base de dados utilizada



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

Procedemos à Avaliação Atuarial com o intuito de avaliar as alíquotas de contribuições com base nos dados individualizados dos servidores ativos do Grupo Previdenciário do Município de Natal, na data base de 31 de dezembro de 2019. Após o processamento das informações, consideramos os dados suficientes para a elaboração da presente Avaliação Atuarial.

Entretanto, cabe ressaltar que a base de dados disponibilizada para a elaboração deste estudo técnico atuarial não contemplava o tempo de serviço anterior dos servidores ativos do Grupo Previdenciário, razão pela qual adotamos como premissa a idade de entrada no mercado de trabalho resultante de vinte e cinco anos.

Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados

Para as PMBaC de aposentadorias programadas, utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de reservas o Agregado. Neste método, o Custo Normal do benefício de Aposentadoria Voluntária e Compulsória é definido pela diferença entre soma das alíquotas definidas em Lei e aquelas calculadas atuarialmente para os demais benefícios, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

Para os benefícios de Pensões por Morte, Aposentadoria por Invalidez e reversão, adotou-se o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

Hipóteses utilizadas

As bases técnicas utilizadas foram eleitas devido às características da massa de participantes e particularidades do Plano:

- ✓ Taxa de Juros Reais: 5,88% (cinco virgula oitenta e oito por cento);
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência): IBGE-2018 (Homens e Mulheres);
- ✓ Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): IBGE-2018 (Homens e Mulheres);
- ✓ Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE-2018 Ambos;
- ✓ Crescimento Salarial: 1,00% a.a. (um por cento);
- ✓ Rotatividade: 0,00% a.a. (não utilizada);
- ✓ Taxa de Administração: 2,00% (dois por cento).

Utilizou-se o fator de capacidade dos benefícios dos assistidos de 98,01%, o fator de capacidade reflete a perda do poder aquisitivo em termos reais ocorrida nos salários ou benefícios, obtidos em função do nível de inflação estimada no longo prazo e da frequência de reajustes. Para fins de cálculo, foi utilizado como hipótese a inflação anual de 4,50%. Para a utilização da taxa de crescimento salarial descrita acima, fez-se uma projeção do crescimento salarial dos servidores ativos com base no banco de dados enviado.



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

Esta projeção foi elaborada a partir de uma regressão exponencial do salário médio dos servidores por idade. Desta forma, chegou-se à conclusão de que a cada ano de trabalho no Município o salário real do servidor sofre um impacto de 4,44%. Recomenda-se um acompanhamento constante dessa hipótese, e caso se confirme tal nível crescimento nos próximos estudos, a taxa de crescimento salarial deverá ser revista. Assim, em atendimento ao artigo 25 da Portaria MF nº 464/2018, utilizou-se a taxa de crescimento salarial mínima de 1,00% a.a. (um por cento) **10.5) Metodologia utilizada para o cálculo do valor da COMPREV a receber** Sobre a compensação financeira, estimou-se utilizando como base o tempo de serviço anterior dos servidores anteriormente à admissão no Município para o RGPS, sendo limitada a 8,90% sobre o Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores Ativos.

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos RGPS, em conformidade com a Portaria MF nº 464/2018 e a Instrução Normativa SPREV nº 9/2018.

10.6) Composição dos ativos garantidores do FUNCAPRE

Os Ativos Garantidores do Plano, destinados aos benefícios dos segurados, estão posicionados em 31/12/2019, sendo:

- Renda Fixa: R\$ 444.065.861,18;
- Renda Variável: 29.818.891,63;
- Segmento Imobiliário – Fundos Imobiliários: R\$ 9.370.490,16;
- Demais bens, direitos e ativos: R\$ 1.286.672,75;
- Saldo dos Acordos de Parcelamento: R\$62.082.749,69

Ressalta-se que, em 31/12/2019, **o NATALPREV possui reserva administrativa no montante de R\$ 11.261.040,39**, que por sua vez são administrados de forma separada do patrimônio

Situação financeira e atuarial do RPPS

Considerando o plano de custeio vigente, as Provisões Matemáticas do FUNCAPRE perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 310.484.781,19. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 546.624.665,41, atestamos que tal fundo apresentou um Superávit Atuarial igual a R\$ 236.139.884,22.

Ainda, sobre a situação financeira do FUNCAPRE, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se que o resultado financeiro representa 29,82% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Plano de Custeio a ser implementado

As contribuições atualmente vertidas ao NATALPREV, para o Custo Normal, somam 33,00% (11,00% para o servidor e 22,00% para o Município).



Prefeitura Municipal do Natal *Gabinete do Prefeito*

Conforme definido na Emenda Constitucional nº. 103/2019, os Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão praticar alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, salvo na situação de ausência de déficit atuarial, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao INSS. Não obstante, foi estabelecido que não será considerada como ausência de déficit atuarial a implementação de segregação da massa ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit.

Assim, considerando que a Lei Complementar Municipal nº 193 de 17 setembro de 2020, alterou a alíquota de contribuição dos servidores ativos, aposentados e pensionistas para 14,00% e manteve a alíquota de contribuição previdenciária do Município em 22,00%, sugerimos a manutenção desse plano de custeio já estabelecido em lei conforme.

Análise comparativa dos resultados

Em relação às alterações da Reavaliação Atuarial realizada em 2019 para a Reavaliação Atuarial de 2020, referente ao FUNCAPRE, houve uma diminuição de 27,02% na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder devido a alteração demográfica dos participantes ativos após a entrada em 1311 servidores em 2019.

Já a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos teve um crescimento de 40,73% em relação ao exercício de 2019 devido ao aumento do quantitativo de aposentadorias e pensões concedidas.

.

Identificação dos principais riscos do plano de benefícios

Os riscos atuariais aos quais o Plano de Benefícios está submetido decorrem principalmente da inadequação das hipóteses e premissas atuariais, as quais apresentam volatilidade ao longo do período de contribuição e percepção de benefícios, sendo que para o RPPS, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico financeiras. Contudo, cabe ressaltar que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados estão em acordo com as práticas atuariais aceitas, bem como em consonância com a legislação em vigor que parametriza às Avaliações e Reavaliações Atuariais dos RPPS.

Ademais, reafirmamos, de modo especial, a importância da regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pelo Município ou Segurados deverão ser atualizadas monetariamente e acrescidas de juros, a partir da data em que foram enviadas. Isto decorre do fato de que sendo as contribuições partes integrantes do plano de custeio, a falta de repasse ou atraso e sua consequente não incorporação às reservas financeiras, além de inviabilizar o RPPS em médio prazo, resulta em déficit futuro, certo e previsível. Ressaltamos que as contribuições referentes aos servidores ativos deverão ser repassadas integralmente, conforme determina a legislação vigente e pertinente.

Considerações Finais



Prefeitura Municipal do Natal
Gabinete do Prefeito

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do FUNCAPRE do NATALPREV, em 31 de dezembro de 2019, apresenta-se de forma equilibrada no seu aspecto financeiro e atuarial, conforme comprova a existência do Superávit Técnico Atuarial, porém, para atendimento às novas exigências da EC nº 103/2019, recomenda-se a manutenção das alíquotas de contribuição dispostas na Lei Complementar Municipal nº 193/2020.

Fonte: Relatório de Reavaliação Atuarial/2020 (FUNFIPRE E FUNCAPRE) do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Natal – RN – Plano Previdenciário e Financeiro.

Elaborado pelos atuários:

Thiago Silveira

Diretor Técnico Atuarial

Atuário MIBA nº 2756

ANBIMA - CPA – 20

Italo Igor Gomes Nascimento

Coordenador Técnico Atuarial

Atuário MIBA nº 3264

ANBIMA - CPA – 10

As informações constantes deste documento encontram-se no Cálculo Atuarial 2020 do NATALPREV, postado no CADPREV.- SPS.

TABELA 7 – A

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS – FUNFIPRE
2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

Em R\$ 1.000,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	33.811.331,38	37.726.323,87	44.477.923,32
Receitas de Contribuições	32.752.953,78	30.155.750,84	34.592.547,63
Pessoal Civil	32.752.953,78	30.155.750,84	34.592.547,63
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	6.938.186,61	9.713.635,65
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	1.058.377,60	632.386,42	171.740,04
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	45.109.961,78	39.400.972,88	38.568.664,18
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil	45.109.961,78	39.400.973	38.568.664
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DO DÉFICIT	195.515.480	220.895.839	190.166.058,12
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	78.921.293,16	77.127.296,75	83.046.587,50

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2019	2020	2021
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.749.836,50	5.951.198,31	7.569.986,65
Despesas Correntes	5.038.084,48	5.951.198,31	7.569.986,65
Despesas de Capital	711.752,02	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	278.836.744,48	293.089.165,70	280.618.124,83
Pessoal Civil	278.836.744,48	293.089.165,70	280.618.124,83
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS			
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS			
RESERVA DO RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	284.586.580,98	299.040.364,01	288.188.111,48

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	-205.665.288	-261.314.040	-243.710.188
---	---------------------	---------------------	---------------------

DISPONIBILIDADE FINANCEIRAS DO RPPS	1.175.780,28	919.475,67	302.852,00
-------------------------------------	---------------------	-------------------	-------------------

FONTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município do Natal - NATALPREV

TABELA 7 – B

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS – FUNCAPRE
2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

Em R\$ 1.000,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	0	0	0
Receitas de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DO DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	0	0	0

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS			
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS			
RESERVA DO RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	0	0	0

DISPONIBILIDADE FINANCEIRAS DO RPPS			
-------------------------------------	--	--	--

FONTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município do Natal - NATALPREV

TABELA 8 – A

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS - FUNCAPRE
2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

Em R\$ 1.000,00

EXERCÍCIOS	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS.	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT DO RPPS
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a+b-c)	(e)
2109	451.143,19	73.978.673,41	2.932.231,33	71.497.585,27	0,00
2020	538.167,35	128.289.448,47	8.534.082,24	120.293.533,58	0,00
2021	9.810.463,59	128.747.406,71	19.549.913,07	119.007.957,23	0,00

FONTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município do Natal - NATALPREV

(Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO dos Exercícios de 2019 a 2020)

TABELA 8 -B

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS – FUNFIPRE
2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

Em R\$ 1.000,00

EXERCÍCIOS	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS.	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT DO RPPS
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a+b-c)	(e)
2109	45.109.961,78	78.921.293,16	284.586.580,98	-160.555.326,04	195.515.479,83
2020	39.400.972,88	57.150.165,44	276.596.482,88	-180.045.344,56	220.595.839,46
2021	38.568.664,18	54.858.563,34	335.931.155,54	-242.503.928,02	190.166.058,12

FONTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município do Natal - NATALPREV

(Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO dos Exercícios de 2019 a 2020)

TABELA 8 -C

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NATAL - NATALPREV
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL
PERÍODO (2020 – 2095)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - FUNCAPRE

LRF, art 53 §1º, inciso II - Anexo X

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a- b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2020	0,00	0,00	0,00	546.823.120,47
2021	139.720.019,19	25.822.755,37	113.897.263,82	660.720.384,29
2022	145.144.090,31	30.132.057,82	115.012.032,49	775.732.416,78
2023	150.624.654,72	34.342.164,69	116.282.490,03	892.014.906,81
2024	156.117.575,31	38.639.581,54	117.477.993,77	1.009.492.900,58
2025	161.388.899,09	43.591.758,03	117.797.141,06	1.127.290.041,64
2026	166.417.859,73	49.033.447,86	117.384.411,87	1.244.674.453,51
2027	171.247.480,65	54.777.687,49	116.469.793,16	1.361.144.246,67
2028	175.512.928,98	61.861.675,87	113.651.253,11	1.474.795.499,78
2029	179.647.636,46	68.638.144,19	111.009.492,27	1.585.804.992,05
2030	183.720.275,58	75.183.629,80	108.536.645,78	1.694.341.637,83
2031	186.953.416,94	83.266.991,86	103.686.425,08	1.798.028.062,91
2032	190.261.405,24	90.349.206,11	99.912.199,13	1.897.940.262,04
2033	192.735.156,82	98.866.604,86	93.868.551,96	1.991.808.814,00
2034	194.600.003,81	107.917.065,88	86.682.937,93	2.078.491.751,93
2035	196.398.392,16	115.807.640,06	80.590.752,10	2.159.082.504,03
2036	197.236.991,03	125.098.563,06	72.138.427,97	2.231.220.932,00
2037	198.111.973,76	132.911.039,06	65.200.934,70	2.296.421.866,70
2038	197.756.071,44	142.600.727,93	55.155.343,51	2.351.577.210,21
2039	196.982.290,06	151.785.799,41	45.196.490,65	2.396.773.700,86
2040	195.929.012,34	160.126.477,50	35.802.534,84	2.432.576.235,70
2041	193.685.219,15	169.791.952,23	23.893.266,92	2.456.469.502,62
2042	191.285.824,40	177.787.051,28	13.498.773,12	2.469.968.275,74
2043	188.689.919,58	184.624.198,60	4.065.720,98	2.474.033.996,72
2044	185.585.522,87	191.093.038,53	-5.507.515,66	2.468.526.481,06
2045	181.991.799,10	197.102.192,35	-15.110.393,25	2.453.416.087,81
2046	177.998.171,41	202.343.018,31	-24.344.846,90	2.429.071.240,91
2047	173.230.015,43	208.053.287,54	-34.823.272,11	2.394.247.968,80
2048	168.499.481,58	211.804.850,31	-43.305.368,73	2.350.942.600,07
2049	163.405.876,00	214.926.288,91	-51.520.412,91	2.299.422.187,16
2050	158.039.506,86	217.101.573,22	-59.062.066,36	2.240.360.120,80
2051	152.380.599,40	218.596.373,40	-66.215.774,00	2.174.144.346,80
2052	146.576.740,36	219.172.615,00	-72.595.874,64	2.101.548.472,16
2053	140.902.511,62	218.119.169,10	-77.216.657,48	2.024.331.814,68
2054	135.213.748,62	216.117.084,67	-80.903.336,05	1.943.428.478,63
2055	129.464.270,77	213.388.883,60	-83.924.612,83	1.859.503.865,80
2056	123.674.086,92	210.012.373,21	-86.338.286,29	1.773.165.579,51
2057	117.949.791,98	205.759.432,79	-87.809.640,81	1.685.355.938,70
2058	112.190.453,08	201.035.836,09	-88.845.383,01	1.596.510.555,69
2059	106.481.749,01	195.702.219,37	-89.220.470,36	1.507.290.085,33
2060	100.765.146,51	189.998.096,21	-89.232.949,70	1.418.057.135,63
2061	95.098.170,75	183.843.667,45	-88.745.496,70	1.329.311.638,93
2062	89.565.837,16	177.123.982,87	-87.558.145,71	1.241.753.493,22
2063	84.101.578,55	170.115.140,36	-86.013.561,81	1.155.739.931,41
2064	78.710.916,58	162.879.872,28	-84.168.955,70	1.071.570.975,71
2065	73.403.195,53	155.466.306,25	-82.063.110,72	989.507.864,99
2066	68.195.258,54	147.901.088,20	-79.705.829,66	909.802.035,33
2067	63.103.838,22	140.213.593,47	-77.109.755,25	832.692.280,08
2068	58.144.927,76	132.434.106,02	-74.289.178,26	758.403.101,82
2069	53.333.997,99	124.595.069,90	-71.261.071,91	687.142.029,91
2070	48.685.900,53	116.731.441,92	-68.045.541,39	619.096.488,52
2071	44.214.283,59	108.877.496,27	-64.663.212,68	554.433.275,84
2072	39.931.941,83	101.070.659,13	-61.138.717,30	493.294.558,54

2073	35.850.788,42	93.347.658,96	-57.496.870,54	435.797.688,00
2074	31.980.889,88	85.749.345,46	-53.768.455,58	382.029.232,42
2075	28.330.682,79	78.317.266,60	-49.986.583,81	332.042.648,61
2076	24.907.036,15	71.091.931,27	-46.184.895,12	285.857.753,49
2077	21.714.993,78	64.113.974,82	-42.398.981,04	243.458.772,45
2078	18.757.469,63	57.421.611,11	-38.664.141,48	204.794.630,97
2079	16.035.236,88	51.051.284,94	-35.016.048,06	169.778.582,91
2080	13.546.899,94	45.038.362,54	-31.491.462,60	138.287.120,31
2081	11.288.791,90	39.414.672,49	-28.125.880,59	110.161.239,72
2082	9.254.707,69	34.205.104,17	-24.950.396,48	85.210.843,24
2083	7.435.669,96	29.423.940,62	-21.988.270,66	63.222.572,58
2084	5.820.559,58	25.076.485,80	-19.255.926,22	43.966.646,36
2085	4.396.293,62	21.158.030,30	-16.761.736,68	27.204.909,68
2086	3.148.731,38	17.657.805,83	-14.509.074,45	12.695.835,23
2087	2.063.440,70	14.564.238,69	-12.500.797,99	195.037,24
2088	1.125.407,41	11.861.479,27	-10.736.071,86	-10.541.034,62
2089	893.645,86	9.528.607,61	-8.634.961,75	-19.175.996,37
2090	705.656,90	7.541.050,64	-6.835.393,74	-26.011.390,11
2091	548.203,83	5.872.131,71	-5.323.927,88	-31.335.317,99
2092	418.570,35	4.494.248,98	-4.075.678,63	-35.410.996,62
2093	313.862,70	3.378.135,80	-3.064.273,10	-38.475.269,72
2094	230.982,79	2.492.020,31	-2.261.037,52	-40.736.307,24
2095	166.616,64	1.801.698,28	-1.635.081,64	-42.371.388,88

NOTA EXPLICATIVA:

Projeção atuarial elaborada em dezembro de 2021, com dados de dezembro de 2020.

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Taxa de Juros Reais (FUNCAPRE): 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento);

Taxa de Juros Reais (FUNFIPRE): 5,36% (cinco vírgula trinta e seis e oito por cento);

Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência): IBGE-2019 (Homens e Mulheres);

Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): IBGE-2019 (Homens e Mulheres);

Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;

Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE-2019 (Homens e Mulheres);

Taxa de crescimento real dos salários: 1,00% ao ano (um por cento);

Taxa de crescimento real dos benefícios: 0,00% ao ano (não considerada);

Rotatividade: 0,00% ao ano (não considerada);

Despesa Administrativa correspondente a 2,40% (dois vírgula quarenta por cento).

TABELA 8-D

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NATAL - NATALPREV
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL
PERÍODO (2020 - 2094)
PLANO FINANCEIRO - FUNFIPRE

LRF, art 53 §1º, inciso II - Anexo X

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2020	0,00	0,00	0,00	553.780.399,34
2021	200.612.666,66	383.995.779,77	-183.383.113,11	370.397.286,23
2022	202.468.289,49	396.053.604,80	-193.585.315,31	176.811.970,92
2023	204.530.408,66	407.308.510,93	-202.778.102,27	-25.966.131,35
2024	207.104.424,84	415.579.620,43	-208.475.195,59	-234.441.326,94
2025	208.933.317,83	426.175.077,26	-217.241.759,43	-451.683.086,37
2026	210.727.839,12	435.965.772,34	-225.237.933,22	-676.921.019,59
2027	212.432.229,50	445.347.377,79	-232.915.148,29	-909.836.167,88
2028	214.150.144,54	453.370.382,51	-239.220.237,97	-1.149.056.405,85
2029	215.633.215,87	460.105.388,82	-244.472.172,95	-1.393.528.578,80
2030	217.749.035,91	463.248.242,75	-245.499.206,84	-1.639.027.785,64
2031	219.375.374,48	466.041.561,14	-246.666.186,66	-1.885.693.972,30
2032	221.037.634,24	467.492.702,48	-246.455.068,24	-2.132.149.040,54
2033	222.109.304,95	469.006.758,00	-246.897.453,05	-2.379.046.493,59
2034	222.888.501,90	469.282.381,10	-246.393.879,20	-2.625.440.372,79
2035	223.278.034,49	469.372.203,84	-246.094.169,35	-2.871.534.542,14
2036	222.952.185,07	469.458.056,17	-246.505.871,10	-3.118.040.413,24
2037	222.811.131,80	466.971.843,06	-244.160.711,26	-3.362.201.124,50
2038	221.606.267,53	465.315.144,53	-243.708.877,00	-3.605.910.001,50
2039	220.014.033,98	462.731.518,63	-242.717.484,65	-3.848.627.486,15
2040	218.200.242,44	458.806.468,64	-240.606.226,20	-4.089.233.712,35
2041	215.157.463,96	456.117.328,92	-240.959.864,96	-4.330.193.577,31
2042	212.024.474,63	451.312.114,54	-239.287.639,91	-4.569.481.217,22
2043	208.619.284,19	445.631.758,22	-237.012.474,03	-4.806.493.691,25
2044	204.756.766,94	439.134.939,42	-234.378.172,48	-5.040.871.863,73
2045	200.386.539,01	432.190.812,36	-231.804.273,35	-5.272.676.137,08
2046	195.579.935,51	424.608.059,06	-229.028.123,55	-5.501.704.260,63
2047	190.012.165,25	417.484.919,07	-227.472.753,82	-5.729.177.014,45
2048	184.478.787,15	408.508.403,92	-224.029.616,77	-5.953.206.631,22
2049	178.571.444,67	399.086.264,98	-220.514.820,31	-6.173.721.451,53
2050	172.382.901,33	388.941.099,86	-216.558.198,53	-6.390.279.650,06
2051	165.895.857,16	378.373.963,11	-212.478.105,95	-6.602.757.756,01
2052	159.260.755,19	367.180.530,25	-207.919.775,06	-6.810.677.531,07
2053	152.755.645,51	354.683.128,80	-201.927.483,29	-7.012.605.014,36
2054	146.239.960,60	341.593.479,31	-195.353.518,71	-7.207.958.533,07
2055	139.671.298,90	328.159.493,88	-188.488.194,98	-7.396.446.728,05
2056	133.072.893,73	314.481.148,53	-181.408.254,80	-7.577.854.982,85
2057	126.555.211,55	300.353.654,83	-173.798.443,28	-7.751.653.426,13
2058	120.021.067,15	286.204.101,93	-166.183.034,78	-7.917.836.460,91
2059	113.559.798,84	271.912.082,06	-158.352.283,22	-8.076.188.744,13
2060	107.116.592,88	257.734.453,23	-150.617.860,35	-8.226.806.604,48
2061	100.752.485,40	243.610.137,77	-142.857.652,37	-8.369.664.256,85
2062	94.556.499,31	229.443.792,29	-134.887.292,98	-8.504.551.549,83
2063	88.466.015,77	215.530.993,92	-127.064.978,15	-8.631.616.527,98
2064	82.490.337,51	201.950.664,12	-119.460.326,61	-8.751.076.854,59
2065	76.641.975,15	188.762.196,33	-112.120.221,18	-8.863.197.075,77
2066	70.940.193,31	175.996.472,23	-105.056.278,92	-8.968.253.354,69
2067	65.403.392,10	163.678.846,53	-98.275.454,43	-9.066.528.809,12
2068	60.048.261,93	151.827.278,38	-91.779.016,45	-9.158.307.825,57
2069	54.890.144,21	140.454.039,38	-85.563.895,17	-9.243.871.720,74
2070	49.942.911,28	129.568.470,45	-79.625.559,17	-9.323.497.279,91
2071	45.218.277,15	119.172.717,21	-73.954.440,06	-9.397.451.719,97
2072	40.725.720,62	109.261.336,22	-68.535.615,60	-9.465.987.335,57

2073	36.472.928,31	99.820.798,69	-63.347.870,38	-9.529.335.205,95
2074	32.465.112,52	90.838.268,13	-58.373.155,61	-9.587.708.361,56
2075	28.705.331,39	82.301.046,54	-53.595.715,15	-9.641.304.076,71
2076	25.195.423,54	74.200.696,54	-49.005.273,00	-9.690.309.349,71
2077	21.936.315,92	66.537.452,38	-44.601.136,46	-9.734.910.486,17
2078	18.927.328,04	59.314.387,15	-40.387.059,11	-9.775.297.545,28
2079	16.165.998,35	52.536.265,17	-36.370.266,82	-9.811.667.812,10
2080	13.648.174,05	46.211.566,90	-32.563.392,85	-9.844.231.204,95
2081	11.367.953,89	40.350.646,24	-28.982.692,35	-9.873.213.897,30
2082	9.317.401,29	34.961.496,24	-25.644.094,95	-9.898.857.992,25
2083	7.486.168,17	30.044.633,73	-22.558.465,56	-9.921.416.457,81
2084	5.861.974,86	25.593.639,01	-19.731.664,15	-9.941.148.121,96
2085	4.430.801,98	21.594.463,46	-17.163.661,48	-9.958.311.783,44
2086	3.177.882,09	18.030.021,72	-14.852.139,63	-9.973.163.923,07
2087	2.088.371,21	14.884.497,54	-12.796.126,33	-9.985.960.049,40
2088	1.146.941,61	12.138.784,19	-10.991.842,58	-9.996.951.891,98
2089	912.358,37	9.769.444,02	-8.857.085,65	-10.005.808.977,63
2090	721.930,36	7.750.056,69	-7.028.126,33	-10.012.837.103,96
2091	562.295,65	6.052.762,94	-5.490.467,29	-10.018.327.571,25
2092	430.679,56	4.649.333,78	-4.218.654,22	-10.022.546.225,47
2093	324.158,19	3.510.134,53	-3.185.976,34	-10.025.732.201,81
2094	239.617,03	2.603.172,52	-2.363.555,49	-10.028.095.757,30
2095	173.736,83	1.894.127,97	-1.720.391,14	-10.029.816.148,46

NOTA EXPLICATIVA:

Projeção atuarial elaborada em dezembro de 2021, com dados de dezembro de 2020.

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Taxa de Juros Reais (FUNCAPRE): 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento);

Taxa de Juros Reais (FUNFIPRE): 5,36% (cinco vírgula trinta e seis e oito por cento);

Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência): IBGE-2019 (Homens e Mulheres);

Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): IBGE-2019 (Homens e Mulheres);

Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;

Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE-2019 (Homens e Mulheres);

Taxa de crescimento real dos salários: 1,00% ao ano (um por cento);

Taxa de crescimento real dos benefícios: 0,00% ao ano (não considerada);

Rotatividade: 0,00% ao ano (não considerada);

Despesa Administrativa correspondente a 2,40% (dois vírgula quarenta por cento).

LRF, Art. 4º, §2º, inciso V

Em R\$ 1.000,00

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA - ESTIMADA							COMPENSAÇÃO
	Tributos	Base Legal	2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	
Valor mínimo de lançamento IPTU	IPTU	Art.47-A, Lei nº 3.882/89 – CTM, incluído pela Lei Complementar nº 171 de 30/11/2017	49	52	55	58	61	
Valor mínimo de lançamento TLP	TLP	Art.47-A, Lei nº 3.882/89 – CTM, incluído pela Lei Complementar nº 171 de 30/11/2018	92	98	103	108	114	
Remissão de IPTU	IPTU	Art. 17, Lei nº 3.882/89	0	0	0	0	0	
Isenção IPTU	IPTU	Art. 48, Lei nº 3.882/89	2.509	2.666	2.799	2.941	3.088	
Redução de Base de Cálculo IPTU	IPTU	Art. 23, Lei nº 3.882/89	7.373	7.836	8.227	8.643	9.075	
Isenção ITIV	ITIV	Art. 57, Lei nº 3.882/89	61	65	68	72	75	
Isenção TLP	TLP	Art. 107, Lei nº 3.882/89	2.503	2.660	2.793	2.934	3.081	
Incentivo a Produtores Culturais - IPTU	IPTU	Lei nº 4.838/97, Lei Djalma Maranhão, alterada pela Lei nº 5.323/01. Decreto Legislativo nº 1.437/2019	20	21	22	23	24	
Isenção TLL	TLL - Taxa de Licença e Localização	Art. 100, Lei nº 3.882/89	2.626	2.791	2.930	3.078	3.232	
Isenção TLL para Tempos	TLL - Taxa de Licença e Localização	Lei nº 4.859/97	302	321	337	354	371	
Isenção ISS	ISS	Art. 83, Lei nº 3.882/89 e Lei Complementar nº 115/2010 – Programa “Minha Casa, Minha Vida”	1.156	1.228	1.290	1.355	1.423	
Incentivo a Produtores Culturais - ISS	ISS	Lei nº 4.838/97, Lei Djalma Maranhão, alterada pela Lei nº 5.323/01. Decreto Legislativo nº 1.437/2019	9.161	9.735	10.222	10.738	11.275	
Redução de Base de Cálculo - Hospitais/Clinicas - Saúde	ISS	Decreto nº 6.188, de 05/07/97 e Dec nº 6.586. Nova redação dada pela Lei Complementar nº 162 de 29/12/2016	2.295	2.438	2.560	2.690	2.824	Ampliação das hipóteses de incidência de ISSQN
PROEDUC - Lei Incentivo à Educação Universitária	ISS	Lei nº 257/2008 de 10/06/2008 – PROEDUC. Alterada pela Lei Complementar nº 161 de 29/12/2016	5	0	0	0	0	Lei - Autor : Júlio Protásio - Ver processo administrativo. A Lei Complementar nº 161/2016 revogou a Lei nº 6.131, de 22 de julho de 2010 e suspendeu a partir de 1º de janeiro de 2017, pelo período de dois (02) anos, novas adesões de alunos ao programa de incentivo de que trata a Lei Promulgada nº 257/2008. Nova Liminar concedida pelo TJRN -Ação Civil Pública manteve a suspensão da utilização dos recursos para Ensino Superior, permitindo o incentivo apenas aos bolsistas já contemplados.
Redução de Base de Cálculo, para a prestação de serviços de assistência médica, fornecidos por meio de Sociedades Cooperativas	ISS	Item 4, do art. 60 da Lei nº 5.914 de 02 de abril de 2009	35.647	37.882	39.776	41.784	43.874	Lei - Autor : Chefe do Executivo Municipal - Ver processo administrativo
Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), para 2%, incidente sobre os serviços	ISS	Art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 167 de 18 de julho de 2017 - concessão de incentivos fiscais a empresas de Tecnologia da Informação e a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) integrantes de Parque Tecnológico,	2.260	2.402	2.522	2.649	2.782	
Redução do valor relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel de propriedade da empresa, desde que nele exerça, de forma exclusiva, suas atividades, em: 75%, nos primeiros 3 anos, 50%, no período compreendido entre 3 e 5 anos e 25%, no período compreendido entre 5 e 10 anos de funcionamento	IPTU	Art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 167 de 18 de julho de 2017 - concessão de incentivos fiscais a empresas de Tecnologia da Informação e a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) integrantes de Parque Tecnológico,	14	15	16	17	18	
Redução de 30% sobre a alíquota para a cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intevivos (ITIV), quando for o caso de aquisição de imóvel destinado, exclusivamente, à instalação e ao funcionamento de empresa de Tecnologia da Informação ou de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)	ITIV	Art. 3º, inciso III, da Lei Complementar nº 167 de 18 de julho de 2017 - concessão de incentivos fiscais a empresas de Tecnologia da Informação e a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) integrantes de Parque Tecnológico,	0	0	0	0	0	
Isenção da Taxa de licença de localização – parque tecnológico	Taxa de Licença de Localização	Art. 3º, inciso IV, da Lei Complementar nº 167 de 18 de julho de 2017 (ICTs)	3	4	4	4	4	
Redução (50%) Base de Cálculo do Imposto Sobre Serviços – ISS às concessionárias e permissionários de transporte público coletivo municipal – Lei Complementar nº 195 de 18 de março de 2021	ISS	Art. 1º da Lei Complementar nº 195 de 18/03/2021. Vigência de 01/01/2021 até 30/04/2021	1.129	0	0	0	0	
Isenção de ISS às concessionárias e permissionários de transporte público coletivo municipal – Lei Complementar nº 195 de 18/03/2021, para 2022 e 2023 projetou-se a renúncia fiscal dos concessionário e permissionários de transporte público pela isenção total proporcional a perda efetiva em 2021.	ISS	Art. 1º da Lei Nº 7141 de 29/04/2021 -	2.079	3.119	3.274	3.440	3.612	
TOTAL			69.284	73.333	76.998	80.888	84.933	

Notas:

(1) Os valores estimados como renúncia de receita já se encontram contemplados na estimativa da receita dos impostos para o orçamento/2022, não comprometendo as metas fiscais prevista, conforme dispõe o art. 14, inciso I da LRF.

(2) Considerou-se para o cálculo o índice de inflação IPCA, e do PIB divulgados pelo Banco Central - Expectativa de Mercado - Mediana, partindo dos valores informados como base de 2020, colhidos pelo DIRECTA e comissões.

(3) Para a previsão do PROEDUC de 2020, manteve-se o indicativo de suspensão/cancelamento do programa.

(4) Os dados de informações da Lei Complementar nº 167/2017 (Parque tecnológico) tiveram como fonte a Comissão do Parque Tecnológico e os dados da Lei Djalma Maranhão a base foi da Comissão da SEMUT.

(5) Com a revogação da Lei Complementar nº 195 de 18/03/2021, para 2022 e 2023 projetou-se a renúncia fiscal dos concessionário e permissionários de transporte público pela isenção total proporcional a perda efetiva em 2021.

TABELA 10

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO 2023

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso V

Em R\$ 1.000,00

EVENTO	Valor Previsto
1. Aumento Permanente da Receita	93.521
1.1 (+) Decorrentes de Receitas Próprias	123.963
1.2 (+) Decorrentes de Transferências Constitucionais	-30.442
2 (-) Transferências ao FUNDEB	57.490
3 Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (1- 2)	36.031
4 -Redução Permanente da Despesa (II)	20.243
5 -Margem Bruta (III) = (I + II)	73.278
6 – Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	35.917
Impacto de Novas DOCC	35.917
7.Margem Líquida de Expansão V = (III – IV)	37.361

FONTE: SEMUT - Secretaria Municipal de Tributação

NOTA:

- 1) A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, de fine as estimativa de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado como sendo um requisito para garantir que nenhuma nova despesa possa ser criada sem a devida fonte de financiamento responsável integralmente pela sua cobertura.
- 2) No artigo 17 da LRF considera Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado possui uma natureza derivada de Lei, decretos ou ato administrativo que fixe ao Município a obrigação de sua execução por um período superior a 02 (dois) anos
- 3) O valor previsto na Margem Líquida de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, mostra-se superavitário em R\$ 37.361 milhões, de forma a garantir o financiamento dos aumentos de despesas com pessoal e encargos sociais com o aumento do salário mínimo e a manutenção de novos investimentos.
- 3) A metodologia de cálculo adotada para a previsão das Transferências Constitucionais foi feita da seguinte forma: se tomou como base o valor orçado De 20022 e foi aplicado um corte de 5% para depois adotar os índice de taxa de inflação para o exercício de 2023.. Deu como resultado uma previsão mais ajustada o momento de crise em passa a nossa economia nacional

MEMÓRIA DE CÁLCULO
ANEXOS DE RISCOS FISCAIS

LRF, Art. 4º, § 1º

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	3.749.602	3.640.390	13,33	3.888.434	3.668.334	14,33	4.049.943	3.681.766	14,26
Receitas Primárias (I)	3.631.805	3.526.024	12,92	3.765.618	3.552.470	13,88	3.808.447	3.462.225	13,41
Despesa Total	3.749.602	3.640.390	13,33	3.888.434	3.668.334	14,33	4.049.943	3.681.766	14,26
Despesas Primárias (II)	3.597.570	3.492.786	12,79	3.712.571	3.502.425	13,69	3.745.019	3.404.563	13,18
Resultado Primário (I - II)	102.126	99.151	0,36	129.992	122.634	0,48	189.659	172.417	0,67
Resultado Nominal	-158.939	-154.310	-0,57	-161.525	-152.382	-0,60	-106.041	-96.401	-0,37
Dívida Pública Consolidada	984.550	955.874	3,50	1.013.983	956.588	3,74	1.044.403	949.457	3,68
Dívida Consolidada Líquida	901.076	874.831	3,20	928.109	875.575	3,42	903.258	821.144	3,18

FONTE: PIB Natal (IBGE e Estimativas Próprias)

Transformar Valores Correntes para Constantes
Ano de Referência 2019/Índice de Deflação 2019 é de 1,24
Ano de Referência 2020/Índice de Deflação 2020 é de 1,26
Ano de Referência 2021/Índice de Deflação 2021 é de 1,07
Ano de Referência 2022/Índice de Deflação 2022 é de 1,01
Ano de Referência 2023/Índice de Deflação 2023 é de 1,03
Ano de Referência 2023/Índice de Deflação 2024 é de 1,06
Ano de Referência 2024/Índice de Deflação 2025 é de 1,10

PROJEÇÃO PIB NATAL	ÍNDICE	OBSERVAÇÃO
PIB de 2019 é 24.588.507		SÉRIE ENCERRADA
PIB de 2020 é 24.834.392		
PIB de 2021 é 25.082.736		
PIB de 2022 é 25.333.563	1,00	PROJEÇÃO SEMAD
PIB de 2023 é 25.586.899		
PIB de 2024 é 25.842.768		
PIB de 2025 é 26.101.196		

A Projeção do PIB para Natal foi realizada pela Secretaria Adjunta de Orçamento e Finanças/SEMAD

ANEXO DE AÇÕES

MEMÓRIA DE CÁLCULO
ANEXOS DE RISCOS FISCAIS

LRF, Art. 4º, § 1º

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	3.749.602	3.640.390	13,33	3.888.434	3.668.334	14,33	4.049.943	3.681.766	14,26
Receitas Primárias (I)	3.631.805	3.526.024	12,92	3.765.618	3.552.470	13,88	3.808.447	3.462.225	13,41
Despesa Total	3.749.602	3.640.390	13,33	3.888.434	3.668.334	14,33	4.049.943	3.681.766	14,26
Despesas Primárias (II)	3.597.570	3.492.786	12,79	3.712.571	3.502.425	13,69	3.745.019	3.404.563	13,18
Resultado Primário (I - II)	102.126	99.151	0,36	129.992	122.634	0,48	189.659	172.417	0,67
Resultado Nominal	-158.939	-154.310	-0,57	-161.525	-152.382	-0,60	-106.041	-96.401	-0,37
Dívida Pública Consolidada	984.550	955.874	3,50	1.013.983	956.588	3,74	1.044.403	949.457	3,68
Dívida Consolidada Líquida	901.076	874.831	3,20	928.109	875.575	3,42	903.258	821.144	3,18

FONTE: PIB Natal (IBGE e Estimativas Próprias)

Transformar Valores Correntes para Constantes
Ano de Referência 2019/Índice de Deflação 2019 é de 1,24
Ano de Referência 2020/Índice de Deflação 2020 é de 1,26
Ano de Referência 2021/Índice de Deflação 2021 é de 1,07
Ano de Referência 2022/Índice de Deflação 2022 é de 1,01
Ano de Referência 2023/Índice de Deflação 2023 é de 1,03
Ano de Referência 2023/Índice de Deflação 2024 é de 1,06
Ano de Referência 2024/Índice de Deflação 2025 é de 1,10

PROJEÇÃO PIB NATAL	ÍNDICE	OBSERVAÇÃO
PIB de 2019 é 24.588.507		SÉRIE ENCERRADA
PIB de 2020 é 24.834.392		
PIB de 2021 é 25.082.736		
PIB de 2022 é 25.333.563	1,00	PROJEÇÃO SEMAD
PIB de 2023 é 25.586.899		
PIB de 2024 é 25.842.768		
PIB de 2025 é 26.101.196		

A Projeção do PIB para Natal foi realizada pela Secretaria Adjunta de Orçamento e Finanças/SEMAD

TABELA 4

Data: 15/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO 2023

MEMORIA DE CÁLCULO

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II											Em R\$ 1.000,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019 (a)	2020 (b)	% (b/a)	2021 (c)	% (c/b)	2022 (d)	% (d/c)	2023 (e)	% (e/d)	2024 (f)	% (f/e)
Receita Total	2.506.586	2.742.263	9,40	3.710.401	35,30	3.749.602	1,06	3.888.434	3,70	4.049.943	4,15
Receitas Primárias (I)	2.473.073	2.711.637	9,65	3.542.776	30,65	3.631.805	2,51	3.765.618	3,68	3.808.447	1,14
Despesa Total	2.506.586	2.742.263	9,40	3.710.401	35,30	3.749.602	1,06	3.888.434	3,70	4.049.943	4,15
Despesas Primárias (II)	2.832.657	2.786.308	-1,64	3.633.837	30,42	3.597.570	-1,00	3.712.571	3,20	3.745.019	0,87
Resultado Primário (I - II)	-125.974	208.668	-265,64	124.254	-40,45	102.126	-17,81	129.992	27,29	189.659	45,90
Resultado Nominal	-285.938	-207.225	-27,53	-155.977	-3.789,00	-158.939	1,90	-161.525	1,63	-106.041	-34,35
Dívida Pública Consolidada	758.166	921.220	21,51	953.462	3,50	984.550	3,26	1.013.983	2,99	1.044.403	3,00
Dívida Consolidada Líquida	347.215	843.201	142,85	872.713	3,50	901.076	3,25	928.109	3,00	903.258	-2,68

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020 (a)	2021 (b)	% (b/a)	2022 (c)	% (c/b)	2023 (d)	% (d/c)	2024 (e)	% (e/d)	2025 (f)	% (f/e)
Receita Total	3.158.298	2.934.221	-7,09	3.710.401	26,45	3.640.390	-1,89	3.668.334	0,77	3.681.766	0,37
Receitas Primárias (I)	3.116.072	2.901.452	-6,89	3.542.776	22,10	3.526.024	-0,47	3.552.470	0,75	3.462.225	-2,54
Despesa Total	3.158.298	2.934.221	-7,09	3.710.401	26,45	3.640.390	-1,89	3.668.334	0,77	3.681.766	0,37
Despesas Primárias (II)	3.569.148	2.981.350	-16,47	3.633.837	21,89	3.492.786	-3,88	3.502.425	0,28	3.404.563	-2,79
Resultado Primário (I - II)	-158.727	223.275	-240,67	124.254	-44,35	99.151	-20,20	122.634	23,68	172.417	40,60
Resultado Nominal	-360.282	-221.731	-38,46	-155.977	-29,65	-154.310	-1,07	-152.382	-1,25	-96.401	-36,74
Dívida Pública Consolidada	955.289	985.705	3,18	953.462	-3,27	955.874	0,25	956.588	0,07	949.457	-0,75
Dívida Consolidada Líquida	437.491	902.225	106,23	872.713	-3,27	874.831	0,24	875.575	0,08	821.144	-6,22

FONTE: IPCA / Relatório Resumido da Execução Orçamentária / Balanço Geral do Município

Transformar Valores Correntes para Constantes
Ano de Referência 2019/Índice de Deflação 2019 é de 1,24
Ano de Referência 2020/Índice de Deflação 2020 é de 1,26
Ano de Referência 2021/Índice de Deflação 2021 é de 1,07
Ano de Referência 2022/Índice de Deflação 2022 é de 1,01
Ano de Referência 2023/Índice de Deflação 2023 é de 1,03
Ano de Referência 2023/Índice de Deflação 2024 é de 1,06
Ano de Referência 2024/Índice de Deflação 2025 é de 1,10

PROJEÇÃO PIB NATAL	ÍNDICE	OBSERVAÇÃO
PIB de 2019 é 24.588.507		SÉRIE ENCERRADA
PIB de 2020 é 24.834.392		
PIB de 2021 é 25.082.736		
PIB de 2022 é 25.333.563	1,00	PROJEÇÃO SEMAD
PIB de 2023 é 25.586.899		
PIB de 2024 é 25.842.768		
PIB de 2025 é 26.101.196		

A Projeção do PIB para Natal foi realizada pela Secretaria Adjunta de Orçamento e Finanças/SEMAD

Data: 25/03/2019

		2019	2020	2021	2022
receita balancete dez/2018	2.256.923.911,20	2.897.443.533,00	3.226.694.000,00	3.422.647.000,00	3.551.510.000,00
receita intra	185.908.909,53	107.118.000,00	119.876.000,00	129.466.000,00	139.823.000,00
receita de capital	5.900.159,55	10.052.000,00	39.905.000,00	380.005.000,00	4.755.000,00
receita total	2.065.114.842,12	2.780.273.533,00	3.066.913.000,00	2.913.176.000,00	3.406.932.000,00
Aplicação Financeira	50.510.773,14	36.202.300,00	45.044.000,00	45.456.000,00	48.282.000,00
Receita Primárias correntes	2.014.604.068,98	2.744.071.233,00	3.021.869.000,00	2.867.720.000,00	3.358.650.000,00
Aporte	137.237.975,43	171.340.000,00	199.205.000,00	215.141.000,00	232.353.000,00
Outras Receitas Financeiras	3.285,94				
Receita Primárias	2.154.274.041,37	2.572.731.233,00	2.822.664.000,00	2.652.579.000,00	3.126.297.000,00

despesas empenhadas dez/2018	3.059.499.242,67	2.897.443.533,00	3.226.694.000,00	3.422.647.000,00	3.551.510.000,00
anulações dez/2018	629.617.627,43				
despesas total	2.429.881.615,24	2.897.443.533,00	3.226.694.000,00	3.422.647.000,00	3.551.510.000,00
Juros e encargos da dívida	24.102.457,94	60.733.000,00	63.493.000,00	67.741.000,00	71.701.000,00
Amortização da dívida	25.371.928,45				
Despesas Primárias	2.380.407.228,85	2.836.710.533,00	3.163.201.000,00	3.354.906.000,00	3.479.809.000,00

	2018	2019	2020	2021	2022
Novo Cálculo					
Receitas primárias (-) x	2.154.274.041,37	2.744.071.233,00	3.021.869.000,00	2.867.720.000,00	3.358.650.000,00
Despesas Pagas (+) a	1.907.932.384,76	2.836.710.533,00	3.163.201.000,00	3.354.906.000,00	3.479.809.000,00
Restos a Pagar Processados (+) b	134.418.925,85	140.131.730,20	145.736.999,41	151.566.479,38	157.629.138,56
RP Não Processados Pagos (+) c	100.848.448,06	105.134.507,10	109.339.887,39	113.713.482,88	118.262.022,20
= X - (a + b + c)	2.143.199.758,67	3.081.976.770,30	3.418.277.886,79	3.620.185.962,26	3.755.700.160,76

RESULTADO PRIMÁRIO	11.074.282,70	-337.905.537,30	-396.408.886,79	-752.465.962,26	-397.050.160,76
---------------------------	----------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

JUROS NOMINAIS

JUROS E ENCARGOS ATIVOS XXV	50.510.773,14	52.657.481,00	54.763.780,24	56.954.331,45	59.232.504,71
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS XXVI	24.363.041,20	25.398.470,45	26.414.409,27	27.470.985,64	28.569.825,07

RESULTADO NOMINAL -acima da Linha (XXVII) = XXIV + XXV XXVI)	37.222.014,64	27.259.010,55	-309.556.166,33	-366.925.540,99	-721.803.282,62
---	----------------------	----------------------	------------------------	------------------------	------------------------

	SALDO					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	Em 31/Dez/2017	Ate 31/Dez/2018				
	(b)	(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	498.103.992,91	529.243.335,41	323.444.095,00	309.768.219,00	313.840.126,00	316.678.528,00
DEDUÇÕES (XXIX)	170.125.893,98	133.196.489,50	177.356.244,47	184.450.494,25	205.204.236,96	213.412.406,44
Disponibilidade de Caixa	0,00	10.196.505,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponível Bruta de Caixa	115.920.834,40	106.448.809,53	120.847.469,86	125.681.368,66	130.708.623,40	135.936.968,34
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	163.849.339,41	96.255.759,03	100.346.628,79	104.360.493,94	108.534.913,70	112.876.310,25
Demais Haveres Financeiros (créditos a receber)	170.125.893,98	123.003.439,00	177.356.244,47	184.450.494,25	205.204.236,96	213.412.406,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	327.978.098,93	396.046.845,91	146.087.850,53	125.317.724,75	108.635.889,04	103.266.121,56
RESULTADO NOMINAL -acima da Linha (XXXII) = XXXIa - XXXIb)		-68.068.746,98	249.958.995,38	20.770.125,78	16.681.835,71	5.369.767,48
AJUSTE METODOLÓGICO		Ate 31/Dez/2018				

VARIAÇÃO SALDO RPP – (XXXa - XXXb)	67.593.580,38	70.466.307,55	73.284.959,85	76.216.358,24	79.265.012,57
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO S PERMANENTES (IX)	0				
PASSIVOS RECOLHIDOS NA DC (XXXIV)	0				
OUTROS AJUSTES	0				
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO -acima da Linha (XXXVI) = (XXXII – XXXIII – IX + XXXIV + XXXV)	-135.662.327,36	179.492.687,84	-52.514.834,07	-59.534.522,54	-73.895.245,09
RESULTADO NOMINAL -acima da Linha (XXXVII) = XXXVI – (XXV – XXVI)	-161.810.059,30	152.233.677,29	-80.864.205,04	-89.017.868,34	-104.557.924,73

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL E DO RESULTADO PRIMÁRIO
EXERCÍCIO 2023

RREO- ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

Data:12/04/2022

ACIMA DA LINHA			PREVISÃO			
RECEITAS PRIMÁRIAS E DESPESAS PRIMÁRIAS			2022	2023	2024	2025
Receita Corrente	2.742.262.796,20		3.609.466.818,87	3.671.646.000,00	3.808.143.000,00	3.967.241.000,00
receita intra	0,00					
receita de capital	0,00					
receita total	2.742.262.796,20		3.609.466.818,87	3.671.646.000,00	3.808.143.000,00	3.967.241.000,00
Aplicação Financeira	34.611.172,99		66.690.785,00	39.842.000,00	42.526.000,00	45.391.000,00
Outras Receitas Financeiras	9.843,13					
Receita Primárias correntes	2.707.641.780,08		3.542.476.033,87	3.631.804.000,00	3.765.617.000,00	3.921.850.000,00
Receita Primárias de Capital	3.995.197,46		300.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Receita Primárias XI	2.711.636.977,54		3.542.776.033,87	3.631.805.000,00	3.765.618.000,00	3.921.851.000,00
Despesas Primarias Correntes	2.688.564.492,69		3.501.656.155,25	3.461.092.078,87	3.571.998.818,87	3.671.638.818,87
Despesas Primarias de Capital	127.711.845,03		132.181.759,61	136.477.666,79	140.571.996,80	136.808.121,19
Reserva de Contingencia	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias XXIII	2.816.276.337,72		3.633.837.914,86	3.597.569.745,66	3.712.570.815,67	3.808.446.940,06
Novo Cálculo	2021		2022	2023	2024	2025
Receitas primárias (-) x XII	2.816.276.337,72		3.542.776.033,87	3.631.805.000,00	3.765.618.000,00	3.921.851.000,00
Despesas Pagas (+) a	2.280.825.429,42		3.188.498.430,48	3.292.124.629,47	3.390.888.368,36	3.492.615.019,41
Restos a Pagar Processados (+) b	82.607.583,47		85.498.848,89	88.277.561,48	90.925.888,32	88.491.308,60
RP Não Processados Pagos (+) c	153.014.264,58		158.369.763,84	163.516.781,17	168.422.284,60	163.912.705,57
= X – (a + b + c)	2.516.447.277,47		3.432.367.043,21	3.543.918.972,12	3.650.236.541,28	3.745.019.033,59
RESULTADO PRIMÁRIO	0,00	2021	201.470.871,64	53.650.773,54	62.334.274,38	63.427.906,48
RESULTADO PRIMÁRIO Acima da Linha (XXIV) ={XIIA+ (XXIIa + (XXIIb XXIIIC)}		195.189.700,07	110.408.990,66	87.886.027,88	115.381.458,72	176.831.966,41
JUROS NOMINAIS						
JUROS E ENCARGOS ATIVOS XXV		34.611.172,99	35.822.564,04	36.986.797,38	38.096.401,30	37.076.353,79
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS XXVI		21.132.394,56	21.977.690,34	22.746.909,50	23.486.184,06	24.249.485,05
RESULTADO NOMINAL -acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV XXVI)		208.668.478,50	124.253.864,36	102.125.915,75	129.991.675,95	189.658.835,15
		SALDO				
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	Ate 31/Dez/2020	Ate 31/Dez/2021	2022	2023	2024	2025
	(b)	(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	758.165.616,74	921.219.604,95	953.462.291,12	984.449.815,58	1.013.983.310,05	1.044.402.809,35
DEDUÇÕES (XXIX)		78.018.399,18	80.749.043,15	83.373.387,05	85.874.588,67	83.575.259,66
Disponibilidade de Caixa		78.018.399,18	80.749.043,15	83.373.387,05	85.874.588,67	83.575.259,66
Disponível Bruta de Caixa	101.379.573,07	205.509.211,52	212.702.033,92	219.614.850,03	226.203.295,53	220.146.605,11
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	249.679.860,36	124.490.812,34	128.847.990,77	133.035.550,47	137.026.616,99	133.357.670,45
Demais Haveres Financeiros (créditos a receber)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVII – XXIV)	758.165.616,74	843.201.205,77	872.713.247,97	901.076.428,53	928.108.721,39	903.258.211,65

RESULTADO NOMINAL -Abaixo da Linha (XXXII) = XXXIa – XXXIb)	-111.752.669,27	-85.035.589,03	-29.512.042,20	-28.363.180,56	-27.032.292,86	24.850.509,74
AJUSTE METODOLÓGICO	Ate 31/Dez/2021	2022	2023	2024	2025	
VARIAÇÃO SALDO RPP – (XXXa - XXXb)	122.189.048,02	126.465.664,70	130.575.798,80	134.493.072,77	130.891.962,97	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO S PERMANENTES (IX)	0					
PASSIVOS RECOLHIDOS NA DC (XXXIV)	0					
OUTROS AJUSTES	0					
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO -acima da Linha (XXXVI) = (XXXII – XXXIII – IX + XXXIV + XXXV)	-207.224.637,05	-155.977.706,90	-158.938.979,36	-161.525.365,62	-106.041.453,23	
RESULTADO NOMINAL -acima da Linha (XXXVII) = XXXVI – (XXV – XXVI)	-220.703.415,48	-169.822.580,60	-173.178.867,23	-176.135.582,86	-118.868.321,97	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS						
SALDO EXERCÍCIOS ANTERIORES	132.333.842,89	136.965.527,39	141.416.907,03	145.659.414,24	141.759.320,85	
Reserva Arrecadada em Exercícios Anteriores – RPPS	11.786.404,70	12.198.928,86	12.595.394,05	12.973.255,87	12.625.891,37	
Superrávit Financeiro para Abertura de Crédito Adicionais	120.547.438,19	124.766.598,53	128.821.512,98	132.686.158,37	129.133.429,48	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	143.251.000,00	148.264.785,00	153.083.390,51	157.675.892,23	153.454.052,48	

Fonte: Os Valores referentes da Despesas Primárias foram ajustados excluindo as despesas Intra-Orçamentárias, conforme preceitua O Manual de Demonstrativos Fiscais 11ª Edição, versão 3, de 07/05/2021.

Os valores referentes as Disponibilidades de Caixa Bruta forma ajustados excluindo os saldos Intra-Orçamentários conforme preceitua O Manual de Demonstrativos Fiscais 11ª Edição, versão 3, de 07/05/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CONTROLE DE ENDIVIDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA PARA O ORÇAMENTO

ANEXO 16 - LEI Nº 4320/64

POSIÇÃO EM: 31/12/2023

Nº	BANCO	Nº DO CONTRATO	FINALIDADE	LEIS Nº DATA	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXECÍCIO		SALDO P/ EXERC. SEGUINTE VALOR R\$
								(+)EMISSÃO(+)	(-)RESGATE(-)	
1	CEF/BANDERN	83/0007-0	SISTEMA DE ESG. SANIT. COMP. 8/12 -2 ETAPA	2684/79	9.229,57910 UPCS	148.217.596,26	0,00	0,00	0,00	0,00
2		85/10020-0	CURA - II 1 ETAPA	2677/79	14.187,82116 UPCS	631.985.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	CEF/BANDERN	86/20006-2	CURA -II 3 ETAPA	2677/79	41.302,00000 UPCS	6.053.296,22	0,00	0,00	0,00	0,00
4	CEF/BANDERN	87/10004-5	CURA - II 4º ETAPA	2677/79	114.675,56190 OTNS	63.310.859,88	0,00	0,00	0,00	0,00
5	CEF/BANDERN	CUSTAS/BANDERN	CUSTAS REF. CONTRATOS DO BANDERN	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PASEP	10469-725933/2013-92	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			4.221.055,91	2.724.307,00	77.559,00	249.514,00	2.552.352,00
	PASEP	10469-727285/2018-13	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			2.567.131,27	369.175,00	247.049,00	616.224,00	0,00
	PASEP	10469-727299/2018-37	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			3.088.779,63	436.640,00	291.554,00	728.194,00	0,00
	MULTA DCTF	10469-727301/2018-78	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. MULTA			1.261.532,44	287.650,00	57.892,00	345.542,00	0,00
	PASEP	10469-727302/2018-12	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			1.481.964,76	212.170,00	1.230,00	213.400,00	0,00
	PREM-PGF	1227411	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			2.334.457,91	1.502.727,00	45.449,00	130.737,00	1.417.439,00
	INSS LEI 12.810	620092076	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			92.982.598,00	58.588.692,00	1.291.066,00	951.252,00	58.928.506,00
	INSS ORDINÁRIO	631946144	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			5.488.734,77	1.429.297,00	197.294,00	1.626.591,00	0,00
	INSS SIMPLIFICADO	631946241	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			979.192,09	255.091,00	29.216,00	284.307,00	0,00
	PRT/PGFN-PASEP	996914	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			44.289.607,09	17.606.285,00	3.890.342,00	4.861.504,00	16.635.123,00
	PRT/RFB	80.001.300.001.091.800.000	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			24.182.996,20	12.755.840,00	232.602,00	2.627.674,00	10.360.768,00
	FGTS	2013-0026.20	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. FGTS			44.788.243,56	22.044.925,00	830.844,00	5.266.597,00	17.609.172,00
	PASEP	10469-404768/2019-23	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			3.620.212,20	1.554.263,00	100.403,00	774.623,00	880.043,00
9	SAN. P/ TODOS	190.409-25/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	5.056/29.04.2004	37.837.856,71	37.837.856,71	21.356.498,00	2.196.313,00	3.785.684,00	19.767.127,00
11	SAN. P/ TODOS	190.414-90/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO INSTIT.	5.056/29.04.2004	34.171.315,51	34.171.315,51	17.248.855,00	1.804.166,00	3.447.105,00	15.605.916,00
13	SAN. P/ TODOS	190.423-00/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, ESGOTAMENTO SANITÁRIO	5.056/29.04.2004	10.336.177,00	10.336.177,00	2.774.651,00	359.319,00	3.133.970,00	0,00
14	SAN. P/ TODOS	246.050-05/2007	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	6.132/22.06.2007	4.483.749,00	4.483.749,00	2.445.867,00	257.700,00	511.128,00	2.192.439,00
15	PRÓ TRANSP.	319.162-00/2010	COPA FIFA 2014 - MOBILIDADE URBANA	6036/05.01.2010	293.000.000,00	293.000.000,00	189.242.266,00	18.489.422,00	27.868.980,00	179.862.708,00
16	PRÓ TRANSP.	421.319-47/2013	COPA FIFA 2014 - MOBILIDADE URBANA		69.175.931,14	69.175.931,14	13.995.564,00	815.396,00	14.810.960,00	0,00
	TOTAL GERAL.....					1.529.859.137,55	366.830.763,00	31.214.816,00	72.233.986,00	325.811.593,00

Natal, 19 de Abril de 2022

Nota Explicativa: Os Contratos do CEF/BANDERN, estão apenas com os valores contratados, por estarem judicializados no PROC. Nº 0002772.08.20.0001 da 3ª Vara da Fazenda, segundo parecer da PGM

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CONTROLE DE ENDIVIDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA PARA O ORÇAMENTO

ANEXO 16 - LEI Nº 4320/64

POSIÇÃO EM: 31/12/2024

Nº	BANCO	Nº DO CONTRATO	FINALIDADE	LEIS Nº DATA	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXECÍCIO		SALDO P/ EXERC. SEGUINTE
								(+)EMISSÃO(+)	(-)RESGATE(-)	
							CIRCULAÇÃO	TOTAL	TOTAL	VALOR R\$
1	CEF/BANDERN	83/0007-0	SISTEMA DE ESG. SANIT. COMP. 8/12 -2 ETAPA	2684/79	9.229,57910 UPCS	148.217.596,26	0,00	0,00	0,00	0,00
2		85/10020-0	CURA - II 1 ETAPA	2677/79	14.187,82116 UPCS	631.985.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	CEF/BANDERN	86/20006-2	CURA -II 3 ETAPA	2677/79	41.302,00000 UPCS	6.053.296,22	0,00	0,00	0,00	0,00
4	CEF/BANDERN	87/10004-5	CURA - II 4º ETAPA	2677/79	114.675,56190 OTNS	63.310.859,88	0,00	0,00	0,00	0,00
5	CEF/BANDERN	CUSTAS/BANDERN	CUSTAS REF. CONTRATOS DO BANDERN	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PASEP	10469-725933/2013-92	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			4.221.055,91	2.552.352,00	78.009,00	250.961,00	2.379.400,00
	PREM-PGF	1227411	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			2.334.457,91	1.417.439,00	45.712,00	131.495,00	1.331.656,00
	INSS LEI 12.810	620092076	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			92.982.598,00	58.928.506,00	1.298.555,00	956.769,00	59.270.292,00
	PRT/PGFN-PASEP	996914	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			44.289.607,09	16.635.123,00	3.912.906,00	4.889.701,00	15.658.328,00
	PRT/RFB	80.001.300.001.091.800.000	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			24.182.996,20	10.360.768,00	233.951,00	2.642.914,00	7.951.805,00
	FGTS	2013-0026.20	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. FGTS			44.788.243,56	17.609.172,00	835.663,00	5.297.143,00	13.147.692,00
	PASEP	10469-404768/2019-23	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			3.620.212,20	880.043,00	100.403,00	980.446,00	0,00
9	SAN. P/ TODOS	190.409-25/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	5.056/29.04.2004	37.837.856,71	37.837.856,71	19.767.127,00	2.209.051,00	3.807.641,00	18.168.537,00
11	SAN. P/ TODOS	190.414-90/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO INSTIT.	5.056/29.04.2004	34.171.315,51	34.171.315,51	15.605.916,00	1.814.630,00	3.467.098,00	13.953.448,00
14	SAN. P/ TODOS	246.050-05/2007	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	6.132/22.06.2007	4.483.749,00	4.483.749,00	2.192.439,00	259.194,00	514.092,00	1.937.541,00
15	PRÓ TRANSP.	319.162-00/2010	COPA FIFA 2014 - MOBILIDADE URBANA	6036/05.01.2010	293.000.000,00	293.000.000,00	179.709.254,00	18.674.317,00	28.030.620,00	170.352.951,00
	TOTAL GERAL.....					1.435.479.694,45	325.658.139,00	29.462.391,00	50.968.880,00	304.151.650,00

Natal, 19 de Abril de 2022

Nota Explicativa: Os Contratos do CEF/BANDERN, estão apenas com os valores contratados, por estarem judicializados no PROC. Nº 0002772.08.20.0001 da 3ª Vara da Fazenda, segundo parecer da PGM

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CONTROLE DE ENDIVIDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA PARA O ORÇAMENTO

ANEXO 16 - LEI Nº 4320/64

POSIÇÃO EM: 31/12/2025

Nº	BANCO	Nº DO CONTRATO	FINALIDADE	LEIS Nº DATA	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXECÍCIO		SALDO P/ EXERC. SEGUINTE
								(+)EMISSÃO(+)	(-)RESGATE(-)	
							CIRCULAÇÃO	TOTAL	TOTAL	VALOR R\$
1	CEF/BANDERN	83/0007-0	SISTEMA DE ESG. SANIT. COMP. 8/12 -2 ETAPA	2684/79	9.229,57910 UPCS	148.217.596,26	0,00	0,00	0,00	0,00
2		85/10020-0	CURA - II 1 ETAPA	2677/79	14.187,82116 UPCS	631.985.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	CEF/BANDERN	86/20006-2	CURA -II 3 ETAPA	2677/79	41.302,00000 UPCS	6.053.296,22	0,00	0,00	0,00	0,00
4	CEF/BANDERN	87/10004-5	CURA - II 4º ETAPA	2677/79	114.675,56190 OTNS	63.310.859,88	0,00	0,00	0,00	0,00
5	CEF/BANDERN	CUSTAS/BANDERN	CUSTAS REF. CONTRATOS DO BANDERN	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		PASEP	10469-725933/2013-92			4.221.055,91	2.379.400,00	78.461,00	250.961,00	2.206.900,00
		PREM-PGF	1227411			2.334.457,91	1.331.656,00	45.977,00	131.495,00	1.246.138,00
		INSS LEI 12.810	620092076			92.982.598,00	59.270.292,00	1.306.086,00	956.769,00	59.619.609,00
		PRT/PGFN-PASEP	996914			44.289.607,09	15.658.328,00	3.935.600,00	4.889.701,00	14.704.227,00
		PRT/RFB	80.001.300.001.091.800.000			24.182.996,20	7.951.805,00	235.307,00	2.642.914,00	5.544.198,00
		FGTS	2013-0026.20			44.788.243,56	13.147.692,00	840.509,00	5.297.143,00	8.691.058,00
9	SAN. P/ TODOS	190.409-25/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	5.056/29.04.2004	37.837.856,71	37.837.856,71	18.168.537,00	2.221.863,00	3.807.641,00	16.582.759,00
11	SAN. P/ TODOS	190.414-90/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO INSTIT.	5.056/29.04.2004	34.171.315,51	34.171.315,51	13.953.448,00	1.825.155,00	3.467.098,00	12.311.505,00
14	SAN. P/ TODOS	246.050-05/2007	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	6.132/22.06.2007	4.483.749,00	4.483.749,00	1.937.541,00	260.697,00	514.092,00	1.684.146,00
15	PRÓ TRANSP.	319.162-00/2010	COPA FIFA 2014 - MOBILIDADE URBANA	6036/05.01.2010	293.000.000,00	293.000.000,00	170.120.950,00	18.861.060,00	28.030.620,00	160.951.390,00
	TOTAL GERAL.....					1.431.859.482,25	303.919.649,00	29.610.715,00	49.988.434,00	283.541.930,00

Natal, 19 de Abril de 2022

Nota Explicativa: Os Contratos do CEF/BANDERN, estão apenas com os valores contratados, por estarem judicializados no PROC. Nº 0002772.08.20.0001 da 3ª Vara da Fazenda, segundo parecer da PGM

PMN - SEMAD

VALORES DA DÍVIDA PÚBLICA (PRINCIPAL + ENCARGOS)

2022	2023	2024	2025
65.628.244,00	72.233.986,00	50.968.880,00	49.633.057,00

Natal, 19 de Abril de 2022

**MEMÓRIA DE CÁLCULO
DA RECEITA E DA DESPESA**

PERÍODO 2021 - 2023

PREVISÃO DO TETO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
CUMPRIMENTO DO TETO PERMITIDO PARA O PODER LEGISLATIVO
(EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 058 DE 23 DE SETEMBRO DE 2009)
B A S E S - L D O 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	RECEITAS	PREVISÃO 2023	4,5%
	<u>Impostos</u>	927.357	41.731
4.1.1.1.3.31.01.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Rendimentos do Trabalho	49.793	2.241
4.1.1.1.3.41.01.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	4.225	190
4.1.1.1.8.01.01.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e Urbana – IPTU	245.028	11.026
4.1.1.1.8.02.01.00.00	IPTU – Multas e Juros – Próprio	20.987	944
4.1.1.1.8.03.01.00.00	IPTU – Dívida Ativa – Próprio	40.340	1.815
4.1.1.1.8.01.41.01.00.	Imposto sobre Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITIV	77.043	3.467
4.1.1.1.8.01.42.01.00.	ITBI – Multas e Juros – Próprio	23	1
4.1.1.1.8.02.31.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	480.395	21.618
4.1.1.1.8.02.32.01.00	ISS – Multas e Juros – Próprio	6.500	293
4.1.1.1.8.02.33.01.00	ISS – Dívida Ativa – Próprio	3.023	136
4.1.2.0.0.00.00.00.00	- Taxas	144.748	6.514
4.1.3.8.0.00.00.00.00	Contribuição de Melhoria	218	10
4.1.3.8.0.12.00.00.00	- Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	1	0
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	77.379	3.694
4.1.2.0.0.00.11.00.00	Contribuição p/ Serviço de Iluminação Pública - COSIP	77.379	3.694
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.500	833
4.1.9.0.0.99.14.05.00	Outras Receita da Dívida Ativa - Multas e Juros – Taxas	18.500	833
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	827.405	40.325
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	335.566	16.020
4.1.7.1.8.01.31.01.00	Cota do FPM - !% Entregue no mês de Julho – Principal	16.700	797
4.1.7.1.8.01.31.01.00	Cota do FPM - !% Entregue no mês de Dezembro – Principal	16.700	797
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	0
4.1.7.1.8.06.11.01.00	Transferência Financeira do ICMS-Desoneração LC nº 87/96	274	13
4.1.7.2.8.01.11.01.00	Cota Parte do ICMS	362.490	17.305
4.1.7.2.8.01.21.01.00	Cota Parte do IPVA	94.411	4.433
4.1.7.2.8.01.31.01.00	Cota Parte do IPI sobre Exportação	259	479
4.1.7.2.8.01.41.01.00	CIDE Contrib. De Intervenção no Domínio Econômico	1.000	479
TOTA L DA RECEITA		1.995.608	93.107

Pessoal Inativos	
- Aposentadorias e Reformas	9.283
% 5 da Receita	93.107
Teto Previsto para 2023	102.390

PREVISÃO DO TETO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
CUMPRIMENTO DO TETO PERMITIDO PARA O PODER LEGISLATIVO
(EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 058 DE 23 DE SETEMBRO DE 2009)
B A S E S - PROJETO DE LEI LDO 2022

Data: 23/03/2022

CODIGO DA RECEITA	R E C E I T A S	PREVISÃO 2025	4,5%
	<u>Impostos</u>	970.176	43.658
4.1.1.1.3.31.01.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Rendimentos do Trabalho	52.826	2.377
4.1.1.1.3.41.01.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	4.482	202
4.1.1.1.8.01.01.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e Urbana – IPTU	266.159	11.977
4.1.1.1.8.02.01.00.00	IPTU – Multas e Juros – Próprio	22.850	1.028
4.1.1.1.8.03.01.00.00	IPTU – Dívida Ativa – Próprio	45.730	2.058
4.1.1.1.8.01.41.01.00.	Imposto sobre Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITIV	85.632	3.853
4.1.1.1.8.01.42.01.00.	ITBI – Multas e Juros – Próprio	25	1
4.1.1.1.8.02.31.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	536.097	24.124
4.1.1.1.8.02.32.01.00	ISS – Multas e Juros – Próprio	7.244	326
4.1.1.1.8.02.33.01.00	ISS – Dívida Ativa – Próprio	34.763	1.564
4.1.2.0.0.00.00.00.00	- Taxas	150.079	6.754
4.1.3.8.0.00.00.00.00	Contribuição de Melhoria	229	10
4.1.3.8.0.12.00.00.00	- Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	1	0
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	82.092	3.694
4.1.2.0.0.00.11.00.00	Contribuição p/ Serviço de Iluminação Pública - COSIP	82.092	3.694
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.132	906
4.1.9.0.99.14.05.00	Outras Receita da Dívida Ativa - Multas e Juros – Taxas	20.132	906
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	885.742	40.325
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	356.002	16.020
4.1.7.1.8.01.31.01.00	Cota do FPM - !% Entregue no mês de Julho – Principal	17.717	797
4.1.7.1.8.01.31.01.00	Cota do FPM - !% Entregue no mês de Dezembro – Principal	17.717	797
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	0
4.1.7.1.8.06.11.01.00	Transferência Financeira do ICMS-Desoneração LC nº 87/96	290	13
4.1.7.2.8.01.11.01.00	Cota Parte do ICMS	384.566	17.305
4.1.7.2.8.01.21.01.00	Cota Parte do IPVA	98.515	4.433
4.1.7.2.8.01.31.01.00	Cota Parte do IPI sobre Exportação	276	479
4.1.7.2.8.01.41.01.00	CIDE Contrib. De Intervenção no Domínio Econômico	10.654	479
TOTA L DA RECEITA		2.108.451	95.347

DESPESA / RECEITA	PREVISÃO
Pessoal Inativos	
- Aposentadorias e Reformas	8.926
% 5 da Receita	95.347
Teto Previsto para 2025	104.273

PREVISÃO DO TETO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
CUMPRIMENTO DO TETO PERMITIDO PARA O PODER LEGISLATIVO
(EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 058 DE 23 DE SETEMBRO DE 2009)
B A S E S - LDO 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	R E C E I T A S	PREVISÃO 2024	4,5%
	<u>Impostos</u>	920.010	41.400
4.1.1.1.3.31.01.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Rendimentos do Trabalho	51.287	2.308
4.1.1.1.3.41.01.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	4.352	196
4.1.1.1.8.01.01.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e Urbana – IPTU	254.317	11.444
4.1.1.1.8.02.01.00.00	IPTU – Multas e Juros – Próprio	21.834	983
4.1.1.1.8.03.01.00.00	IPTU – Dívida Ativa – Próprio	43.869	1.974
4.1.1.1.8.01.41.01.00.	Imposto sobre Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITIV	80.613	3.628
4.1.1.1.8.01.42.01.00.	ITBI – Multas e Juros – Próprio	24	1
4.1.1.1.8.02.31.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	504.674	22.710
4.1.1.1.8.02.32.01.00	ISS – Multas e Juros – Próprio	6.819	307
4.1.1.1.8.02.33.01.00	ISS – Dívida Ativa – Próprio	32.834	1.478
4.1.2.0.0.00.00.00.00	- Taxas	149.854	6.743
4.1.3.8.0.00.00.00.00	Contribuição de Melhoria	224	10
4.1.3.8.0.12.00.00.00	- Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	1	0
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	79.701	3.694
4.1.2.0.0.00.11.00.00	Contribuição p/ Serviço de Iluminação Pública - COSIP	79.701	3.587
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.227	865
4.1.9.0.0.99.14.05.00	Outras Receita da Dívida Ativa - Multas e Juros – Taxas	19.227	865
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	850.634	39.858
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	345.633	16.020
4.1.7.1.8.01.31.01.00	Cota do FPM - !% Entregue no mês de Julho – Principal	17.201	797
4.1.7.1.8.01.31.01.00	Cota do FPM - !% Entregue no mês de Dezembro – Principal	17.201	797
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	0
4.1.7.1.8.06.11.01.00	Transferência Financeira do ICMS-Desoneração LC nº 87/96	282	13
4.1.7.2.8.01.11.01.00	Cota Parte do ICMS	373.365	17.305
4.1.7.2.8.01.21.01.00	Cota Parte do IPVA	95.646	4.433
4.1.7.2.8.01.31.01.00	Cota Parte do IPI sobre Exportação	268	12
4.1.7.2.8.01.41.01.00	CIDE Contrib. De Intervenção no Domínio Econômico	1.033	479
TOTA L DA RECEITA		2.019.651	92.572

Pessoal Inativos	
- Aposentadorias e Reformas	8.583
% 5 da Receita	92.572
Teto Previsto para 2021	101.155

PREVISÃO DA RECEITA DA EDUCAÇÃO (CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL)
BASES PROJETO DE LEI LDO 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	E S P E C I F I C A Ç Ã O	VALOR ESTIMADO 2023	PARCELA SME 30% 15400000		TOTAL SME
			15000000		
1110.00.00	IMPOSTOS	856.484	256.945	-	256.945
1112.02.00.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	245.028	73.508		73.508
1112.04.31.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Rendimentos do Trabalho	49.793	14.938		14.938
1112.04.34.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Outros Rendimentos	4.225	1.268		1.268
1112.08.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais Sobre Imóveis - ITIV	77.043	23.113		23.113
1113.05.00.01	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	480.395	144.119		144.119
1990.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.873	29.362	-	29.362
1911.00.00	Multas de Juros de Mora de Impostos	27.510	7.703		7.703
1911.38.00.01	Multas de Juros de Mora de IPTU	20.987	6.296		6.296
1911.39.00.01	Multas de Juros de Mora de ITIV	23	7		7
1911.40.00.01	Multas de Juros de Mora de ISS	6.500	1.950		1.950
1931.11.00.01	Receita da Dívida Ativa do IPTU	40.340	12.102		12.102
1931.13.00.01	Receita da Dívida Ativa do ISS	30.023	9.007		9.007
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS	791.005	79.101	158.201	237.302
1721.01.02.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	335.566	33.557	67.113	100.670
1721.36.00.00	Transferência Financeira do ICMS -Desoneração LC nº 87/96	274	27	55	82
1722.01.01.01	Cota-Parte do ICMS	362.490	36.249	72.498	108.747
1722.01.04.01	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	259	26	52	78
1721.01.05.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	1	1	2
1722.01.02.01	Cota-Parte do IPVA	92.411	9.241	18.482	27.723
	S U B T O T A L	1.745.362	365.408	158.201	523.609
EXTRA TETO				-	173.153
1325.00.00.01	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB Ganhos/Perdas				173.153
	T O T A L G E R A L	1.745.362	365.408	158.201	696.762

PREVISÃO DA RECEITA DA EDUCAÇÃO (CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL)
BASES PROJETO DE LEI LDO 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	E S P E C I F I C A Ç Ã O	VALOR ESTIMADO 2025	PARCELA SME 30%		TOTAL SME
			15000000	15400000	
1110.00.00	IMPOSTOS	945.196	283.559	-	283.559
1112.02.00.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	266.159	79.848		79.848
1112.04.31.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Rendimentos do Trabalho	52.826	15.848		15.848
1112.04.34.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Outros Rendimentos	4.482	1.345		1.345
1112.08.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais Sobre Imóveis - ITIV	85.632	25.690		25.690
1113.05.00.01	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	536.097	160.829		160.829
1990.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110.212	33.064	-	33.064
1911.00.00	Multas de Juros de Mora de Impostos	30.119	8.433		8.433
1911.38.00.01	Multas de Juros de Mora de IPTU	22.850	6.855		6.855
1911.39.00.01	Multas de Juros de Mora de ITIV	25	8		8
1911.40.00.01	Multas de Juros de Mora de ISS	7.244	2.173		2.173
1931.11.00.01	Receita da Dívida Ativa do IPTU	45.730	13.719		13.719
1931.13.00.01	Receita da Dívida Ativa do ISS	34.363	10.309		10.309
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS	839.654	83.965	167.931	251.896
1721.01.02.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	356.002	35.600	71.200	106.801
1721.36.00.00	Transferência Financeira do ICMS -Desoneração LC nº 87/96	290	29	58	87
1722.01.01.01	Cota-Parte do ICMS	384.566	38.457	76.913	115.370
1722.01.04.01	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	276	28	55	83
1721.01.05.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	1	1	2
1722.01.02.01	Cota-Parte do IPVA	98.515	9.852	19.703	29.555
	S U B T O T A L	1.895.062	400.588	167.931	568.519
EXTRA TETO				-	205.108
1325.00.00.01	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB				205.108
	T O T A L G E R A L	1.895.062	400.588	167.931	773.627

PREVISÃO DA RECEITA DA EDUCAÇÃO (CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL)
BASES PROJETO DE LEI LDO 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	E S P E C I F I C A Ç Ã O	VALOR ESTIMADO 2024	PARCELA SME 30%		TOTAL SME
			15000000	15400000	
1110.00.00	IMPOSTOS	895.243	268.573	-	268.573
1112.02.00.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	254.317	76.295		76.295
1112.04.31.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Rendimentos do Trabalho	51.287	15.386		15.386
1112.04.34.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Outros Rendimentos	4.352	1.306		1.306
1112.08.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais Sobre Imóveis - ITIV	80.613	24.184		24.184
1113.05.00.01	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	504.674	151.402		151.402
1990.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	105.380	31.614	-	31.614
1911.00.00	Multas de Juros de Mora de Impostos	28.677	8.030		8.030
1911.38.00.01	Multas de Juros de Mora de IPTU	21.834	6.550		6.550
1911.39.00.01	Multas de Juros de Mora de ITIV	24	7		7
1911.40.00.01	Multas de Juros de Mora de ISS	6.819	2.046		2.046
1931.11.00.01	Receita da Dívida Ativa do IPTU	43.869	13.161		13.161
1931.13.00.01	Receita da Dívida Ativa do ISS	32.834	9.850		9.850
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS	815.199	81.520	163.040	244.560
1721.01.02.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	345.633	34.563	69.127	103.690
1721.36.00.00	Transferência Financeira do ICMS -Desoneração LC nº 87/96	282	28	56	85
1722.01.01.01	Cota-Parte do ICMS	373.365	37.337	74.673	112.010
1722.01.04.01	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	268	27	54	80
1721.01.05.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	1	1	2
1722.01.02.01	Cota-Parte do IPVA	95.646	9.565	19.129	28.694
	S U B T O T A L	1.815.822	381.707	163.040	544.747
EXTRA TETO				-	186.836
1325.00.00.01	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB				186.836
	T O T A L G E R A L	1.815.822	381.707	163.040	731.583

PREVISÃO DA RECEITA DA SAÚDE (CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL)
BASES PROJETO DE LEI LDO 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	E S P E C I F I C A Ç ã O	VALOR ESTIMADO 2024	PARCELA SMS 29,00%
<u>1110.00.00</u>	<u>IMPOSTOS</u>	<u>895.243</u>	<u>259.620</u>
1112.02.00.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	254.317	73.752
1112.04.31.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Rendimentos do Trabalho	51.287	14.873
1112.04.34.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Outros Rendimentos	4.352	1.262
1112.08.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais Sobre Imóveis - ITIV	80.613	23.378
1113.05.00.01	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	504.674	146.355
<u>1990.00.00</u>	<u>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</u>	<u>105.380</u>	<u>30.560</u>
1911.00.00	Multas de Juros de Mora de Impostos	28.677	5.830
1911.38.00.01	Multas de Juros de Mora de IPTU	21.834	6.332
1911.39.00.01	Multas de Juros de Mora de ITIV	24	7
1911.40.00.01	Multas de Juros de Mora de ISS	6.819	1.978
1931.11.00.01	Receita da Dívida Ativa do IPTU	43.869	12.722
1931.13.00.01	Receita da Dívida Ativa do ISS	32.834	9.522
<u>1700.00.00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>	<u>815.199</u>	<u>236.408</u>
1721.01.02.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	345.633	100.234
1721.09.01.01	Transferência Financeira do ICMS -Desoneração LC nº 87/96	282	82
1722.01.01.01	Cota-Parte Imp s/Oper. Rel. Circ. Merc. Prest. Serv. Transp. Inter.e Interm.ICMS	373.365	108.276
1722.01.04.01	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	268	78
1721.01.05.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	1
1722.01.02.01	Cota-Parte do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	95.646	27.737
	TOTAL GERAL	1.815.822	526.588

PREVISÃO DA RECEITA DA SAÚDE (CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL)
BASES PROJETO DE LEI LDO 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	E S P E C I F I C A Ç ã O	VALOR ESTIMADO 2025	PARCELA SMS 29,00%
<u>1110.00.00</u>	<u>IMPOSTOS</u>	<u>945.196</u>	<u>274.107</u>
1112.02.00.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	266.159	77.186
1112.04.31.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Rendimentos do Trabalho	52.826	15.320
1112.04.34.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Outros Rendimentos	4.482	1.300
1112.08.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais Sobre Imóveis - ITIV	85.632	24.833
1113.05.00.01	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	536.097	155.468
<u>1990.00.00</u>	<u>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</u>	<u>110.212</u>	<u>31.961</u>
1911.00.00	Multas de Juros de Mora de Impostos	30.119	6.123
1911.38.00.01	Multas de Juros de Mora de IPTU	22.850	6.627
1911.39.00.01	Multas de Juros de Mora de ITIV	25	7
1911.40.00.01	Multas de Juros de Mora de ISS	7.244	2.101
1931.11.00.01	Receita da Dívida Ativa do IPTU	45.730	13.262
1931.13.00.01	Receita da Dívida Ativa do ISS	34.363	9.965
<u>1700.00.00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>	<u>839.654</u>	<u>243.500</u>
1721.01.02.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	356.002	103.241
1721.09.01.01	Transferência Financeira do ICMS -Desoneração LC nº 87/96	290	84
1722.01.01.01	Cota-Parte Imp s/Oper. Rel. Circ. Merc. Prest. Serv. Transp. Inter.e Interm.ICMS	384.566	111.524
1722.01.04.01	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	276	80
1721.01.05.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	1
1722.01.02.01	Cota-Parte do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	98.515	28.569
	TOTAL GERAL	1.895.062	549.568

PREVISÃO DA RECEITA DA SAÚDE (CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL)
BASES PROJETO DE LEI LDO 2022

Data: 24/03/2022

CÓDIGO DA RECEITA	E S P E C I F I C A Ç ã O	VALOR ESTIMADO 2023	PARCELA SMS 29,00%
<u>1110.00.00</u>	<u>IMPOSTOS</u>	<u>856.484</u>	<u>248.380</u>
1112.02.00.01	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	245.028	71.058
1112.04.31.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Rendimentos do Trabalho	49.793	14.440
1112.04.34.01	Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Outros Rendimentos	4.225	1.225
1112.08.00.01	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais Sobre Imóveis - ITIV	77.043	22.342
1113.05.00.01	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	480.395	139.315
<u>1990.00.00</u>	<u>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</u>	<u>97.873</u>	<u>28.383</u>
1911.00.00	Multas de Juros de Mora de Impostos	27.510	5.593
1911.38.00.01	Multas de Juros de Mora de IPTU	20.987	6.086
1911.39.00.01	Multas de Juros de Mora de ITIV	23	7
1911.40.00.01	Multas de Juros de Mora de ISS	6.500	1.885
1931.11.00.01	Receita da Dívida Ativa do IPTU	40.340	11.699
1931.13.00.01	Receita da Dívida Ativa do ISS	30.023	8.707
<u>1700.00.00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>	<u>791.005</u>	<u>229.391</u>
1721.01.02.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	335.566	97.314
1721.09.01.01	Transferência Financeira do ICMS -Desoneração LC nº 87/96	274	79
1722.01.01.01	Cota-Parte Imp s/Oper. Rel. Circ. Merc. Prest. Serv. Transp. Inter.e Interm.ICMS	362.490	105.122
1722.01.04.01	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	259	75
1721.01.05.01	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	5	1
1722.01.02.01	Cota-Parte do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	92.411	26.799
	TOTAL GERAL	1.745.362	506.155

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CONTROLE DE ENDIVIDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA PARA O ORÇAMENTO

ANEXO 16 - LEI Nº 4320/64

POSIEDŁO EM: 31/12/2023

[illegible]

Natal, 19 de Abril de 2022

bIXL9+Xqk-Ltch↑/IXPLIX oIX 9C^{III} b59wb^{II} bIXLix II dIXI IX ↑IXLx↑dIXfLlPbIX-xIX↑II I^T TeoGGLpIX IIX wh/ ~~db~~^v ~~zhhwkd~~^{II} ~~zo~~^{II} 1 LILloLcLIIT bILf f cToIXILn ↑oLit Da

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CONTROLE DE ENDIVIDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA PARA O ORÇAMENTO

ANEXO 16 - LEI Nº 4320/64

POSÍČŮ O EM: 31/12/2024

Nº	BANCO	Nº DO CONTRATO	FINALIDADE	LEIS Nº DATA	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO P/ EXERC. SEGUINTE
								(+) EMISSÃO (+)	(-) RESGATE (-)	VALOR R\$
							CIRCULAÇÃO	TOTAL	TOTAL	
1	CEF/BANDERN	83/00007-0	SISTEMA DE ESG. SANIT. COMP. 8/12 -2 ETAPA	2684/79	9.229,57910 UPCS	148.217.596,26	0,00	0,00	0,00	0,00
2		85/10020-0	CURA - II 1 ETAPA	2677/79	14.187,82116 UPCS	631.985.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	CEF/BANDERN	86/20006-2	CURA -II 3 ETAPA	2677/79	41.302,00000 UPCS	6.053.296,22	0,00	0,00	0,00	0,00
4	CEF/BANDERN	87/10004-5	CURA - II 4 ETAPA	2677/79	114.675,56190 OTNS	63.310.859,88	0,00	0,00	0,00	0,00
5	CEF/BANDERN	CUSTAS/BANDERN	CUSTAS REF. CONTRATOS DO BANDERN	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PASEP	10469-725933/2013-92	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			4.221.055,91	0,00	78.009,00	250.961,00	0,00
	PREM-PGF	1227411	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			2.334.457,91	0,00	45.712,00	131.495,00	0,00
	INSS LEI 12.810	620092076	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			92.982.598,00	0,00	1.298.555,00	956.769,00	0,00
	PRT/PGFN-PASEP	996914	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			44.289.607,09	0,00	3.912.906,00	4.889.701,00	0,00
	PRT/RFB	80.001.300.001.091.800.000	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			24.182.996,20	0,00	233.951,00	2.642.914,00	0,00
	FGTS	2013-0026.20	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. FGTS			44.788.243,56	0,00	835.663,00	5.297.143,00	0,00
	PASEP	10469-404768/2019-23	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			3.620.212,20	0,00	100.403,00	980.446,00	0,00
9	SAN. P/TODOS	190.409-25/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE IGUAS PLUVIAIS	5.056/29.04.2004	37.837.856,71	37.837.856,71	0,00	2.209.051,00	3.807.641,00	0,00
11	SAN. P/TODOS	190.414-90/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO INSTIT.	5.056/29.04.2004	34.171.315,51	34.171.315,51	0,00	1.814.630,00	3.467.098,00	0,00
14	SAN. P/TODOS	246.050-05/2007	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE IGUAS PLUVIAIS	6.132/22.06.2007	4.483.749,00	4.483.749,00	0,00	259.194,00	514.092,00	0,00
15	PRÓ TRANSP.	239.162-00/2010	COPA FIFA 2014 - MOBILIDADE URBANA	6036/05.01.2010	293.000.000,00	293.000.000,00	0,00	18.674.317,00	28.030.620,00	0,00
	TOTAL GERAL.....					1.435.479.694,45	325.658.139,00	29.462.391,00	50.968.880,00	304.151.650,00

ბაღდათი ოტ! რაღაოტ ზაზა

bIXц94xdk-1joh↑/IXmPIx oIX 9C! b59mo↑↑YIXix II↓dIXI IX 1IXX↑dIXmPIxIXIXX↑↑t I "5000QpIX IX wh/ b < ~~mmmmmmmmmm~~ 3oцt) 1 ццoцццт Ibцт 5cBIXX↑тd↑oцт Da

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CONTROLE DE ENDIVIDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA PARA O ORÇAMENTO

ANEXO 16 - LEI Nº 4320/64

POSÍČŮ EM: 31/12/2025

Nº	BANCO	Nº DO CONTRATO	FINALIDADE	LEIS Nº DATA	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO	SALDO ANTERIOR CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO P/
								(+) EMISSÃO(+)	(-) RESGATE(-)	EXERC. SEGUINTE
								TOTAL	TOTAL	VALOR R\$
	1 CEF/BANDERN	83/00007-0	SISTEMA DE ESG. SANIT. COMP. 8/12 -2 ETAPA	2684/79	9.229,57910 UPCS	148.217.596,26	0,00	0,00	0,00	0,00
	2	85/10020-0	CURA - II 1 ETAPA	2677/79	14.187,82116 UPCS	631.985.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3 CEF/BANDERN	86/20006-2	CURA -II 3 ETAPA	2677/79	41.302,00000 UPCS	6.053.296,22	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 CEF/BANDERN	87/10004-5	CURA - II 4 ETAPA	2677/79	114.675,56190 OTNS	63.310.859,88	0,00	0,00	0,00	0,00
	5 CEF/BANDERN	CUSTAS/BANDERN	CUSTAS REF. CONTRATOS DO BANDERN	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PASEP	10469-725933/2013-92	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			4.221.055,91	0,00	78.461,00	250.961,00	0,00
	PREM-PGF	1227411	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			2.334.457,91	0,00	45.977,00	131.495,00	0,00
	INSS LEI 12.810	620092076	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. INSS			92.982.598,00	0,00	1.306.086,00	956.769,00	0,00
	PRT/PGFN-PASEP	996914	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			44.289.607,09	0,00	3.935.600,00	4.889.701,00	0,00
	PRT/RFB	80.001.300.001.091.800.000	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. PASEP			24.182.996,20	0,00	235.307,00	2.642.914,00	0,00
	FGTS	2013-0026.20	PARCELAMENTO COM A RECEITA FEDERAL - PAG. FGTS			44.788.243,56	0,00	840.509,00	5.297.143,00	0,00
	9 SAN. P/TODOS	190.409-25/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÒGUAS PLUVIAIS	5.056/29.04.2004	37.837.856,71	37.837.856,71	0,00	2.221.863,00	3.807.641,00	0,00
	11 SAN. P/TODOS	190.414-90/2006	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO INSTIT.	5.056/29.04.2004	34.171.315,51	34.171.315,51	0,00	1.825.155,00	3.467.098,00	0,00
	14 SAN. P/TODOS	246.050-05/2007	EXEC. DE OBRAS/SERVIÇOS, MANEJO DE ÒGUAS PLUVIAIS	6.132/22.06.2007	4.483.749,00	4.483.749,00	0,00	260.697,00	514.092,00	0,00
	15 PRØ TRANSP.	319.162-00/2010	COPA FIFA 2014 - MOBILIDADE URBANA	6036/05.01.2010	293.000.000,00	293.000.000,00	0,00	18.861.060,00	28.030.620,00	0,00
	TOTAL GERAL.....					1.431.859.482,25	303.919.649,00	29.610.715,00	49.988.434,00	283.541.930,00

Natal, 19 de Abril de 2022

b1XQ9+Xdk-1Joh↑/IXTPIX oIW 9C! b59wb tYIXix II dIX IX TUXt dIXTLPoIX IX tTIT I "50dUGPoIX IIX wh/ b vtnnnk6nntzocq' LqoCCIT TbqT cTbIXit d↑ oqt Da

DESCRIÇÃO DA RECEITA	REALIZADO		ORÇADO 2022	ESTIMATIVA			TOTAL TRIÊNIO
	2020	2021		2023	2024	2025	
1 - RECEITA PRÓPRIA							
411130310101 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO	57.471	48.226	59.482	49.793	51.287	52.826	153.906
411130340000 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	6.646	4.092	6.879	4.225	4.352	4.482	13.059
411180111010 - IPTU – PRINCIPAL PRÓPRIO	183.694	202.318	210.577	245.028	254.317	266.159	765.504
411118011201-IPTU – MULTAS E JUROS - PRÓPRIO	19.212	18.407	21.494	20.987	21.834	22.850	65.671
41180113010 – IPTU – DÍVIDA ATIVA – PRÓPRIO	11.778	24.477	17.630	40.340	43.869	45.730	129.939
41118041000 – ITBI – PRINCIPAL PRÓPRIO	56.662	66.446	67.452	77.043	80.613	85.632	243.288
41118014201 – ITBI – MULTAS E JUROS - PRÓPRIO	194	21	216	23	24	25	72
41118023101 – ISS – PRINCIPAL PRÓPRIO	350.819	398.140	396.374	480.395	504.674	536.097	1.521.166
41118023201 – ISS – MULTAS E JUROS - PRÓPRIO	6.554	5.552	9.900	6.500	6.819	7.244	20.563
41118023301 – ISS – DÍVIDA ATIVA – PRÓPRIO	2.869	9.177	4.865	30.023	32.834	34.363	97.220
41121011101 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	992	1.359	1.074	1.127	1.127	1.127	3.381
41121011102 - TAXA DE LICENÇA FUNC. DE EST. COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVIÇOS	8.804	9.949	14.112	10.297	10.555	10.819	31.670
41121011106 - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	1.508	1.453	1.561	1.504	1.541	1.580	4.625
41121011107- TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE			9	9	9	10	28
41121011108 - TAXA DE DOMÍNIO PÚBLICO		150	115	158	162	167	487
41121011109- TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	2.524	2.248	2.612	2.327	2.385	2.444	7.156
41121011112 - TAXA DE APREENSÃO, DEPÓSITO OU LIBERAÇÃO DE ANIMAIS		1	1	1	1	1	3
41121011113 - OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA	80	62	85	70	73	76	219
41121011114 - TAXA DE SERVIÇOS CADASTRALIS			1	1	1	1	3
41121011115 - TAXA DE CEMITÉRIOS	293	351	303	363	372	382	1.117
41122011101- TAXA DE COLETA, REMOÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO (TAXA DE LIXO)	80.370	91.460	95.103	106.774	110.849	116.011	333.634
41122011107- TAXA DE CUSTAS PROCESSUAIS				1	1	1	3
41121011317- TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO		21.418		22.114	22.778	23.461	68.352
41121011317- TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	9.334		10.400	-	-	-	-
4113000010- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA			211	218	224	229	672
411300012010- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – MULTA E JUROS DE MORA			1	1	1	1	
4721004111 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – PREFEITURA – FUNFIPRE	12	29.058	46.918	47.406	47.900	48.397	143.703
4721004111 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – CÂMARA – FUNFIPRE				2.812	2.842	2.871	8.525
4721004111 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – ARSBAN – FUNFIPRE			30	52	53	53	158
4721004111 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – NATALPREV– FUNFIPRE				283	285	288	856
4721004111 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – FUNCARTE– FUNFIPRE			118	119	120	122	361
4721004111 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – CEDIDOS– FUNFIPRE				51	52	52	155
4721004111 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – URBANA– FUNFIPRE				25	25	26	76
4722100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – PREFEITURA – FUNCAPRE	39.398	43.596	71.814	72.503	73.199	73.902	219.604
4722100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – URBANA – FUNCAPRE				25	27	29	81
4722100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – CEDIDIOS – FUNCAPRE			78	79	80	80	239
4722100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – CÂMARA – FUNCAPRE				958	968	978	2.904
4722100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – NATALPREV – FUNCAPRE				205	207	209	621
4722100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – ARSBAN – FUNCAPRE				120	122	124	366
4722100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL – FUNCARTE – FUNCAPRE				119	120	122	361
4121801110- CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO -PREFEITURA – FUNCAPRE	33.670	29.002	45.000	46.202	46.582	47.167	139.951
4121801110- CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO -CÂMARA MUNICIPAL – FUNCAPRE			420	424	428	433	1.285
4121801110- CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO -NATALPREV – FUNCAPRE			108	109	110	111	330
4121801110- CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO -ARSBAN – FUNCAPRE			64	65	65	66	196
4121801110- CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO -FUNCARTE – FUNCAPRE			134	135	137	138	410
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – CEDIDOS – FUNCAPRE				56	57	58	171
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – PREFEITURA – FUNFIPRE	24.776	10.429	27.900	28.190	28.483	28.800	85.473
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – CÂMARA MUNICIPAL – FUNFIPRE			1.640	1.657	1.674	1.691	5.022
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – URBANA – FUNFIPRE			15	16	16	16	48
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – NATALPREV – FUNFIPRE			165	167	168	170	505
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – ARSBAN – FUNFIPRE			30	30	31	31	92
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – FUNCARTE – FUNFIPRE			118	119	120	122	361

DESCRIÇÃO DA RECEITA	REALIZADO		ORÇADO 2022	ESTIMATIVA			TOTAL TRIÊNIO
	2020	2021		2023	2024	2025	
4121801110 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO – CEDIDOS – FUNFIPRE				27	28	52	107
412100431 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL FUNFIPRE	79	35	6.807	6.878	6.949	7.022	20.849
412100431 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL CÂMARA FUNFIPRE				312	315	318	
412100431 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL FUNCAPRE	4.514	6.318	31	31	32	32	39
412100431 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR PENSIONISTA FUNFIPRE	886	1.124	1.217	1.230	1.242	1.255	3.727
47218021 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR PENSIONISTA FUNCAPRE	3	10					
4218021101 –CPSSS – PARCELAMENTOS PRINCIPAL	629	587	584	38.362	38.730	39.102	116.194
4218021101 –CPSSS – PARCELAMENTOS CÂMARA PRINCIPAL				196	198	200	594
4218021101 –CPSSS – PARCELAMENTOS CÂMARA MULTAS EJUROS				523	528	533	1.584
4218021101 –CPSSS – PARCELAMENTOS MULTA E JUROS			1.709				
4218021101 –CPSSS – PATRONAL PARCELAMENTOS - PRINCIPAL			37.449				
4218021101 –CPSSS – PATRONAL PARCELAMENTOS - PRINCIPAL			548				
47990010- RECE. DE DECOR.DE APORTES PARA AMORT. DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	182.931	204.584	258.450	260.931	263.436	265.955	790.322
41210990- OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				1	1	1	3
41310011 - ALUGUEIS			1	1	1	1	3
41310011- ARRENDAMENTOS			1	1	1	1	3
41310012- FOROS	5.008		1	1	1	1	3
41310001– LAUDÊMIOS		6.826	8.964	7.925	8.920	8.806	25.651
41310990- OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS			1	1	1	8.290	8.292
13.25.00.00.01 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO. BANCÁRIOS – ROYALTIES			1	1	1	1	3
13.25.00.00.09 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO. BANCÁRIOS - CIDE			1	1	1	1	3
4132100110201 - REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.589	848	11.653	878	900	922	2.699
4132100410101.- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – FUNCAPRE BB	31.219	23.550	36.759	4.636	4.681	4.726	14.043
4132100410102.- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – FUNCAPRE CEF			67	37.112	37.468	37.828	112.408
4132100410102 REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – FUNFIPRE CEF			330	68	68	69	205
4132100410101.- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – FUNCAPRE BB (RENDA VARIÁVEL)		7	8	9	9	9	
4132100410102 REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – FUNFIPRE BB			3	3	3	3	9
4132100410406- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.	233	56	91	92	93	166	351
4132100410104 REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS - COMP. PREVIDENCIÁRIA BB			1				-
13.28.10.05- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS - SERV. ATIVOS NATALPREV		7		1	1	1	3
4132100410105- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS APOSENTADOS. E PENSIONISTAS	31	10	26	26	26	27	79
4132100410106 REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – TC DE ADM (RESERVA)	232	32	436	440	444	447	1.331
13.28.20.00- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – RF FUNFIPRE -CEF	467	24	4.211				-
13.28.20.00- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS – RF FUNCAPRE -CEF							-
13.28.20.00- REMUNERAÇÃO DOS INVEST. DO RPPS - COMP. PREVIDENCIÁRIA CEF				10.096	10.192	10.291	30.579
4132901000 - OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			1	1	1	1	3
413399110 - RECEITA DE CONCESSÃO E PERMISSÃO - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	17	4	3.400	683	711	744	2.138
416100111 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS			3	1	1	1	3
16.00.01.02 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MAT. ESCOLARES E PUBLICIDADE			5	5	5	5	15
16.00.01.99 - OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS				1	1	1	3
41640011104 - SERVIÇOS FINANCEIROS		10	301	1	1	1	3
416100211- SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS	18		312	322	332	342	996
416100111 - SERVIÇOS DE VENDAS DE EDITAIS	1		518	535	551	567	1.653
41610031108 SERVIÇOS DE VISTORIA EM VEÍCULOS	11		301	301	311	322	934
16.00.13.99 - OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	320		331	342	352	363	1.056
16.00.43.00 - SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	3	1	3	3	3	3	9
416909910 - OUTROS SERVIÇOS							-
41909912- OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS MULTAS E JUROS DE MORA – PRINCIPAL			1	1	1	1	3
41910011107 - MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	1.065	1.199	1.102	1.241	1.272	1.304	3.817
19.19.99.00 - OUTRAS MULTAS	754	707	255	730	752	774	2.256
419219911 - OUTRAS INDENIZAÇÕES				1	1	1	3

DESCRIÇÃO DA RECEITA	REALIZADO		ORÇADO 2022	ESTIMATIVA			TOTAL
	2020	2021		2023	2024	2025	TRIÊNIO
419229911 OUTRAS RESTITUIÇÕES	3.468	2.262	3.892	2.341	2.400	2.460	7.201
41990031101-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E O RPPS	6.603	9.714	1.296	10.000	11.664	12.597	34.261
4190991400- OUTROS RECEITAS PRIMÁRIAS DÍVIDA ATIVA	156		300				-
4190991405- OUTROS SERVIÇOS PRIMÁRIAS DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	18.896	16.947	19.557	18.500	19.237	20.132	57.869
41990991105- OUTRAS RECEITAS	1.571	253	105.000	65.205	67.324	69.512	202.041
42213001102 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200		313	323	334	345	1.001
42220001102 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	328		311	321	332	342	995
SUB TOTAL 1	1.158.892	1.292.507	1.621.561	1.771.891	1.834.427	1.913.652	5.518.938
2 - TRANSFERENCIAS CORRENTES							
4132100110102 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FUNDEB 60%	114	1.579	550	336	354	378	1.068
4132100110102 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FUNDEB 40%							
4178012100- COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM	301.485	404.385	342.109	335.566	345.633	356.002	1.037.201
4178013101 – COTA PARTE DO FPM – PARCELA EXTRA ENTREGUE MÊ DE DEZEMBRO – PRINCIPAL	13.567	17.725	1.000	16.700	17.201	17.717	51.618
4178014101 – COTA PARTE DO FPM – PARCELA EXTRA ENTREGUE MÊ DE JUNHO – PRINCIPAL		15.657	15.784	16.700	17.201	17.717	51.618
4178015101 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	6	11	5	5	5	5	15
417180231 - COTA-PARTE ROYALTIES-COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO – LEI Nº 7.990/89	5.093	7.953	2.184	2.142	2.206	2.273	6.621
41728114101-COTA-PARTE DO IMP. S/ OP. DE CRED. CÂMBIO E SEGURO OU A TÍTULO OU VAL MOB.							-
41728020000 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS- DESONERAÇÃO LC Nº 87/96			279	274	282	290	846
41728002210-COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO – FEP			300	310	319	329	957
41718991101- OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	134	792	101.456	80.000	82.400	84.872	247.272
41718991104- OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO- RECOMPOSIÇÃO DO FPM	22.816						
417280111- COTA-PARTE DO ICMS	308.379	351.583	369.558	362.490	373.365	384.566	1.120.421
417280121 - COTA-PARTE DO IPVA	87.116	93.757	94.213	92.411	95.646	98.515	286.572
41728013101 COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	344	367	264	259	268	276	803
41728014100 COTA- PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)	559	220	1.018	1.000	1.033	1.064	3.097
41728022100 - COTA-PARTE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE REC. MINERAIS - CFEM	30	21		22	22	23	67
41728023100- COTA-PARTE ROYALTIES-COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO-LEI Nº 7.990/89	5.382	7.257	5.133	5.035	5.211	5.367	15.613
417580110101 - TRANSF. DE REC. DO -FUNDEB 70%	130.994	198.213	189.757	231.948	244.843	261.127	737.918
41758011002 - TRANSF. DE REC. DO FUNDEB 30%	87.329	94.750	81.207	99.406	104.933	111.912	316.251
41758011003 - TRANSF. DE REC. DO FUNDEB COMPL. UNIÃO – VAAF			1.400	79	82	85	246
41758011004 - TRANSF. DE REC. DO FUNDEB COMPL. UNIÃO – VAAT			1.500	34	35	36	105
97.20.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-(138.239)	-(168.108)	-(161.286)	-(158.201)	-(163.040)	-(167.931)	-(489.172)
97.21.01.02 - DEDUÇÃO DA RECEITA FPM - FUNDEB e Redutor Financeiro	(60.297)	(80.877)	(68.422)	(67.113)	(69.127)	(71.200)	(207.440)
97.21.01.05 - DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB- ITR	(1)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	(3)
97.21.36.01 - DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB- ICMS- DESONERAÇÃO-LEI COMP 87/96		(68.350)	(56)	(55)	(56)	(58)	(169)
97.22.01.01 - DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB- ICMS	(60.449)	(18.806)	(73.912)	(72.498)	(74.673)	(76.913)	(224.084)
97.22.01.02 - DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB- IPVA	(17.423)	(73)	(18.843)	(18.482)	(19.129)	(19.703)	(57.314)
97.22.01.12 - DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF- IPI - EXPORTAÇÕES	(69)		(53)	(52)	(54)	(55)	(161)
SUB TOTAL 2	825.109	1.026.162	1.046.431	1.086.402	1.127.883	1.174.502	3.389.138
SUB TOTAL 3 (1 + 2)	1.984.001	2.318.669	2.667.992	2.858.293	2.962.309	3.088.154	8.908.076
11.21.21.00 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	3.905	3.018	4.052	3.643	3.829	4.068	11.540
11.21.26.00 - TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	215	315	107	243	256	271	770
11.21.31.00 - TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO							-
41112101106 - TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS			504	472	479	492	1.443
41128019108-TAXA DE LEGALIZAÇÃO – SEMURB			451	1	1	1	3
41128019109-TAXA DE REGULARIZAÇÃO – SEMURB			205	1	1	1	
411280291010-TAXA DE SERV. DIVERSOS – LAUDA DE LICENCIAMENTO			19	276	279	287	
411280291020-TAXA DE SERV. DIVERSOS – LICENCIAMENTO				423	428	441	1.292
12.20.29.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -COSIP	64.457	75.027	67.234	77.379	79.701	82.092	239.172
13.25.01.05.00 - REMUNERAÇÃO. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - COSIP	38	169	40	175	180	185	540
13.25.01.06.01 - REMUNERAÇÃO. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS – HONORÁRIOS PGM	1	30	6	57	259	62	378
13.25.01.06.02 - REMUNERAÇÃO. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS – PRECATÓRIOS	1	17	34	35	37	38	110

DESCRIÇÃO DA RECEITA	REALIZADO		ORÇADO 2022	ESTIMATIVA			TOTAL TRIÊNIO
	2020	2021		2023	2024	2025	
13.25.01.07.00 - REMUNERAÇÃO. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS – MULTAS DE TRÂNSITO	21	29	134	102	106	109	317
13.25.01.08.00 - REMUNERAÇÃO. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS – PROCON	8	32	1	16	17	19	52
13.25.01.09.00- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- ARSBAN	1	57	95	33	34	34	101
13.25.01.11 01- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- FURB	1	11	1	10	10	10	30
13.25.01.11 02- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- FUNAM	4	50	1	10	10	10	30
13.25.11.01 00- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- FUNCARTE CONVÊNIOS	3		1	1	1	1	3
13.25.11.02 00- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- FUNCARTE PARCERIAS	3		1	1	1	1	3
13.25.01.12 00- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- FUNSET			1	1	1	1	3
13.31.00.00.01 - RECEITA DE CONCESSÃO E PERMISSÃO – ARSBAN	4.473	4.470	6.602	6.661	6.726	6.796	20.183
13.33.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO E PERMISSÃO - DIREITOS DE USO DE ÁREA PÚBLICA	826						-
41233999111000200 RECEITA DE OUTORGA ONEROSA		600	188	695	731	777	2.203
41233999113000200 RECEITA DE OUTORGA ONEROSA – DÍVIDA ATIVA	378		513				
16.00.19.00 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	36	55	50	50	50	50	150
16.00.13.99 - OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			20.184	22.008	22.219	22.433	66.660
19.19.15.01 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – PRÓPRIOS	19.154	16.486	32.372	24.548	25.510	26.403	76.461
19.19.15.02 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – RENAIF			27	27	28	29	84
4190011110000 MULTAS URBANÍSTICA SEMURB			290	561	658	584	1.803
4190011310000 MULTAS URBANÍSTICA SEMURB – DÍVIDA ATIVA	3.763		1	610	617	635	1.862
41900661310000 MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS			68				-
19.19.26.02 - MULTAS PREVISTAS SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	204	219	2.046	805	825	846	2.476
19.90.02.01 - RECEITAS DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	3.763	5.770	3.354				-
4.1.9.9.0.99 – OUTRAS RECEITAS DE DOAÇÕES		1.229	3.200	955	955	955	2.865
4.2.5.9.0.0.- RECEITAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	362	345	248	377	52	54	483
SUB TOTAL 4	101.617	107.929	142.030	140.176	144.001	147.685	431.017
4 - OPERACAO DE CREDITO (Fonte 151)							
13.25.01.13 00- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- OPERAÇÃO DE CRÉDITO			1	1	1		2
21.00.00.00 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	75.501	77.955	80.293	82.702	240.950
21.14.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	-	-	75.501	77.955	80.293	82.702	240.950
21.14.03.00 -OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS P/ PROGRAMAS DE SANEAMENTO			30.500	31.491	32.436	33.409	97.336
21.14.05.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS P/ PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADM. PÚBLICA			1	1	1	1	3
21.14.99.00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS RELATIVAS À PROGRAMAS DE GOVERNO			45.000	46.463	47.856	49.292	143.611
21.14.99.00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS CONTRATUAIS							-
21.19.00.00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS							-
SUB TOTAL 5	-	-	75.502	77.956	80.294	82.702	240.952
5 - CONVENIOS E TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO							
413210011010301 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS -SAÚDE SUS	52	65	3.904	67	69	71	207
413210011010302 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS -SAÚDE ESTADO	3	9	621	9	10	10	29
413210011010203 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS CONVÊNIOS UNIÃO	1	14	6	14	15	15	45
413210011010302 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS -SAÚDE INVESTIMENTOS	26	366		378	389	401	
413210011010102 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNDE	52	6.089	7.567	336	355	379	1.070
413210000110199 - REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	286	1.384	12	1.429	1.472	1.516	4.417
413210011010104 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS – FNAS	30	178	127	247	255	262	764
413210000110199 - REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS – COVID	6	9					
41718030110000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-REPASSE FUNDO A FUNDO	407.307	375.865	551.165	394.887	416.388	437.708	1.248.983
41780311010100 - ATENÇÃO BÁSICA	52.285	73.951	51.200	44.849	48.429	50.908	144.186
41780311020100- ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	231.696	251.428	424.628	328.890	345.728	363.430	1.038.048
41780311020102- REFORÇO A ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM DECORRÊNCIA DA COVID 19	95.767	30.371	30.058	15.535	16.331	17.167	49.033
41780311020103- REFORÇO A ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM DECORRÊNCIA DA COVID 19	8.894	1.157	300	5.550	5.834	6.133	17.517
41780311310100- VIGILÂNCIA EM SAÚDE	13.084	13.656	15.402				-
4718034101000 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	5.258	5.242	4.956				-
47180351010000 - GESTÃO SUS	323	60	60	63	66	70	199

DESCRIÇÃO DA RECEITA	REALIZADO		ORÇADO 2022	ESTIMATIVA			TOTAL
	2020	2021		2023	2024	2025	QUADRIÊNIO
41780411010100 - ATENÇÃO BÁSICA		1.163	500				-
41780311020100- ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.484	24.061				-
17.21.34.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	14.532	5.611	2.022	5.865	6.044	6.225	18.134
17.21.34.01 - API - PROGRAMA DE ATENÇÃO A PESSOA IDOSA			1	1	1	1	3
17.21.34.02 - PAS - PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA			1	1	1	1	3
17.21.34.03 - PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL			6	1	1	1	3
17.21.34.04 - PAC - PROGRAMA DE ATENÇÃO À CRIANÇA			1	1	1	1	3
17.21.34.05 - AGENTE JOVEM			1	1	1	1	3
17.21.34.06 - PROGRAMA DE COMBATE A FOME			2.021	1	1	1	3
17.21.34.07 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	5.235	5.611	5.056	5.859	6.038	6.219	18.116
17.21.34.08 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FNAS COVID -19	9.297						
17.21.35.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	13.440	6.817	13.240	19.398	17.610	16.370	53.378
17.21.35.01 - TRANSF. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	6.339	6.371	7.258	7.494	7.756	8.027	23.277
17.21.35.02 - TRANSF. DIRETAS DO FNDE REF. AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	6.470		1				-
17.21.35.03 - TRANSF. DIRETAS DO FNDE REF. AO PROGRAMA NAC. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	631			6.191	6.344	6.587	19.122
17.21.35.99 - PROGRAMA NAC. DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE							
17.21.35.99 - OUTRAS TRANSF. DO FUNDO NAC. DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		446	5.981	5.713	3.510	1.756	10.979
17.30.00.00 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS			5.000	5.000	5.000	5.000	15.000
17.30.00.00 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - COVID	3.905						
17.61.01.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			349				-
17.61.02.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO			977	145	1	1	147
17.61.03.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.128	1.350	2.405	565	565	565	1.695
17.61.03.00 - TRANSF. DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROG. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COVID -19							
17.61.04.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE A FOME				2.168	2.233	2.300	6.701
17.61.05.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO			76.448	78.933	81.301	83.740	243.974
17.61.99.00 - OUTROS CONVÊNIOS DA UNIÃO	53.614	91.601	81.290	83.932	86.450	89.043	259.425
41718109105 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAL DA UNIÃO			103				
41718991107.- OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO- AUXÍLIOS FINANCEIRO CORONAVÍRUS	94.276	-					
41718991107.01- OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO- AUXÍLIOS FINANCEIRO CORONAVÍRUS - SAÚDE	75.495						
41718991107.02- OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO- AUXÍLIOS FINANCEIRO CORONAVÍRUS -SAÚDE	10.883						
41718991107.03- OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO- AUXÍLIOS FINANCEIRO CORONAVÍRUS -SEMTAS	1.921						
41718991107.02- OUTRAS TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO- AUXÍLIOS FINANCEIRO CORONAVÍRUS FIC/FUNCCARTE	5.977						
17.62.99.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS		300	3.034	3.028	3.028	3.028	9.084
17.62.02.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO							-
17.62.02.00.11 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SAÚDE		225	1				-
17.62.02.00.11 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS - COVID - 19	769						
17.62.01.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	51.779	70.568	71.311	76.538	80.400	84.516	241.454
417280301102 TRANF. DE REC. AO PROGRAMA DO SUS - ESTADO - COVID 19	550						
17.63.99.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	63	164	230	237	245	252	734
2421.01.01 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA BLOCO DE INVESTIMENTO DA SAÚDE							-
SUB TOTAL 6	644.819	564.262	824.877	673.177	701.829	731.402	2.105.241
TOTAL GERAL	2.730.437	2.990.860	3.710.401	3.749.602	3.888.434	4.049.943	11.685.286

ÍNDICES UTILIZADOS

NATAL
PRODUTO INTERNO BRUTO
2010 – 2025
DATA: 17/03/2022

Ano	Valor	Δ% Anual	Observação
2010	12.918.972		série encerrada
2011	14.701.974	-12,13	série encerrada
2012	16.542.636	-11,13	série encerrada
2013	18.465.101	-10,41	série encerrada
2014	19.100.605	-3,33	série encerrada
2015	20.591.133	-7,24	série encerrada
2016	21.861.053	-5,81	série encerrada
2017	23.458.658	-6,81	série encerrada
2018	23.458.658	0,00	série encerrada
2019	24.588.507	-4,60	série encerrada
2020	24.834.392	1,00	Projeção SEMAD
2021	25.082.736	1,00	Projeção SEMAD
2022	25.333.563	1,00	Projeção SEMAD
2023	25.586.899	1,00	Projeção SEMAD
2024	25.842.768	1,00	Projeção SEMAD
2025	26.101.196	1,00	Projeção SEMAD

Fonte: IBGE



ÍNDICE GERAL DE INFLAÇÃO
(Bacon Central do Brasil - BACEN)

Data: 04022022

1 - ANOS POSTERIORES

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes	
2023 (Referência)	$(1 + (\text{tx inflação } 2022/100))$ $1 + (3,25/100)$
Índice de Deflação	1,03
2024	$(1 + (\text{tx inflação } 2023/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2024/100))$ $1 + (3,25/100) \times 1 + (3,00/100)$ $1,025 \times 1,03$
Índice de Deflação	1,06
2025	$(1 + (\text{tx inflação } 2023/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2024/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2025/100))$ $1 + (3,25/100) \times 1 + (3,00/100) \times 1 + (3,00/100)$ $1,0325 \times 1,030 \times 1,03$
Índice de Deflação	1,10

2 - ANOS ANTERIORES

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes	
2023 (-1) Ano Referência 2022	ano base $(1 + (\text{tx inflação } 2022/100))$ $(1 + (1,0350/100))$
Índice de Deflação	1,01
2023 (-2) Ano Referência 2021	$(1 + (\text{tx inflação } 2022/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2021/100))$ $1,0350 \times 1,10375$
Índice de Deflação	1,07
2023 (-3) Ano Referência 2020	$(1 + (\text{tx inflação } 2022/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2021/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2020/100))$ $1 + (3,50/100) \times 1 + (3,75/100) \times 1 + (4,00/100)$ $1,050 \times 1,1075 \times 1,104$
Índice de Deflação	1,26
2023 (-4) Ano Referência 2019	$(1 + (\text{tx inflação } 2022/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2021/100)) \times (1 + (\text{tx inflação } 2020/100)) \times (\text{tx inflação } 2019/100)$ $1 + (3,50/100) \times 1 + (3,75/100) \times 1 + (4,00/100) \times 1 + (4,25/100)$ $1,0350 \times 1,0375 \times 1,1042 \times 1,0425$
Índice de Deflação	1,24

Fonte: SÉRIE HISTÓRICA DE METAS PARA A INFLAÇÃO NO BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL



Histórico das metas para a inflação

O regime de metas para a inflação tem sido bem sucedido no Brasil. O sistema tem possibilitado que a inflação fique sob controle, em níveis relativamente baixos. Desde a adoção do regime em 1999, a inflação tem se situado dentro do intervalo de tolerância na maioria dos anos-calandário.

Mesmo quando diante de choques significativos que colocaram a inflação temporariamente fora do intervalo de tolerância, a inflação retornou à trajetória das metas. Fundamental para isso tem sido a ancoragem das expectativas de inflação, isto é, as pessoas utilizam a meta da inflação como referência da inflação prospectiva. Isso dá maior previsibilidade para a economia e melhora o planejamento das famílias, empresas e governo.

O sistema também trouxe altos níveis de transparência e responsabilização. Por exemplo, o comunicado e a ata das reuniões do Copom e o Relatório de Inflação trazem a visão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a economia e as razões das decisões tomadas.

A inflação ficou fora do intervalo de tolerância em cinco anos: 2001, 2002, 2003, 2015 e 2017. Como manda o sistema, o presidente do Banco Central escreveu carta aberta ao presidente do Conselho Monetário Nacional (CMN), contendo descrição detalhada das causas do descumprimento da meta, as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e o prazo no qual se espera que as providências produzam efeito.

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)	
1999			8	2	6-10	8,94	
2000	Resolução CMN nº 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97	
2001			4	2	2-6	7,67	
2002	Resolução CMN nº 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53	
2003*	Resolução CMN nº 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	9,3	
	Resolução CMN nº 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5		
2004*	Resolução CMN nº 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	7,6	
	Resolução CMN nº 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8		
2005	Resolução CMN nº 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69	
2006	Resolução CMN nº 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14	
2007	Resolução CMN nº 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46	
2008	Resolução CMN nº 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,9	
2009	Resolução CMN nº 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31	
2010	Resolução CMN nº 3.584	01/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91	
2011	Resolução CMN nº 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,5	
2012	Resolução CMN nº 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	5,84	
2013	Resolução CMN nº 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	5,91	
2014	Resolução CMN nº 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	6,41	



2015	Resolução CMN nº 4.237	28/6/2013	4,5	2	2,5-6,5	10,67
2016	Resolução CMN nº 4.345	25/6/2014	4,5	2	2,5-6,5	6,29
2017	Resolução CMN nº 4.419	25/6/2015	4,5	1,5	3,0-6,0	2,95
2018	Resolução CMN nº 4.499	30/6/2016	4,5	1,5	3,0-6,0	3,75
2019	Resolução CMN nº 4.582	29/6/2017	4,25	1,5	2,75-5,75	4,31
2020	Resolução CMN nº 4.582	29/6/2017	4	1,5	2,5-5,5	4,52
2021	Resolução CMN nº 4.671	26/6/2018	3,75	1,5	2,25-5,25	10,06
2022	Resolução CMN nº 4.724	27/6/2019	3,50	1,5	2,00-5,00	
2023	Resolução CMN nº 4.831	25/06/2020	3,25	1,5	1,75 - 4,75	
2024	Resolução CMN nº 4.918	24/06/2021	3,00	1,5	1,5 - 4,50	

* A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.



[2021 - Carta aberta](#)

https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/OF_CIO_823_2022_BCB_SECRE_01.pdf



[2017 - Carta Aberta](#)

https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2017.pdf



[2015 - Carta Aberta](#)

https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2015.pdf



[2003 - Carta Aberta](#)

https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2003.pdf



[2002 - Carta Aberta](#)

https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2002.pdf



[2001 - Carta Aberta](#)

https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/carta2001-2000-1999.pdf



**METODOLOGIA E
ESTIMATIVA DE RECEITAS
PERÍODO 2022 - 2024
(OFÍCIOS RECEBIDOS)**



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Administração - CNPJ: 08.241.747/0004-96

CHEFIA DE GABINETE

Rua Santo Antônio, 665, Centro Cep: 59025-520

Natal/RN, 07 de fevereiro de 2022.

OFICIO Nº 360/2022 - SEMAD-GAB/SEMAD

Assunto: Previsão das receitas para Projeto de Lei LDO 2022

Ao Ilustríssimo Senhor,

Fernando Pinheiro de Sá Benevides

Procurador Geral do Município

Natal/RN

Senhor Procurador,

Solicitamos a V.S^a nos enviar **impreterivelmente até o dia 18/03/2022**, para fins de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, a estimativa de Receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 como também a Tabela 01- Demonstrativos dos Riscos Fiscais e Providências para fins de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. Salientamos que a presente informação tem como base legal art. 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Na previsão de arrecadação da receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, a metodologia de cálculo a ser adotada deve atender as normas da Portaria Conjunta nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações, como também o 12º Manual de Demonstrativo Fiscais da STN com objetivo de padronizar a projeção das receitas do Município.

*A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico: <http://www2.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora: **6c48.56a6 21c9.fdf1 7d38.fbea b3b0.dfd1**, Data/Hora: **07/02/2022 13:00:02***

*Impressão Gerada em: 09/02/2022 08:50:38
por: eros.bentes*

Of?cios 360/2022-CHEFIA DE GABINETE

1/6



Ressaltamos que os valores a serem informados deverão vir acompanhados da memória e metodologia de cálculo.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente,



ADAMIRES FRANCA
Secretária Municipal de Administração

A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www2.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora: 6c48.56a6 21c9.fdf1 7d38.fbea b3b0.dfd1, Data/Hora: 07/02/2022 13:00:02

Impressão Gerada em: 09/02/2022 08:50:38
por: eros.bentes

Of?cios 360/2022-CHEFIA DE GABINETE

2/6



Movimentações / Despachos

Enviado em	Origem	Destino	Recebido em	Despacho	Somente Leitura <input type="checkbox"/>
08/02/2022 10:53:31 por leila.medeiros	SEMAD-GAB	PGM-PROTOCOLO-GAB	09/02/2022 08:49:47 por eros.bentes		Não


A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www2.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora: **6c48.56a6 21c9.fdf1 7d38.fbea b3b0.dfd1**, Data/Hora: **07/02/2022 13:00:02**

Impressão Gerada em: 09/02/2022 08:50:38
por: eros.bentes

Of?cios 360/2022-CHEFIA DE GABINETE

3/6



Arquivos Anexos			
Objeto	Arquivo	Usuario	Data Inclusão
 informa??o	360-2022.pdf	leila.medeiros	08/02/2022 09:50:07

A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www2.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora: **6c48.56a6 21c9.fdf1 7d38.fbea b3b0.dfd1**, Data/Hora: **07/02/2022 13:00:02**
Impressão Gerada em: 09/02/2022 08:50:38
por: eros.bentes *Of?cios 360/2022-CHEFIA DE GABINETE* 4/6



I. ANEXO PGM

1. As receitas abaixo relacionadas:

Código	Discriminação	Unidade	Valor Previsto 2023	Valor Previsto 2024	Valor Previsto 2025
13.25.01.06.01	Remuneração Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Honorários PGM	17991101			
13.25.01.06.02	Remuneração Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Precatórios PGM	17570000			
19.31.11.00.01	Receita de Dívida Ativa do IPTU	15000000			
19.31.13.00.01	Receita de Dívida Ativa do ISS	15000000			
19.31.99.00.01	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos - Taxas	15010000			
19.32.00.00.01	Receita de Dívida Ativa não Tributária	15000000			
19.90.02.01.01	Receita de Honorários de Advogados	17991101			
25.90.00.00.03	Receita Provenientes de Depósitos Judiciais	17570000			



PRELIMINAR: RA MINUTUAL DO NACAL
CAPITULO DE DIRECÇÕES ORGANIZACIONAIS
ANEXO DE MEDIDAS FISCAIS
ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO 2011

FRONT: 8 cm. Top: 10 cm. Right: 10 cm. Left: 10 cm. Bottom: 10 cm.

Q. Já sabe quem é o responsável por essa situação? A. Não sei quem é o responsável, mas sei que a situação é muito grave. Já sabe quem é o responsável por essa situação? A. Não sei quem é o responsável, mas sei que a situação é muito grave.

1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 26

Elaboración de la información: proporcionar la información correspondiente (1) en forma

Downloaded by: Technische Universität München
Date: November 10, 2015, 11:57:10 AM
IP: 137.138.132.100



DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - CARTORIO
Destino
PGM - UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS

Para Análise e Providências

Natal, 10/02/2022
KEZIA CRISTINA ALVES DA SILVA
Matrícula: P00102





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS
Destino
PGM - Procuradoria Geral Substituta

Segue os autos, para providências quanto ao atendimento da solicitação feita no Ofício 360/2022 - SEMAD-GAB

Natal, 14/02/2022
AEDRA LIDIANNI MORAIS LIMA
Matrícula: 724118





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - Procuradoria Geral Substituta
Destino
PGM - CHEFIA FISCAL

A Digna Procuradora Chefe da Fiscal, para atender aos termos do ofício objeto deste processo.

Natal, 14/02/2022
CELINA MARIA LINS LOBO
Matrícula: 129984





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - CHEFIA FISCAL
Destino
SEMUT - Gabinete do Secretário de Tributação

À SEMUT PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SEMAD NO TOCANTE À ESTIMATIVA DAS RECEITAS.

Natal, 14/02/2022
PRISCILLA MARIA MARTINS PESSOA GUERRA
Matrícula: 477907





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
SEMUT - Gabinete do Secretário de Tributação
Destino
SEMUT - ANDRE MAIA CARNEIRO LEAO - DIAF

Para analisar a possibilidade de atendimento do pleito.

Natal, 16/02/2022
LUDENILSON ARAUJO LOPES
Matrícula: 710644



t w9C9lǎ- w! a - b/l/t! [59 b! ǎ! [4%h
{9/w9ǎ! w! a - b/l/t! [59 ǎwL - ǎ! 4%h
9{ǎ! ǎ! 59 w9/9ǎ! {
[5h 𢆶𢆶𢆶

CODIGO	ESPECIFICACAO	ARRECADADO	Var %	ARRECADADO	Var %	ARRECADADO
RECEITA		2018	2019x2018	2019	2020x2019	2020
	A - RECEITAS PROPRIAS	39.498,00		50.052,00		37.826,00
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	35.370	41	49.858	(25)	37.464
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	35.370	41	49.858	(25)	37.464
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	16.720		21.976		14.647
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Imposto de Renda sobre a renda e ganhos de capital	16.720		21.976		14.647
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto de Renda sobre a renda e ganhos de capital - Pessoa Física	16.720		21.976		14.647
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	Imposto de Renda sobre a renda e ganhos de capital - Pessoa Física - Pessoa Física	13.542	31,35	17.787	-33,78	11.778
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS - PRÓPRIO - DÍVIDA ATIVA	3.178	31,81	4.189	-31,51	2.869
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	147,00		150,00		1,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	Dividendos	147		150		1
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.01	REMU N DEP BANC VINC HONORE RIOS	15	-46,67	8	-87,50	1
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.02	REMU N DEP BANC VINC PRECATÓRIOS	132	7,58	142	-100,00	-
4.1.3.3.9.99.1.1.00.00.00	h- m- { 59[9D! 4! 9{ 59{9w l4h{ t . [l/h{ t wlb	-		-		-
4.1.3.3.9.99.1.3.00.02.00	RECEITA DE OUTORGA ONEROSA - DÍVIDA ATIVA	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	18.503		27.732		22.816
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIA	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-
4.1.9.1.0.01.1.3.11.00.00	MULTA URBANÍSTICA - SEMURB - DÍVIDA ATIVA	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-
4.1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	9b/! wDh{ [9D! l{ t 9[! lb{/w4%h 9a 5N l5! ! m!	2.941		4.433		3.763
4.1.9.9.0.12.1.1.01.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIV	2.941	50,73	4.433	-15,11	3.763
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	h- m- { w9/ 9l! {	15.562,00		23.299,00		19.053,00
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMÉRIAS - DÍVIDA ATIVA	76	168,42	204		157
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	h- m- { w9/ 9l! { t wla #w! { 5N l5! ! m!	15.486,00	49,13	23.095,00	-18,18	18.896,00
4.1.9.9.0.99.1.4.05.00.00	OUTROS SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUR	15.486		23.095		18.896



t w9C9l a - b/l t! [59 b! m! [{9/ w9 a - b/l t! [59 wL - m! 4%h 9{ mla ! m! ! 59 w9/ 9l! { [5h m m

4.2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.128	(95)	194		362
4.2.9.0.0.00.1.1.03.00.00	RECEITA PROVENIENTE DE DEPOSITOS JUDICIAIS	4.128	-95,30	194	86,60	362

w m m m						
CODIGO	ESPECIFICACAO	ORAMATUAL	ARRECADADO	ARRECADADO REAL		
RECEITA		2022	2021	JAN a FEV/21	JAN a FEV/22	Var %
	A - RECEITAS PROPRIAS	91.913,00	113.867,00	11.572,00	-	2022x2021
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	91.665	113.522	11.525	-	(100)
4.1.1.0.0.0.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIES DE MELHORIA	91.665	113.522	11.525	-	(100)
4.1.1.1.0.0.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	44.990	67.310	5.662	-	(100)
	la th{ m{ 9{ t9/ m/ h{ 59 9{ m! 5h{ mC a - b/l m h{					
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00		40.125	58.133	4.938	-	(100)
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	lt m- m m m! ! m! !	22.495	33.655	2.831	-	(100)
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU - DVIDA ATIVA	17.630	24.478	2.107		(100)
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS - PROPRIO - DVIDA ATIVA	4.865	9.177	724		(100)
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	43.321	40.442	4.964	-	(100)
	w9a - b9wL 4%h 59 59tj { m h{ . ! b/ #wLh{ 59 w9/ - w h{ ' lb/ - [! 5h{					
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00		40	47	-	-	#DIV/0!
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.01	REMUN DEP BANC VINC HONORRIOS	6	30	-		#DIV/0!
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.02	REMUN DEP BANC VINC PRECATRIOS	34	17	-		#DIV/0!
	h- m wL { 59 [9D! 4! 9{ 59 {9w l4h{ t . [l h{ m t wLb					
4.1.3.3.99.1.1.00.00.00		513	-	-	-	#DIV/0!
4.1.3.3.99.1.3.00.02.00	RECEITA DE OUTORGA ONEROSA - DVIDA ATIVA	513	-	-	-	#DIV/0!
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	42.768	40.395	4.964	-	(100)
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIA					
4.1.9.1.0.01.1.3.11.00.00	MULTA URBANSTICA - SEMURB - DVIDA ATIVA	-	-	-		#DIV/0!
	9b/! wDh{ [9D! l t 9! lb{ /wL4%h 9a m m m! ! m!					
4.1.9.0.12.0.0.00.00.00		3.354	5.770	899	-	(100)



t w9C9l- w! a - b l/ lt! [59 b! a! [
 {9/ w9a! w! a - b l/ lt! [59 w! - a! 4%h
 9{ a! a! ! 59 w9/ 9! {
 [5h 443

4.1.9.9.0.12.1.1.01.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIV	3.354	5.770	899	-	(100)
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	h- w! { w9/ 9! {	39.414	34.625	4.065	-	(100)
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMEIRIAS - DÍVIDA ATIVA	19.857	17.677	95		(100)
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	h- w! { w9/ 9! { 4! w! a #w! { 5 N! 5! ! a! !	19.557	16.948	3.970	-	(100)
4.1.9.9.0.99.1.4.05.00.00	OUTROS SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUR	19.557	16.948	3.970		(100)
4.2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	248	345	47	-	(100)
4.2.9.9.0.00.1.1.03.00.00	0 RECEITA PROVENIENTE DE DEPOSITOS JUDICIAIS	248	345	47		(100)



t w9C9l a - b l / l t ! [59 b ! a ! [{ 9 / w 9 a ! w l a - b l / l t ! [59 w l - a ! 4 % h 9 { a ! a ! ! 59 w 9 / 9 l ! { [5 h a a

w a a a a

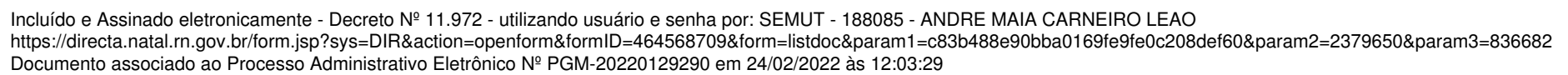
Var %	ARRECADADO	ORÇADO-LOA 2021 para 2022	Var %
2021x2020	2021	2022	2022x2021Proj
	57.494,00	46.507,00	
53	57.149	46.259	(19)
53	57.149	46.259	(19)
	33.655	22.495	
	33.655	22.495	
	33.655	22.495	
107,83	24.478	17.630	(28)
219,87	9.177	4.865	(47)
	47,00	553,00	
	47	40	
2900,00	30	6	
#DIV/0!	17	34	
#DIV/0!	-	513	#DIV/0!
#DIV/0!	-	513	#DIV/0!
	23.447	23.211	
#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
	5.770	3.354	
53,34	5.770	3.354	(42)
	17.677,00	19.857,00	
364,33	729	300	(59)
-10,31	16.948,00	19.557,00	15,39
-10,31	16.948	19.557	15



t w9C9l a- w! a - b l/ lt! [59 b! a! [
{9/ w9a! wL a - b l/ lt! [59 wL - a! 4%h
9{ a! a! ! 59 w9/ 9! {
[5h 44

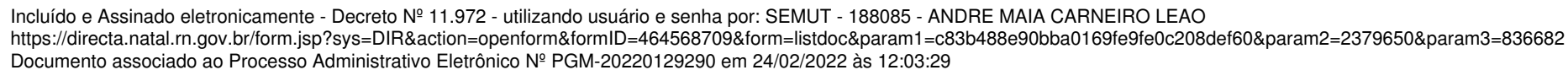
	345	248	
-4,70	345	248	(28)



[illegible]

た
た
あ
え
え
い
す
わ



[illegible]

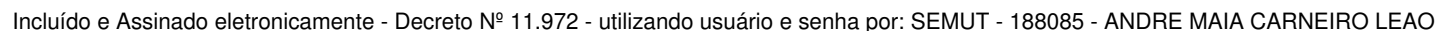
[5h] [材材]

$\frac{1}{\sqrt{\pi}} \int_{-\infty}^{\infty} f(x) e^{-x^2} dx$	ガウス積分
$\frac{1}{\sqrt{\pi}} \int_{-\infty}^{\infty} f(x) e^{-x^2} dx = \frac{1}{\sqrt{\pi}} \int_{-\infty}^{\infty} f(x) e^{-x^2} dx$	ガウス積分の性質

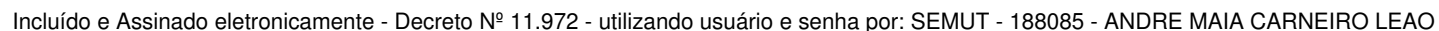


9a j wL 59 / #[/ - [h

w9/9Lq! h- xwh{ {9w1 L4h{ [5N15! ! xL1! [a - [q! {9Ww



9a i w! 59 / # [/ - [h

[illegible]

[5h] [材材

LTTdplwYXoIX	-4/-IIX 柱III X □ LCT DCPXTQmL	bIXlcltTTPULOT wEzAlnUvST I IGBlAtJ.
--------------	-------------------------------	--------------------------------------



{9/w9! w! a - b/l! [59 w! - ! 4%h
a 9a j w! 59/#[- [h
[5h ~~na~~
w9/9! { /hb{! b9{



{9/w9! w! a - b/l! [59 w! - ! 4%h
a 9a j w! 59/#[- [h
[5h
w9/9! { /hb{! b9{

/↑↓ΔΓ↑ IXΞ		a h
ΔIXIX↑↓←↑IXh3→h h		

w9/9! !t - 5N! ! ! !										
/[! {{LD/! 4%h	5335h3h3h3h				h h			h h		
! bh	! ↑↑ΔlpIX h3	!t /! a ↑ I L 3	C /	1 ΔIX↑ΓCIX h h	9b QIX [ΓCIX w	9b QIX 9↑XIX CΔL/w	9b QIX L	t ↑IX↑LpIX	9b QIX t L	t ↑IX↑LpIX



{9/ w9! w! a - b/ l! [59 w!, - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #/ [- [h
[5h ぢぢ
w9/ 9! { / / hb{! b 9{

WIr QIX	わ	相れ	ワル	ワレ	□	□	ワル	わ	相れ	ワ
W↑↑QIX	ワル	相れ	ワル	ワレ	□	□	ワル	ワル	相れ	ワレ
a LQIX	を	相れ	ワル	を	□	□	ワル	を	相れ	を
! r Ws	ワレ	相れ	ワレ	ワレ	□	□	ワレ	ワレ	相れ	ワレ
a LQIX	ワル	相れ	ワル	ワル	□	□	ワル	ワル	相れ	ワル
WQIX	ワレ	相れ	ワレ	ワレ	□	□	ワレ	ワレ	相れ	ワレ
WQIX	ワレ	相れ	ワレ	ワレ	□	□	ワレ	ワレ	相れ	ワレ
! QIX↑IX	ワレ	相れ	ワレ	ワレ	□	□	ワレ	ワレ	相れ	ワレ
{ r↑ Ir↑IX	ワレ	相れ	ワレ	ワレ	□	□	ワレ	ワレ	相れ	ワレ
h Q↑IX	ワレ	相れ	ワレ	ワレ	□	□	ワレ	ワレ	相れ	ワレ
bIX↑ Ir↑IX	ワレ	相れ	ワレ	ワレ	□	□	ワレ	ワレ	相れ	ワレ
5 r↑ Ir↑IX	を	相れ	ワレ	を	□	□	ワレ	を	相れ	を
ph m! [ワレ			ワレ	□	□		ワレ		ワレ

↑↑↑↑↑↑↑↑↑↑		003
↓↑↓↑↓↑↓↑↓↑↓↑		

w9/ 9L! w9a - b 59t . ! b/ ^ lb/ tw9/! mj wh{										
/[! {{ C/! 4%h	あさひのけしき				わわ			わわ		
! bh	! ↑↑↓pIX わ	lt /! a t ↓w3	C /	^ IX↑GIX わ	9y QIX [T-Q%WYX wえ	9y QIX 9↑HXIX CQ↓wえ	9y QIX t L	t ↑IX↑↓pIX	9y QIX t L	t ↑IX↑↓pIX
wIX QIX	□	わん	わん	□	□	□	わん	□	わん	□
y ↑↑↑ QIX	□	わん	わん	□	□	□	わん	□	わん	□
a LIYIX	3	わん	わん	3	□	□	わん 3	3	わん	3



$\forall x (x \in A \rightarrow x \in B) \wedge \forall x (x \in B \rightarrow x \in A) \rightarrow A = B$

fls. 27

$\forall x (x \in A \rightarrow \exists y (y \in B \wedge x \in y))$

↑↓ADIT IXE	50 50
ADIX IXL ← IXL 13 ← 13	



$\forall x (x \in A \rightarrow x \in B) \wedge \forall x (x \in B \rightarrow x \in A) \rightarrow A = B$

{9/ w9! w! a - b/ l! [59 w!, - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #/ [- [h
[5h ぢぢ
w9/ 9! { / / hb{! b 9{

↑↑DIGIT INDEX		0000
DIGI INDEX↑↑0000		

w9/9l! h- qwh{ {9w l4h{ 5Nl5! !l! !a - [q! {9Ww										
/[! {{lQ/! 4%h	あさあな 36h3h3h				あな				あな	
! bh	! ↑↑dLpLpIX あな	lt /! a T ILL/3	C /	1 4IX↑↑CIX あな	9h IX [T CIX]IX w元	9h IX 9↑HIXIX CIX]w元	C / T 5	t ↑IX↑LpIX	C / T 5 9h IX L	t ↑IX↑LpIX
WdIX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
h ↑↑IX	あな	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
a LpIX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
! r ↑IX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
a LpIX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
WdIX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
WdIX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
! 4IX↑IX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
{r ↑ Ir ↑IX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
h ↑IX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
bIX↑ Ir ↑IX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
5T ↑ Ir ↑IX	36h	あな	あな	36h	□	□	あな	36h	あな	36h
h h!	36h			36h	□	□		36h		36h

↑↑↓DGLT INDEX		<input checked="" type="checkbox"/> 008
↓IXI ixll ← IXI ixll ← ねね		



{9/ w9! w! a - b/ l! [59 w!, - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #/ [- [h
[5h ぢぢ
w9/ 9! { / / hb{! b 9{

w9/9L! t wh' 9bI9b=9 5 9 5 9 t h { l e h { W 5 / L U l l										
/ [! { { l Q / ! 4 % h	あ い う え お				か き く				け こ	
! bh	! ↑↑ d b l p I X かき	lt /! a τ I I U / 3	C /	1 Ⅴ I X ↑ t e o I X けこ	9 ㄱ I X [t e o % l b I X w ㄴ	9 ㄱ I X 9 ㄱ H X I X C d l l w ㄴ	C / τ ㄴ	t ↑ I X ↑ l p I X	C / τ ㄴ w 9 ㄱ I X L	t ↑ I X ↑ l p I X
W I F I X		あ	か	け	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
ㄱ ↑↑ I X	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
a l I I X	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
! r I O 3	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
a l I I X	あ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
W O I X	わ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
W O I X	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
! ㄱ I X I X	わ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
{ r ↑ I r ↑ I X	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
h ㄱ ↑ I X	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
b I X ↑ I r ↑ I X	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
5 t ↑ I r ↑ I X	ㄴ	か	け	ㄴ	ㄴ	ㄴ	か	ㄴ	ㄴ	ㄴ
ㅁㅁ! [ㄴ			ㄴ	ㄴ	ㄴ		ㄴ		ㄴ

↑ ↓ ADIT INDEX		<input checked="" type="checkbox"/>
ADIT index ↑ ↓ INDEX		

$w_0/9L!$ $a - [\alpha! - w! bN\alpha L!]$ $39a - w$ $5N15! ! \alpha L!$



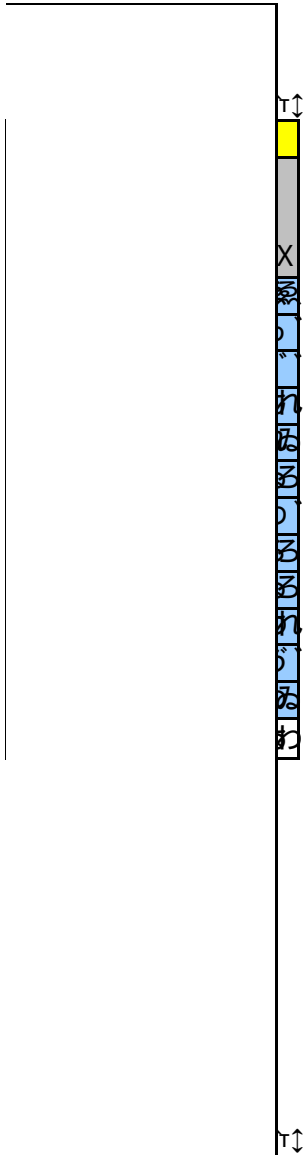
{9/w9! w! a - b/l! [59 wL. - ! 4%h
a 9a j w! 59/#[- [h
[5h られ
w9/9! { /hb{! b!9{

/[! {{LC/! 4%h	あ 3h63h3h3h3h				れ				れ	
! bh	れ	lt /! a t I L	C /	れ	9h IX [T C%w IX wL	9h IX 9IX IX C%L wL	C / T	t IX Lp IX	C / T 9h IX L	t IX Lp IX
WIX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
h IX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
a LIX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
! r IX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
a LIX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
WIX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
WIX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
! IX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
{t IX Ir IX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
h IX Ir IX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
b IX Ir IX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
5t IX Ir IX	<input type="checkbox"/>	w9C	れ	<input type="checkbox"/>	w9C	w9C	れ	w9C	れ	w9C
ah! [<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	w9C	w9C		w9C		w9C

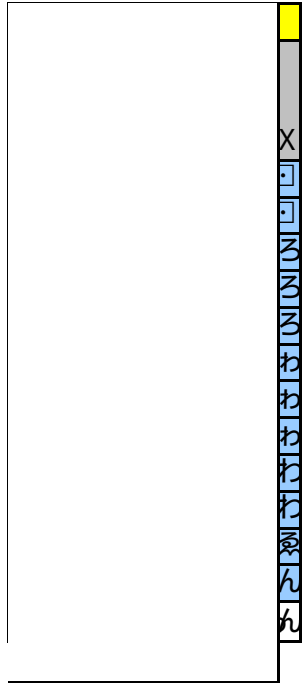
/ [A C I T I X	w9C
ah! [



{9/ w9! w! a - b/ lt! [59 w! - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #[- [h
[5h ~~na~~
w9/ 9! { /hb{! b9{



{9/ w9! w! a - b/ lt! [59 w! - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #[- [h
[5h ~~na~~
w9/ 9! { /hb{! b9{



w7J I I 0A1T↑	
na	
9b 0IX L	t ↑IX↑pIX



{9/v9! w! a - b/l! [59 w!, - ! 4%h
a 9a j w! 59/#/- [h
[5h ねん
w9/9! { /hb{! b99{

相違	招
相違	招わ
相違	招き
相違	招く
相違	招わる
相違	招う
相違	招ふ
相違	招はる
相違	招はら
相違	招はれ
相違	招はるゝ
相違	招はらるゝ
	招へる

wzr I I 0 1 t	
打点	
9 5 0 1 X L	t 1 X 1 1 0 IX
押込	押込
押込	押込
押込	押込



{9/ w9! w! a - b/ lt! [59 wL. - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #[- [h
[5h ね
w9/ 9l! { /hb{! b9{

ね	ろ
ね	ろ
ね	ろ
ね	ろ
ね	わ
ね	わ
ね	わ
ね	わ
ね	み
	ん

wT I I O L t ↑	
ね	
9b IXt L	t IXt LpIX
ね	□
ね	□
ね	□
ね	□
ね	□
ね	□
ね	□



{9/w9! w! a - b/l! [59 w!. - ! 4%h
a 9a j w! 59/#[- [h
[5h ね
w9/9l! { /hb{! b9{

ね		<input type="checkbox"/>
ね		<input type="checkbox"/>
ね		<input type="checkbox"/>
ね		<input type="checkbox"/>
ね		<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>

w! I I00L!↑		
ね		
9w QIX L	t IX↑pIX	
ね		ね
ね		わ
ね		3
ね		ね
ね		ね
ね		ね
ね		ね
ね		ね
ね		ね
ね		ね
ね		ね
ね		ね
ね		ね



{9/v9! w! a - b/lt! [59w!. - ! 4%h
a 9a j w! 59/#/[- [h
[5h ねん
v9/9! { /hb{! b9{

ねむさを	ふねを
	みねを

換	
ㄘ / ㄊ ⇌ 9日 IX L	t ↑ IX ↑ p IX
相 陸 左	跡
相 陸 左	跡
相 陸 左	極
相 陸 左	換
相 陸 左	熟
相 陸 左	込
相 陸 左	紹
相 陸 左	名
相 陸 左	氣
相 陸 左	額
相 陸 左	換
相 陸 左	才
	能



{9/w9! w! a - b/l! [59 w! - ! 4%h
a 9a j w! 59/#[- [h
[5h ね
w9/9l! { /hb{! b9{

w7I I0A1↑	
ね	
C / T 57 9E 0IX L	t ↑IX↑LpIX
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3
ね	3



{9/ w9! w! a - b/ lt! [59 wL. - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #[- [h
[5h ~~nel~~
w9/ 9l! { /hb{! b!9{

w9/ I I 00L!T↑	
nel	
C / T 5a 9b 0IXt L	t IXF!LpIX
nel	る
nel	ね
nel	ね
nel	ね
nel	ね
nel	る
nel	ね
nel	る
nel	る
nel	み
nel	ね
nel	ね
	る

w9/ I I 00L!T↑



{9/ w9! w! a - b/ lt! [59 w! - ! 4%h
a 9a j w! 59/ #[- [h
[5h ~~れ~~
w9/ 9l! { /hb{! b9{

れ	
C / T ⇐ Y 9E QIX L	t IX P LpIX
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
れ	lw9C
	lw9C



{9/w9! w! a - b/l!t! [59 wL. - ! 4%h [{9a - a
/hb{h{l5! 4%h 5! twh94%h 59 w9/9! {
1! [hw9 /hw9b!9 [[5h 林林

CODIGO	ESPECIFICACAO	ARRECADADO	ARRECADADO	ARRECADADO	ORçADO - LOA
RECEITA		2019	2020	2021	2022
	A - RECEITAS PROPRIAS	50.052,00	37.826,00	57.494,00	46.507,00
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	49.858	37.464	57.149	46.259
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	21.976	14.647	33.655	22.495
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	21.976	14.647	33.655	22.495
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto de Renda	21.976	14.647	33.655	22.495
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA	17.787	11.778	24.478	17.630
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS - PRÓPRIO - DÍVIDA ATIVA	4.189	2.869	9.177	4.865
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	150	1	47	553
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	Dividendos	150	1	47	40
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.01	REMUN DEP BANC VINC HONORÉRIOS	8	1	30	6
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.02	REMUN DEP BANC VINC PRECATÓRIOS	142	-	17	34
4.1.3.3.9.99.1.1.00.00.00	honorários advocatícios	-	-	-	513
4.1.3.3.9.99.1.3.00.02.00	RECEITA DE OUTORGA ONEROSA - DÍVIDA ATIVA	-	-	-	513
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	27.732	22.816	23.447	23.211
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIA	-	-	-	-
4.1.9.1.0.01.1.3.11.00.00	MULTA URBANÍSTICA - SEMURB - DÍVIDA ATIVA	-	-	-	-
4.1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Outros	4.433	3.763	5.770	3.354
4.1.9.9.0.12.1.1.01.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIçÃO EM DÍVIDA ATIV	4.433	3.763	5.770	3.354
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	honorários advocatícios	23.299	19.053	17.677	19.857
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMEIRIAS - DÍVIDA ATIVA	204	157	729	300
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	honorários advocatícios	23.095	18.896	16.948	19.557
4.1.9.9.0.99.1.4.05.00.00	OUTROS SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUR	23.095	18.896	16.948	19.557
4.2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	194	362	345	248
4.2.9.9.0.00.1.1.03.00.00	Outros	194	362	345	248



{9/w9! wl! a - b/lt! [59 wl. - ! 4%h [{9a - a
/hb{h[15! 4%h 5! twhw4%h 59w9/9L! {
1! [hv9{ /hww9b9{ [[5h +777

w33333

PROJETADO LDO	PROJETADO	PROJETADO
2023	2024	2025
66.373,54	70.612,88	73.719,13
65.997	70.561	73.665
40.340	43.869	45.730
40.340	43.869	45.730
40.340	43.869	45.730
30.023	32.834	34.363
10.317	11.035	11.367
57	59	62
57	59	62
35	37	38
22	23	24
-	-	-
-	-	-
25.600	26.633	27.873
-	-	-
-	-	-
6.304	6.568	6.874
6.304	6.568	6.874
19.295	20.065	20.999
795	828	867
18.500	19.237	20.132
18.500	19.237	20.132
377	52	54
377	52	54





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO - SEMUT
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA E AUDITORIA FISCAL - DIAF

PROCESSO: PGM-20220129290

INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (SEMAD-GAB Ofício nº 360/2022)

ASSUNTO: Previsão de Receitas PGM - LDO 2022-2023

DESPACHO

Trata-se de solicitação do Gabinete da SEMUT, acerca do pedido da SEMAD/GAB da Previsão de Receitas da PGM na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 e do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões, de acordo com o OFÍCIO Nº 360/2022 - de 07 de fevereiro de 2022.

No que concerne a Previsão de Receitas da PGM dos exercícios 2023, 2024 e 2025, em consonância a nova solicitação do GAB/SEMUT, elaborou-se uma planilha com base na arrecadação real dos exercícios 2019, 2020 e 2021 e a projetada na LOA 2022, diante da expectativa da receita 2023 com base em índices divulgados pelo Banco Central do Brasil projetados na data de 18/02/2022, sendo necessário que a própria PGM projete os seus incrementos de receitas da dívida ativa das contas detalhadas, conforme as ações projetadas para o exercício 2022-2023 dentro da Procuradoria Geral do Município, uma vez que correspondem a metas de cunho específico do órgão municipal.

Ademais, a planilha devolvida ainda na previsão da receita de 2023, deverá ser preenchida na aba "tabela" com os novos índices de inflação 2023, 2024 e 2025 e PIB com uma data mais próxima da expectativa de mercado do BCB e na aba "arrecadação" o arrecadado em jan e fev 2022 para comparar com 2021 e fazer uma análise mais breve da projeção, além de que a PGM deverá lançar nos campos marcados com a cor "amarela" na aba "Projeção LDO 2022-2023 P Correntes" os possíveis incrementos de receitas mensal de cada receita relativa a efeitos legislativos (Legislação que venha a contribuir no aumento de receita) e efeitos esforço fiscal (ações de cobrança administrativa e judicial que permitam elevar ou até reduzir a arrecadação).

Muito embora a planilha desenvolvida na SEMUT possa colaborar na projeção das receitas da PGM destacadas em ofício, identificadas com os seus respectivos códigos do plano de contas dos balancetes, trata-se unicamente de um modelo, e cabe a PGM definir suas projeções de incremento de receitas de efeitos legislativos e esforço fiscal, com as demais atualizações dos índices dos campos citados no parágrafo anterior, lembrando que para exercícios posteriores serão preciso novas atualizações dos índices e fórmulas da planilha visando obter as projeções atualizadas, motivo pelo qual cabe a PGM adotar ou não tal planilha como padrão.





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO - SEMUT
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA E AUDITORIA FISCAL - DIAF

No mais, também preparou-se uma nota explicativa e da metodologia do c@culo modelo para ser complementada pela PGM, buscando facilitar os trabalhos da PGM e atender o of@cio n@ 360/2022 - SEMAD-GAB.

Quanto ao Demonstrativo de Riscos e Provid@ncias n@o cabe a este Arg@o o preenchimento de tal informa@es, j@ que s@o dados exclusivos do conhecimento da Procuradoria Geral do Munic@pio, o que caber@ a esta a busca do hist@rico de anos anteriores do respons@vel pelo seu preenchimento.

Enfim, esclare@o que as receitas arrecadas da PGM da D@vida Ativa podem ser obtidas nos balancetes divulgados pela SEMPLA, por meio do link <https://www2.natal.rn.gov.br/transis/contabilidade/>, possibilitando a elabora@o de proje@o de receitas para LDO, LOA e PPA, e ainda resgatar o hist@rico de proje@es pret@ritas e colaborar em futuras previs@es de receitas no aux@lio para planejamento de a@es que repercutam no incremento de receitas para o munic@pio de Natal RN.

Finalmente, informo que o modelo da planilha de proje@o e o modelo de mem@ria de c@culo foram enviados para o e-mail do secret@rio de tributa@o ludenilson.lopez@natal.rn.gov.br do munic@pio para ser encaminhado a PGM, como tamb@m est@o dispon@veis no processo eletr@nico PGM-20220129290 em PDF para conhecimento.

Salvo melhor ju@zo.

Retorne-se ao Gabinete do Secret@rio.

Natal/RN, 24 de fevereiro de 2022.

Andre Maia Carneiro Le@o
ATM Mat. 18.808-5
DIAF





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: Ofício recebido

Processo Judicial: 3602022

Origem

SEMUT - Departamento de Inteligência e Auditoria Fiscal - ANDRE MAIA CARNEIRO LEAO

Destino

SEMUT - Gabinete do Secretário de Tributação

Após elaboração de planilha modelo LDO 2023 para PGM, segue para seu conhecimento e demais providencias, lembrando que o modelo da planilha em excel e o modelo da memória de cálculo em word, foram enviados para seu e-mail.

Natal, 24/02/2022

ANDRE MAIA CARNEIRO LEAO

Matrícula: 188085





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: Ofício recebido

Processo Judicial: 3602022

Origem

SEMUT - Gabinete do Secretário de Tributação

Destino

PGM - CARTORIO

Com as informações alternativas prestadas pelo DIAF, regressem os autos à douta PGM para analisar a coveniência ou não de utilização do modelo proposto.

Natal, 24/02/2022

LUDENILSON ARAUJO LOPES

Matrícula: 710644





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - CARTORIO
Destino
PGM - CHEFIA FISCAL

Para Análise e Providências

Natal, 25/02/2022
KEZIA CRISTINA ALVES DA SILVA
Matrícula: P00102





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: Ofício recebido

Processo Judicial: 3602022

Origem

PGM - CHEFIA FISCAL

Destino

PGM - Procuradoria de Recuperação da Dívida Ativa

Acerca da prestação de informações sobre a previsão de receitas para constar na Lei de diretrizes orçamentárias, desde fevereiro de 2015 quando assumi esta chefia, nunca fiz tal levantamento.

Tenho conhecimento de que tal previsão era feita pela SEMPLA, por meio da Secretária Adamires.

Como o atual chefe da PRDA foi por muitos anos chefe da fiscal, enviarei os autos ao seu conhecimento para saber se em algum momento elaborou este tipo de informação para a SEMAD, bem como, se com base nas informações e planilhas prestadas pela SEMUT tem condições de prestar tais informações.

Solicitei ao auditor André que me enviasse por email as planilhas em word e excel e irei encaminhar .

Natal, 25/02/2022

PRISCILLA MARIA MARTINS PESSOA GUERRA

Matrícula: 477907





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: Ofício recebido

Processo Judicial: 3602022

Origem

PGM - Procuradoria de Recuperação da Dívida Ativa

Destino

PGM - Procuradoria Geral

Trata-se de pedido para elaboração de previsão de arrecadação da PGM para fins de elaboração das leis orçamentarias deste exercício.

Neste Cenário, vem informar que não realizou tais atribuições quando do exercício da chefia da fiscal.

Tendo em vista a necessidade de conhecimentos contábeis para a efetivação do solicitado, sugere-se o encaminhamento para o setor de contabilidade da PGM, para elaboração dos cálculos tendo por base as planilhas enviadas pela SEMUT, observando, se achar pertinente, eventuais correções decorrentes do REFIS que ocorreu no ano de 2021.

Natal, 02/03/2022

TIAGO CAETANO DE SOUZA

Matrícula: 477851





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - Procuradoria Geral
Destino
PGM - UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS

À USF.

Natal, 04/03/2022
FERNANDO PINHEIRO DE SA E BENEVIDES
Matrícula: 616869





GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR, URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO, FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA				3.871.687.418,87	200.000,00	417.646.189,22	417.646.189,22	3.454.241.229,65	10,79
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES				3.352.976.418,87	200.000,00	374.748.267,01	374.748.267,01	2.978.428.151,86	11,18
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				925.795.000,00	0,00	196.703.267,56	196.703.267,56	729.091.732,44	21,25
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS				794.869.000,00	0,00	150.622.528,69	150.622.528,69	644.246.471,31	18,95
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUE				66.361.000,00	0,00	3.431.299,75	3.431.299,75	62.929.700,25	5,17
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE				66.361.000,00	0,00	3.431.299,75	3.431.299,75	62.929.700,25	5,17
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRA				59.482.000,00	0,00	3.133.470,97	3.133.470,97	56.348.529,03	5,27
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRA				59.482.000,00	0,00	3.133.470,97	3.133.470,97	56.348.529,03	5,27
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - PRINCIPA				59.482.000,00	0,00	3.133.470,97	3.133.470,97	56.348.529,03	5,27
4.1.1.1.3.03.1.1.01.01.00	IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - PRINCIPA	0	2	15000000	59.482.000,00	0,00	3.133.470,97	3.133.470,97	56.348.529,03	5,27
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUT				6.879.000,00	0,00	297.828,78	297.828,78	6.581.171,22	4,33
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUT				6.879.000,00	0,00	297.828,78	297.828,78	6.581.171,22	4,33
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL - PODER				6.879.000,00	0,00	297.828,78	297.828,78	6.581.171,22	4,33
4.1.1.1.3.03.4.1.01.01.00	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL - PODER	0	3	15000000	6.879.000,00	0,00	297.828,78	297.828,78	6.581.171,22	4,33
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS				728.508.000,00	0,00	147.191.228,94	147.191.228,94	581.316.771,06	20,20
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/M				317.369.000,00	0,00	108.782.913,77	108.782.913,77	208.586.086,23	34,28
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITO				249.701.000,00	0,00	103.054.796,74	103.054.796,74	146.646.203,26	41,27
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	IPTU - PRINCIPAL				210.577.000,00	0,00	99.402.059,33	99.402.059,33	111.174.940,67	47,20
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPTU - PRINCIPAL	0	1	15000000	210.577.000,00	0,00	99.402.059,33	99.402.059,33	111.174.940,67	47,20
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	IPTU - MULTA E JUROS DE MORA				21.494.000,00	0,00	1.295.653,48	1.295.653,48	20.198.346,52	6,03
4.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	IPTU - MULTA E JUROS DE MORA	0	115	15000000	21.494.000,00	0,00	1.295.653,48	1.295.653,48	20.198.346,52	6,03
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA				17.630.000,00	0,00	2.357.083,93	2.357.083,93	15.272.916,07	13,37
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA	0	128	15000000	17.630.000,00	0,00	2.357.083,93	2.357.083,93	15.272.916,07	13,37
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BE				67.668.000,00	0,00	5.728.117,03	5.728.117,03	61.939.882,97	8,47
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	ITBI - PRINCIPAL				67.452.000,00	0,00	5.728.107,69	5.728.107,69	61.723.892,31	8,49
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI - PRINCIPAL	0	4	15000000	67.452.000,00	0,00	5.728.107,69	5.728.107,69	61.723.892,31	8,49
4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.00	ITBI - MULTA E JUROS DE MORA				216.000,00	0,00	9,34	9,34	215.990,66	0,00
4.1.1.1.8.01.4.2.01.00.00	ITBI - MULTA E JUROS DE MORA	0	116	15000000	216.000,00	0,00	9,34	9,34	215.990,66	0,00
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERC				411.139.000,00	0,00	38.408.315,17	38.408.315,17	372.730.684,83	9,34
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA				411.139.000,00	0,00	38.408.315,17	38.408.315,17	372.730.684,83	9,34
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -				396.374.000,00	0,00	37.428.282,80	37.428.282,80	358.945.717,20	9,44
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISS - PRÓPRIO - PRINCIPAL	0	5	15000000	396.374.000,00	0,00	37.428.282,80	37.428.282,80	358.945.717,20	9,44
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -				9.900.000,00	0,00	395.795,96	395.795,96	9.504.204,04	4,00
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	ISS - PRÓPRIO - MULTAS E JUROS DE MORA	0	117	15000000	9.900.000,00	0,00	395.795,96	395.795,96	9.504.204,04	4,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -				4.865.000,00	0,00	584.236,41	584.236,41	4.280.763,59	12,01
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS - PRÓPRIO - DÍVIDA ATIVA	0	129	15000000	4.865.000,00	0,00	584.236,41	584.236,41	4.280.763,59	12,01
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	TAXAS				130.714.000,00	0,00	46.080.738,87	46.080.738,87	84.633.261,13	35,25
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA				34.432.000,00	0,00	3.521.495,82	3.521.495,82	30.910.504,18	10,23
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO				30.380.000,00	0,00	3.320.273,04	3.320.273,04	27.059.726,96	10,93
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO				30.380.000,00	0,00	3.320.273,04	3.320.273,04	27.059.726,96	10,93
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO -				19.980.000,00	0,00	1.409.497,53	1.409.497,53	18.570.502,47	7,05
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.07	TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOMINIO PUBLICO	0	12	17530000	115.000,00	0,00	5.413,74	5.413,74	109.586,26	4,71
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0	6	17530000	1.074.000,00	0,00	131.436,20	131.436,20	942.563,80	12,24
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABEL	0	8	17530000	14.112.000,00	0,00	914.699,15	914.699,15	13.197.300,85	6,48
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	0	9	17591302	107.000,00	0,00	32.255,76	32.255,76	74.744,24	30,15
4.1.1.2.1.01.1.1.06.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	0	10	17530000	1.561.000,00	0,00	123.837,78	123.837,78	1.437.162,22	7,93
4.1.1.2.1.01.1.1.07.00.00	TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANS	0	11	17530000	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.1.09.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CI	0	14	17530000	2.612.000,00	0,00	157.601,86	157.601,86	2.454.398,14	6,03
4.1.1.2.1.01.1.1.12.00.00	TAXA DE APREENSÃO, DEPÓSITO OU LIBERAÇÃO DE A	0	15	17530000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.1.13.00.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍC	0	16	17530000	85.000,00	0,00	2.691,04	2.691,04	82.308,96	3,17
4.1.1.2.1.01.1.1.14.00.00	TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	0	18	17530000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.1.15.00.00	TAXA DE CEMITÉRIOS	0	19	17530000	303.000,00	0,00	41.562,00	41.562,00	261.438,00	13,72
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO -				10.400.000,00	0,00	1.910.775,51	1.910.775,51	8.489.224,49	18,37
4.1.1.2.1.01.1.3.17.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO -	0	296	17530000	10.400.000,00	0,00	1.910.775,51	1.910.775,51	8.489.224,49	18,37
4.1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL				4.052.000,00	0,00	201.222,78	201.222,78	3.850.777,22	4,97
4.1.1.2.1.04.1.0.00.00.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL				4.052.000,00	0,00	201.222,78	201.222,78	3.850.777,22	4,97
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - P	0	7	17591302	4.052.000,00	0,00	201.222,78	201.222,78	3.850.777,22	4,97



GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR,
URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO,
FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				95.103.000,00	0,00	42.559.243,05	42.559.243,05	52.543.756,95	44,75
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				95.103.000,00	0,00	42.559.243,05	42.559.243,05	52.543.756,95	44,75
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				95.103.000,00	0,00	42.559.243,05	42.559.243,05	52.543.756,95	44,75
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL				95.103.000,00	0,00	42.559.243,05	42.559.243,05	52.543.756,95	44,75
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	0	20	17530000	95.103.000,00	0,00	42.559.243,05	42.559.243,05	52.543.756,95	44,75
4.1.1.2.8.00.0.0.00.00.00	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPI				1.179.000,00	0,00	0,00	0,00	1.179.000,00	0,00
4.1.1.2.8.01.0.0.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO				1.160.000,00	0,00	0,00	0,00	1.160.000,00	0,00
4.1.1.2.8.01.9.0.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO -				1.160.000,00	0,00	0,00	0,00	1.160.000,00	0,00
4.1.1.2.8.01.9.1.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO -				1.160.000,00	0,00	0,00	0,00	1.160.000,00	0,00
4.1.1.2.8.01.9.1.07.00.00	DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRA	0	318	17591301	504.000,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00
4.1.1.2.8.01.9.1.08.00.00	TAXA DE LEGALIZAÇÃO - SEMURB	0	320	17591301	451.000,00	0,00	0,00	0,00	451.000,00	0,00
4.1.1.2.8.01.9.1.09.00.00	TAXA DE REGULARIZAÇÃO - SEMURB	0	321	17591301	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00
4.1.1.2.8.02.0.0.00.00.00	TAXAS - OUTRAS				19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
4.1.1.2.8.02.9.0.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OUTRAS				19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
4.1.1.2.8.02.9.1.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OUTRAS - P				19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
4.1.1.2.8.02.9.1.01.00.00	TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS - LAUDA DE LICENCIA	0	319	17591301	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				212.000,00	0,00	0,00	0,00	212.000,00	0,00
4.1.1.3.0.00.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.1.3.0.00.1.2.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - MULTA E JUROS DE M				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.1.3.0.00.1.2.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - MULTA E JUROS DE M	0	118	17530000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ESPECÍFICA E/M				211.000,00	0,00	0,00	0,00	211.000,00	0,00
4.1.1.3.8.99.0.0.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				211.000,00	0,00	0,00	0,00	211.000,00	0,00
4.1.1.3.8.99.1.0.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				211.000,00	0,00	0,00	0,00	211.000,00	0,00
4.1.1.3.8.99.1.1.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - PRINCIPAL				211.000,00	0,00	0,00	0,00	211.000,00	0,00
4.1.1.3.8.99.1.1.01.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - PRINCIPAL	0	22	17530000	211.000,00	0,00	0,00	0,00	211.000,00	0,00
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES				150.883.000,00	0,00	20.812.886,70	20.812.886,70	130.070.113,30	13,79
4.1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				83.649.000,00	0,00	13.108.223,17	13.108.223,17	70.540.776,83	15,67
4.1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS,				83.649.000,00	0,00	13.108.223,17	13.108.223,17	70.540.776,83	15,67
4.1.2.1.8.01.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL PARA O PLANO D				83.649.000,00	0,00	13.108.223,17	13.108.223,17	70.540.776,83	15,67
4.1.2.1.8.01.1.0.00.00.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO				75.594.000,00	0,00	12.453.838,67	12.453.838,67	63.140.161,33	16,47
4.1.2.1.8.01.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO				75.594.000,00	0,00	12.453.838,67	12.453.838,67	63.140.161,33	16,47
4.1.2.1.8.01.1.1.01.00.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - FUNCAPRE				45.726.000,00	0,00	7.775.294,73	7.775.294,73	37.950.705,27	17,00
4.1.2.1.8.01.1.1.01.01.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - PREFEITURA - FUNCA	0	23	18000000	45.000.000,00	0,00	7.707.989,64	7.707.989,64	37.292.010,36	17,13
4.1.2.1.8.01.1.1.01.02.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - CÂMARA MUNIC - FUN	0	365	18000000	420.000,00	0,00	35.491,54	35.491,54	384.508,46	8,45
4.1.2.1.8.01.1.1.01.04.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - NATALPREV - FUNCAP	0	366	18000000	108.000,00	0,00	7.281,12	7.281,12	100.718,88	6,74
4.1.2.1.8.01.1.1.01.05.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - ARSBAN - FUNCAPRE	0	367	18000000	64.000,00	0,00	3.844,77	3.844,77	60.155,23	6,01
4.1.2.1.8.01.1.1.01.06.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - FUNCARTE - FUNCAPR	0	368	18000000	134.000,00	0,00	18.648,88	18.648,88	115.351,12	13,92
4.1.2.1.8.01.1.1.01.07.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - CEDIDOS - FUNCAPRE	0	388	14100000	0,00	0,00	2.038,78	2.038,78	-2.038,78	0,00
4.1.2.1.8.01.1.1.02.00.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - FUNFIPRE				29.868.000,00	0,00	4.678.543,94	4.678.543,94	25.189.456,06	15,66
4.1.2.1.8.01.1.1.02.01.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - PREFEITURA - FUNFI	0	24	18010000	27.900.000,00	0,00	4.520.750,08	4.520.750,08	23.379.249,92	16,20
4.1.2.1.8.01.1.1.02.02.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - CÂMARA MUNIC - FUN	0	369	18010000	1.640.000,00	0,00	122.474,89	122.474,89	1.517.525,11	7,47
4.1.2.1.8.01.1.1.02.03.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - URBANA - FUNFIPRE	0	370	18010000	15.000,00	0,00	5.659,65	5.659,65	9.340,35	37,73
4.1.2.1.8.01.1.1.02.04.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - NATALPREV - FUNFIP	0	371	18010000	165.000,00	0,00	11.219,97	11.219,97	153.780,03	6,80
4.1.2.1.8.01.1.1.02.05.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - ARSBAN - FUNFIPRE	0	372	18010000	30.000,00	0,00	1.744,65	1.744,65	28.255,35	5,82
4.1.2.1.8.01.1.1.02.06.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - FUNCARTE - FUNFIPR	0	373	18010000	118.000,00	0,00	14.484,49	14.484,49	103.515,51	12,27
4.1.2.1.8.01.1.1.02.07.00	CONTRIB SERV ATIVO CIVIL - CEDIDOS - FUNFIPRE	0	389	14200000	0,00	0,00	2.210,21	2.210,21	-2.210,21	0,00
4.1.2.1.8.01.2.0.00.00.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO				6.838.000,00	0,00	573.893,15	573.893,15	6.264.106,85	8,39
4.1.2.1.8.01.2.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL				6.838.000,00	0,00	573.893,15	573.893,15	6.264.106,85	8,39
4.1.2.1.8.01.2.1.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO FUNFIPRE	0	25	18010000	6.807.000,00	0,00	571.985,65	571.985,65	6.235.014,35	8,40
4.1.2.1.8.01.2.1.02.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO FUNCAPRE	0	329	18000000	31.000,00	0,00	1.907,50	1.907,50	29.092,50	6,15
4.1.2.1.8.01.3.0.00.00.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS				1.217.000,00	0,00	80.491,35	80.491,35	1.136.508,65	6,61
4.1.2.1.8.01.3.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS CIVIS PARA O RPP				1.217.000,00	0,00	80.491,35	80.491,35	1.136.508,65	6,61
4.1.2.1.8.01.3.1.01.00.00	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA CIVIL	0	26	18010000	1.217.000,00	0,00	80.491,35	80.491,35	1.136.508,65	6,61
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILU				67.234.000,00	0,00	7.704.663,53	7.704.663,53	59.529.336,47	11,46
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILU				67.234.000,00	0,00	7.704.663,53	7.704.663,53	59.529.336,47	11,46
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILU	0	166	17510000	67.234.000,00	0,00	7.704.663,53	7.704.663,53	59.529.336,47	11,46
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL				86.362.785,00	0,00	10.877.127,50	10.877.127,50	75.485.657,50	12,59

Base: natal_idade_prod





GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR, URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO, FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTAD				8.968.000,00	0,00	758.719,92	758.719,92	8.209.280,08	8,46
4.1.3.1.0.01.0.0.00.00.00	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TA				8.967.000,00	0,00	758.719,92	758.719,92	8.208.280,08	8,46
4.1.3.1.0.01.1.0.00.00.00	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS				2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL				2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.00.00	ALUGUÉIS	0	29	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.1.0.01.1.1.06.00.00	ARRENDAMENTOS	0	30	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.1.0.01.2.0.00.00.00	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO				8.965.000,00	0,00	758.719,92	758.719,92	8.206.280,08	8,46
4.1.3.1.0.01.2.1.00.00.00	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRIN				8.965.000,00	0,00	758.719,92	758.719,92	8.206.280,08	8,46
4.1.3.1.0.01.2.1.01.00.00	FOROS	0	31	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.1.0.01.2.1.02.00.00	LAUDÊMIOS	0	32	15000000	8.964.000,00	0,00	758.719,92	758.719,92	8.205.280,08	8,46
4.1.3.1.0.99.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.1.0.99.1.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.1.0.99.1.1.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.1.0.99.1.1.01.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL	0	33	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	VALORES MOBILIÁRIOS				66.691.785,00	0,00	9.518.347,56	9.518.347,56	57.173.437,44	14,27
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS				66.690.785,00	0,00	9.518.347,56	9.518.347,56	57.172.437,44	14,27
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS				24.758.785,00	0,00	998.640,95	998.640,95	23.760.144,05	4,03
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPA				24.758.785,00	0,00	998.640,95	998.640,95	23.760.144,05	4,03
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULAD				13.105.785,00	0,00	695.288,06	695.288,06	12.410.496,94	5,31
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULAD		248	17040000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSO				8.116.785,00	0,00	266.425,91	266.425,91	7.850.359,09	3,28
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.01	REMUN DEP BANC VINC EDUCACAO-FUNDEB	0	249	15400001	275.000,00	0,00	198.247,24	198.247,24	76.752,76	72,09
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.02	REMUN DEP BANC VINC EDUCACAO-FNDE	0	250	15690000	7.565.785,00	0,00	68.164,94	68.164,94	7.497.620,06	0,90
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.03	REMUN DEP BANC VINC EDUC CONV UNIAO	0	275	15700000	0,00	0,00	13,73	13,73	-13,73	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.04	REMUN DEP BANC VINC EDUC	0	304	15690000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.06	REMUN DEP BANC - TRANSF. FUNDEB 60%	0	357	15400001	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSO				4.531.000,00	0,00	112.595,05	112.595,05	4.418.404,95	2,48
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.01	REMUN DEP BANC VINC SAUDE-SUS	0	251	16000000	3.904.000,00	0,00	15.193,32	15.193,32	3.888.806,68	0,39
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.02	REMUN DEP BANC VINC SAUDE-CONVENIOS	0	298	17000000	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.03	REMUN DEP BANC - SAÚDE - ESTADO	0	297	16210000	621.000,00	0,00	367,79	367,79	620.632,21	0,06
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.04	REMUN DEP BANC - SAÚDE - INVESTIMENTO	0	299	16010000	0,00	0,00	94.940,99	94.940,99	-94.940,99	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.05	REMUN DEP BANC - SUS - ESTADO - COVID-19	0	345	16210000	0,00	0,00	1.982,77	1.982,77	-1.982,77	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.06	REM DEP BANC - DOAÇÕES - COVID-19	0	347	17991401	0,00	0,00	110,18	110,18	-110,18	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.04.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSO		254	17510000	40.000,00	0,00	26.930,14	26.930,14	13.069,86	67,33
4.1.3.2.1.00.1.1.01.06.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSO		267	17990501	95.000,00	0,00	12.303,64	12.303,64	82.696,36	12,95
4.1.3.2.1.00.1.1.01.07.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSO		253	16600000	127.000,00	0,00	24.123,29	24.123,29	102.876,71	18,99
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSO				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - DOAÇÕES	0	362	17991401	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.00	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE				194.000,00	0,00	252.910,03	252.910,03	-58.910,03	130,37
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.01	REMUN DEP BANC VINC HONORÁRIOS	0	255	17991101	6.000,00	0,00	8.153,13	8.153,13	-2.153,13	135,89
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.02	REMUN DEP BANC VINC PRECATÓRIOS	0	256	17570000	34.000,00	0,00	4.403,22	4.403,22	29.596,78	12,95
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.03	REMUN DEP BANC VINC MULTAS TRANSITO	0	257	17520001	134.000,00	0,00	4.501,57	4.501,57	129.498,43	3,36
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.04	REMUN DEP BANC VINC PROCON	0	266	17990701	1.000,00	0,00	8.601,80	8.601,80	-7.601,80	860,18
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.05	REMUN DEP BANC VINC FURB	0	259	17591301	1.000,00	0,00	3.463,33	3.463,33	-2.463,33	346,33
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.06	REMUN DEP BANC VINC FUNAM	0	260	17591302	1.000,00	0,00	12.250,96	12.250,96	-11.250,96	1.225,10
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.07	REMUN DEP BANC VINC FUNCARTE-CONVENIOS	0	261	17000000	1.000,00	0,00	343,92	343,92	656,08	34,39
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.08	REMUN DEP BANC VINC FUNCARTE-PARCERIAS	0	268	17030000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.09	REMUN DEP BANC VINC FUNSET	0	262	17000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.10	REMUN DEP BANC VINC OPER CRED	0	263	17540000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.11	REMUN DEP BANC VINC CIDE	0	264	17500000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.12	REC REMUN DEP RECURSOS VINCULADOS	0	280	17010000	1.000,00	0,00	2.281,70	2.281,70	-1.281,70	228,17
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.14	REMUN DEP BANC - CONVENIOS - ADM DIRETA	0	361	17000000	11.000,00	0,00	208.590,40	208.590,40	-197.590,40	1.896,28
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.15	REC REMUN DEP RECURSOS VINCULADOS	0	406	17020000	0,00	0,00	320,00	320,00	-320,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINC				11.653.000,00	0,00	303.352,89	303.352,89	11.349.647,11	2,60
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINC		271	15000000	11.653.000,00	0,00	303.323,29	303.323,29	11.349.676,71	2,60
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	REM DEP BANC REC NAO VINCULADOS	0	303	15000000	0,00	0,00	29,60	29,60	-29,60	0,00
4.1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE				41.932.000,00	0,00	8.519.706,61	8.519.706,61	33.412.293,39	20,32

Base: natal_idade_prod

Contabilidade>Balancetes>Balancete da Receita con2_balancrece002_2008.php Emissor: Damares Claudia Da Costa Bezer Exerc: 2022 Data: 09-03-2022 - 11:16:00

Pág 3/10



Incluído por: PGM - 724118 - AEDRA LIDIANNI MORAIS LIMA
<https://directa.natal.rn.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=listdoc¶m1=b1f03e3e55a0d8c1b6cda404b1c18100¶m2=2427822¶m3=836682>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº PGM-20220129290 em 09/03/2022 às 12:01:43



GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR, URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO, FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.1.3.2.1.00.4.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE				41.932.000,00	0,00	8.519.706,61	8.519.706,61	33.412.293,39	20,32
4.1.3.2.1.00.4.1.01.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPR				41.932.000,00	0,00	8.519.706,61	8.519.706,61	33.412.293,39	20,32
4.1.3.2.1.00.4.1.01.01.00	REMUN INVEST RPPS FUNCAPRE				36.826.000,00	0,00	8.507.899,73	8.507.899,73	28.318.100,27	23,10
4.1.3.2.1.00.4.1.01.01.01	REMUN INVEST RPPS FUNCAPRE - BB	0	158	18000000	36.759.000,00	0,00	8.507.899,73	8.507.899,73	28.251.100,27	23,15
4.1.3.2.1.00.4.1.01.01.02	REMUN INVEST RPPS FUNCAPRE - CEF	0	352	18000000	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.02.00	REMUN INVEST RPPS FUNFIPRE	0			11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.02.00	REMUN INVEST RPPS FUNFIPRE	0	159	18010000	330.000,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.02.01	REMUN INVEST RPPS FUNFIPRE - BB	0	358	18010000	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.02.02	REMUN INVEST RPPS FUNFIPRE - CEF	0	359	18010000	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.03.00	REMUN INV RPPS-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0	160	18020000	91.000,00	0,00	11.806,88	11.806,88	79.193,12	12,97
4.1.3.2.1.00.4.1.01.04.00	REMUN INVEST DO RPPS -COMPENSACAO PREVIDENCIA 0	161		18010000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.05.00	REM INV DO RPPS - APOSENTADOS E PENSIONISTAS	0	162	18010000	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.06.00	REM.DOS INV. DO RPPS - TX DE ADMINIST (RESERV	0	163	18020000	436.000,00	0,00	0,00	0,00	436.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.4.1.01.07.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPR	164		18000000	4.211.000,00	0,00	0,00	0,00	4.211.000,00	0,00
4.1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.9.00.1.0.00.00.00	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.2.9.00.1.1.00.00.00	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	0	54	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCE				10.703.000,00	0,00	600.060,02	600.060,02	10.102.939,98	5,61
4.1.3.3.9.00.0.0.00.00.00	DEMAIS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS				10.703.000,00	0,00	600.060,02	600.060,02	10.102.939,98	5,61
4.1.3.3.9.99.0.0.00.00.00	OUTRAS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS				10.703.000,00	0,00	600.060,02	600.060,02	10.102.939,98	5,61
4.1.3.3.9.99.1.0.00.00.00	OUTRAS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS				10.703.000,00	0,00	600.060,02	600.060,02	10.102.939,98	5,61
4.1.3.3.9.99.1.1.00.00.00	OUTRAS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS - PRIN				10.190.000,00	0,00	600.060,02	600.060,02	9.589.939,98	5,89
4.1.3.3.9.99.1.1.00.01.00	REC DE CONCESSOES/PERMISSOES - ARSBAN	0	55	17990501	6.602.000,00	0,00	500.987,76	500.987,76	6.101.012,24	7,59
4.1.3.3.9.99.1.1.00.02.00	RECEITA DE OUTORGA ONEROSA	0	56	17591301	188.000,00	0,00	98.715,24	98.715,24	89.284,76	52,51
4.1.3.3.9.99.1.1.00.03.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES -	0	57	15000000	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00
4.1.3.3.9.99.1.1.00.04.00	RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO D	0	221	15000000	1.000.000,00	0,00	357,02	357,02	999.642,98	0,04
4.1.3.3.9.99.1.3.00.00.00	OUTRAS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS - DÍVI				513.000,00	0,00	0,00	0,00	513.000,00	0,00
4.1.3.3.9.99.1.3.00.02.00	RECEITA DE OUTORGA ONEROSA - DÍVIDA ATIVA	0	316	17591301	513.000,00	0,00	0,00	0,00	513.000,00	0,00
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS				22.008.000,00	0,00	118,06	118,06	22.007.881,94	0,00
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				21.706.000,00	0,00	118,06	118,06	21.705.881,94	0,00
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				20.887.000,00	0,00	118,06	118,06	20.886.881,94	0,00
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				20.887.000,00	0,00	118,06	118,06	20.886.881,94	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				20.887.000,00	0,00	118,06	118,06	20.886.881,94	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS				20.884.000,00	0,00	118,06	118,06	20.883.881,94	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.01.00	SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	0	59	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.02.00	SERVICO DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	0	58	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.03.00	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓD	0	60	15000000	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.06.00	SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS	0	67	15000000	312.000,00	0,00	0,00	0,00	312.000,00	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.07.00	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0	70	15000000	331.000,00	0,00	0,00	0,00	331.000,00	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.08.00	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0	286	18020000	20.184.000,00	0,00	0,00	0,00	20.184.000,00	0,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.09.00	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	0	71	17990801	50.000,00	0,00	118,06	118,06	49.881,94	0,24
4.1.6.1.0.01.1.1.29.00.00	SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E	0	72	15000000	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS				518.000,00	0,00	0,00	0,00	518.000,00	0,00
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS				518.000,00	0,00	0,00	0,00	518.000,00	0,00
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS				518.000,00	0,00	0,00	0,00	518.000,00	0,00
4.1.6.1.0.02.1.1.01.00.00	SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS	0	66	15000000	518.000,00	0,00	0,00	0,00	518.000,00	0,00
4.1.6.1.0.03.0.0.00.00.00	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZ				301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.1.0.03.1.0.00.00.00	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZ				301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.1.0.03.1.1.00.00.00	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZ				301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.1.0.03.1.1.08.00.00	SERVIÇOS DE VISTORIA DE VEÍCULOS	0	68	15000000	301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.4.0.00.0.0.00.00.00	SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS				301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.4.0.01.0.0.00.00.00	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANC				301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.4.0.01.1.0.00.00.00	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANC				301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.4.0.01.1.1.00.00.00	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANC				301.000,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00
4.1.6.4.0.01.1.1.01.00.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	0	300	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.6.4.0.01.1.1.04.00.00	OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	0	65	15000000	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00



GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR,
URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO,
FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	0	73	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				1.995.168.633,87	200.000,00	140.601.288,80	140.601.288,80	1.854.767.345,07	7,05
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				1.171.542.633,87	0,00	64.437.846,75	64.437.846,75	1.107.104.787,12	5,50
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICA E/M				1.171.542.633,87	0,00	64.437.846,75	64.437.846,75	1.107.104.787,12	5,50
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO				358.898.000,00	0,00	41.118.804,86	41.118.804,86	317.779.195,14	11,46
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNIC				342.109.000,00	0,00	41.113.859,85	41.113.859,85	300.995.140,15	12,02
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNIC				342.109.000,00	0,00	41.113.859,85	41.113.859,85	300.995.140,15	12,02
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL - PRINCIPAL -	0	75	15000000	342.109.000,00	0,00	41.113.859,85	41.113.859,85	300.995.140,15	12,02
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNIC				1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNIC				1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS D	0	284	15000000	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNIC				15.784.000,00	0,00	0,00	0,00	15.784.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNIC				15.784.000,00	0,00	0,00	0,00	15.784.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS D	0	285	15000000	15.784.000,00	0,00	0,00	0,00	15.784.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER				5.000,00	0,00	4.945,01	4.945,01	54,99	98,90
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER				5.000,00	0,00	4.945,01	4.945,01	54,99	98,90
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	COTA-PARTE DO ITR - PRINCIPAL - PRÓPRIO	0	77	15000000	5.000,00	0,00	4.945,01	4.945,01	54,99	98,90
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA				2.484.000,00	0,00	881.015,73	881.015,73	1.602.984,27	35,47
4.1.7.1.8.02.3.0.00.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA				2.184.000,00	0,00	881.015,73	881.015,73	1.302.984,27	40,34
4.1.7.1.8.02.3.1.00.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	0	78	17040000	2.184.000,00	0,00	881.015,73	881.015,73	1.302.984,27	40,34
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FE				300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FE	0	272	15000000	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE				526.604.000,00	0,00	22.391.346,56	22.391.346,56	504.212.653,44	4,25
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE				506.186.000,00	0,00	21.817.914,06	21.817.914,06	484.368.085,94	4,31
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE				506.186.000,00	0,00	21.817.914,06	21.817.914,06	484.368.085,94	4,31
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENCAO BA				51.200.000,00	0,00	4.686.013,64	4.686.013,64	46.513.986,36	9,15
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	ATENCAO BASICA	0	151	16000000	51.200.000,00	0,00	4.686.013,64	4.686.013,64	46.513.986,36	9,15
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO DE				454.986.000,00	0,00	17.131.900,42	17.131.900,42	437.854.099,58	3,77
4.1.7.1.8.03.1.1.02.01.00	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0	152	16000000	424.628.000,00	0,00	17.131.900,42	17.131.900,42	407.496.099,58	4,03
4.1.7.1.8.03.1.1.02.02.00	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - COVID1	0	337	16020000	30.058.000,00	0,00	0,00	0,00	30.058.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.02.03.00	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - COVID1	0	339	16030000	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA				15.402.000,00	0,00	0,00	0,00	15.402.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA				15.402.000,00	0,00	0,00	0,00	15.402.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	VIGILANCIA EM SAUDE	0	153	16000000	15.402.000,00	0,00	0,00	0,00	15.402.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCI				4.956.000,00	0,00	573.432,50	573.432,50	4.382.567,50	11,57
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCI				4.956.000,00	0,00	573.432,50	573.432,50	4.382.567,50	11,57
4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	0	155	16000000	4.956.000,00	0,00	573.432,50	573.432,50	4.382.567,50	11,57
4.1.7.1.8.03.5.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO				60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.5.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO				60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.5.1.01.00.00	GESTAO DO SUS	0	154	16000000	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL				13.240.000,00	0,00	0,00	0,00	13.240.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				7.258.000,00	0,00	0,00	0,00	7.258.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPA				7.258.000,00	0,00	0,00	0,00	7.258.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPA	0	79	15500000	7.258.000,00	0,00	0,00	0,00	7.258.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - PDDE				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.2.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO	0	269	15510000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO				5.981.000,00	0,00	0,00	0,00	5.981.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - PNAE				5.981.000,00	0,00	0,00	0,00	5.981.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO	0	100	15520000	5.981.000,00	0,00	0,00	0,00	5.981.000,00	0,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃ				279.000,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00	0,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃ				279.000,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00	0,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃ				279.000,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00	0,00
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃ	0	83	15000000	279.000,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUA				161.493.728,00	0,00	1.228,13	1.228,13	161.492.499,87	0,00

Base: natal_idade_prod





GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR,
URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO,
FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.1.7.1.8.10.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O S				349.000,00	0,00	1.228,13	1.228,13	347.771,87	0,35
4.1.7.1.8.10.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O S				349.000,00	0,00	1.228,13	1.228,13	347.771,87	0,35
4.1.7.1.8.10.1.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O S	0	237	16310000	349.000,00	0,00	1.228,13	1.228,13	347.771,87	0,35
4.1.7.1.8.10.2.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD				976.728,00	0,00	0,00	0,00	976.728,00	0,00
4.1.7.1.8.10.2.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD				976.728,00	0,00	0,00	0,00	976.728,00	0,00
4.1.7.1.8.10.2.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD	0	238	15700000	976.728,00	0,00	0,00	0,00	976.728,00	0,00
4.1.7.1.8.10.3.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD				2.405.000,00	0,00	0,00	0,00	2.405.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.3.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD				2.405.000,00	0,00	0,00	0,00	2.405.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.3.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD	0	101	16650000	2.405.000,00	0,00	0,00	0,00	2.405.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.5.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD				76.448.000,00	0,00	0,00	0,00	76.448.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.5.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD				76.448.000,00	0,00	0,00	0,00	76.448.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.5.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINAD	0	103	17000000	76.448.000,00	0,00	0,00	0,00	76.448.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.9.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO				81.315.000,00	0,00	0,00	0,00	81.315.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.9.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO -				81.315.000,00	0,00	0,00	0,00	81.315.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.9.1.01.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO REC 1	0	241	17000000	75.211.000,00	0,00	0,00	0,00	75.211.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.9.1.02.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO REC 1	0	104	17000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.9.1.03.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO REC 1	0	224	17000000	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00
4.1.7.1.8.10.9.1.05.00.00	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAL DA UNIÃO	0	387	17063110	103.000,00	0,00	0,00	0,00	103.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL				7.087.000,00	0,00	0,00	0,00	7.087.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL				7.087.000,00	0,00	0,00	0,00	7.087.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL				7.087.000,00	0,00	0,00	0,00	7.087.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.01.00.00	ATENÇÃO BÁSICA	0	168	16600000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.02.00.00	PAS - PROGRAMA DE ALFABETIZACAO SOLIDARIA	0	169	16600000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.03.00.00	PETI - PROGRAMA DE ERRADICACAO TRABALHO INFAN	0	170	16690000	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.04.00.00	PAC - PROGRAMA DE ATENCAO A CRIANCA	0	171	16600000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00	AGENTE JOVEM	0	172	16600000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.06.00.00	PROGRAMA DE COMBATE A FOME	0	273	16600000	2.021.000,00	0,00	0,00	0,00	2.021.000,00	0,00
4.1.7.1.8.12.1.1.07.00.00	OUTRAS TRANSF DO FNAS	0	173	16600000	5.056.000,00	0,00	0,00	0,00	5.056.000,00	0,00
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO				101.456.905,87	0,00	45.451,47	45.451,47	101.411.454,40	0,04
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO				101.456.905,87	0,00	45.451,47	45.451,47	101.411.454,40	0,04
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - PRINCIPAL				101.456.905,87	0,00	45.451,47	45.451,47	101.411.454,40	0,04
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS FINANC. DA UNIAO - FEX	0	85	15000000	100.455.905,87	0,00	45.451,47	45.451,47	100.410.454,40	0,05
4.1.7.1.8.99.1.1.02.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS FINANC. DA UNIAO FEX PA	0	84	15000000	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4.1.7.1.8.99.1.1.07.00.00	OUTRAS TRANSFER UNIÃO-AUXÍ FINAN CORONAVIRUS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.99.1.1.07.01.00	OUTRAS TRANSFER UNIÃO-AUXÍ FINAN CORONAVIRUS	0	334	15000000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDE				544.532.000,00	0,00	49.558.395,65	49.558.395,65	494.973.604,35	9,10
4.1.7.2.8.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICA E/M				544.532.000,00	0,00	49.558.395,65	49.558.395,65	494.973.604,35	9,10
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS				465.053.000,00	0,00	34.821.256,32	34.821.256,32	430.231.743,68	7,49
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS				369.558.000,00	0,00	28.919.176,19	28.919.176,19	340.638.823,81	7,83
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL				369.558.000,00	0,00	28.919.176,19	28.919.176,19	340.638.823,81	7,83
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL - PRÓPRIO	0	86	15000000	369.558.000,00	0,00	28.919.176,19	28.919.176,19	340.638.823,81	7,83
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA				94.213.000,00	0,00	5.547.202,13	5.547.202,13	88.665.797,87	5,89
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL				94.213.000,00	0,00	5.547.202,13	5.547.202,13	88.665.797,87	5,89
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL - PRÓPRIO	0	87	15000000	94.213.000,00	0,00	5.547.202,13	5.547.202,13	88.665.797,87	5,89
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS				264.000,00	0,00	49.298,90	49.298,90	214.701,10	18,67
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL				264.000,00	0,00	49.298,90	49.298,90	214.701,10	18,67
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL -	0	88	15000000	264.000,00	0,00	49.298,90	49.298,90	214.701,10	18,67
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO				1.018.000,00	0,00	305.579,10	305.579,10	712.420,90	30,02
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO				1.018.000,00	0,00	305.579,10	305.579,10	712.420,90	30,02
4.1.7.2.8.01.4.1.01.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO	0	89	17500000	1.018.000,00	0,00	305.579,10	305.579,10	712.420,90	30,02
4.1.7.2.8.02.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FI				5.133.000,00	0,00	705.560,60	705.560,60	4.427.439,40	13,75
4.1.7.2.8.02.3.0.00.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA				5.133.000,00	0,00	705.560,60	705.560,60	4.427.439,40	13,75
4.1.7.2.8.02.3.1.00.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA				5.133.000,00	0,00	705.560,60	705.560,60	4.427.439,40	13,75
4.1.7.2.8.02.3.1.01.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	0	91	17050000	5.133.000,00	0,00	705.560,60	705.560,60	4.427.439,40	13,75
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROG				71.311.000,00	0,00	14.031.578,73	14.031.578,73	57.279.421,27	19,68
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROG				71.311.000,00	0,00	14.031.578,73	14.031.578,73	57.279.421,27	19,68
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROG				71.311.000,00	0,00	14.031.578,73	14.031.578,73	57.279.421,27	19,68



GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR,
URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO,
FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROG	92		16210000	71.311.000,00	0,00	14.031.578,73	14.031.578,73	57.279.421,27	19,68
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO D				3.035.000,00	0,00	0,00	0,00	3.035.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS PARA O				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS PARA O				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.1.1.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS PARA O O	107		16310000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS				3.034.000,00	0,00	0,00	0,00	3.034.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS				3.034.000,00	0,00	0,00	0,00	3.034.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.9.1.10.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS				3.034.000,00	0,00	0,00	0,00	3.034.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.9.1.10.30.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0	274	17010000	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00
4.1.7.2.8.10.9.1.10.50.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0	341	17010000	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00
4.1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTID				230.000,00	200.000,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00
4.1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS - ESPECÍFICA E/				230.000,00	200.000,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00
4.1.7.3.8.10.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E D				230.000,00	200.000,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00
4.1.7.3.8.10.9.0.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICI				230.000,00	200.000,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00
4.1.7.3.8.10.9.1.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICI				230.000,00	200.000,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00
4.1.7.3.8.10.9.1.01.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICI O	311		17020000	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00
4.1.7.3.8.10.9.1.02.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE MUNICIPIOS	0	112	17020000	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS				5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00
4.1.7.4.0.00.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS				5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00
4.1.7.4.0.00.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRI				5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00
4.1.7.4.0.00.1.1.03.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0	96	17030000	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICA				273.864.000,00	0,00	26.605.046,40	26.605.046,40	247.258.953,60	9,71
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICA				273.864.000,00	0,00	26.605.046,40	26.605.046,40	247.258.953,60	9,71
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTE				273.864.000,00	0,00	26.605.046,40	26.605.046,40	247.258.953,60	9,71
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTE				273.864.000,00	0,00	26.605.046,40	26.605.046,40	247.258.953,60	9,71
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTE				273.864.000,00	0,00	26.605.046,40	26.605.046,40	247.258.953,60	9,71
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	TRANSF. DE REC. FUNDEB - 70%	0	93	15400001	189.757.000,00	0,00	18.623.532,47	18.623.532,47	171.133.467,53	9,81
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	TRANSF. DE REC. FUNDEB - 30%	0	247	15400001	81.207.000,00	0,00	7.981.513,93	7.981.513,93	73.225.486,07	9,83
9.1.7.5.8.01.1.1.03.00.00	TRANSF DO FUNDEB - COMPL UNIAO - VAAF	101	385	15410000	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00	0,00
9.1.7.5.8.01.1.1.04.00.00	TRANSF DO FUNDEB - COMPL UNIÃO - VAAT	101	386	15420000	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES				172.759.000,00	0,00	5.753.578,39	5.753.578,39	167.005.421,61	3,33
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIA				35.906.000,00	0,00	3.109.922,65	3.109.922,65	32.796.077,35	8,66
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA				35.838.000,00	0,00	3.109.922,65	3.109.922,65	32.728.077,35	8,68
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA				35.838.000,00	0,00	3.109.922,65	3.109.922,65	32.728.077,35	8,68
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - P				35.837.000,00	0,00	3.109.922,65	3.109.922,65	32.727.077,35	8,68
4.1.9.1.0.01.1.1.04.00.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO				32.399.000,00	0,00	2.999.764,68	2.999.764,68	29.399.235,32	9,26
4.1.9.1.0.01.1.1.04.01.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO PR	0	120	17520001	32.372.000,00	0,00	2.999.764,68	2.999.764,68	29.372.235,32	9,27
4.1.9.1.0.01.1.1.04.02.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLA0O DE TRANSITO REN	0	226	17520001	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.00.00	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	0	122	15010000	1.102.000,00	0,00	94.171,23	94.171,23	1.007.828,77	8,55
4.1.9.1.0.01.1.1.09.00.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA D	0	167	17990701	2.046.000,00	0,00	15.986,74	15.986,74	2.030.013,26	0,78
4.1.9.1.0.01.1.1.10.00.00	MULTA URBANÍSTICA - SEMURB	0	315	17591301	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00
4.1.9.1.0.01.1.3.00.00.00	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - D				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.1.0.01.1.3.11.00.00	MULTA URBANÍSTICA - SEMURB - DÍVIDA ATIVA	0	317	17591301	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.1.0.06.0.0.00.00.00	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS				68.000,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00	0,00
4.1.9.1.0.06.1.0.00.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS				68.000,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00	0,00
4.1.9.1.0.06.1.1.00.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS -				68.000,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00	0,00
4.1.9.1.0.06.1.1.01.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS -	0	121	17591302	68.000,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00	0,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS				3.892.000,00	0,00	117.037,29	117.037,29	3.774.962,71	3,01
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES				3.892.000,00	0,00	117.037,29	117.037,29	3.774.962,71	3,01
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES				3.892.000,00	0,00	117.037,29	117.037,29	3.774.962,71	3,01
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES				3.892.000,00	0,00	117.037,29	117.037,29	3.774.962,71	3,01
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL				3.892.000,00	0,00	117.037,29	117.037,29	3.774.962,71	3,01
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	0	127	15000000	0,00	0,00	117.037,29	117.037,29	-117.037,29	0,00
4.1.9.2.2.99.1.1.07.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0	283	17990501	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.2.2.99.1.1.11.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0	301	15010000	3.589.000,00	0,00	0,00	0,00	3.589.000,00	0,00
4.1.9.2.2.99.1.1.13.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0	309	17991401	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.2.2.99.1.1.14.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0	306	16600000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00



GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR,
URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO,
FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.1.9.2.2.99.1.1.16.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0	364	16600000	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES				132.961.000,00	0,00	2.526.618,45	2.526.618,45	130.434.381,55	1,90
4.1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL				1.296.000,00	0,00	1.058.983,58	1.058.983,58	237.016,42	81,71
4.1.9.9.0.03.1.0.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL				1.296.000,00	0,00	1.058.983,58	1.058.983,58	237.016,42	81,71
4.1.9.9.0.03.1.1.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL				1.296.000,00	0,00	1.058.983,58	1.058.983,58	237.016,42	81,71
4.1.9.9.0.03.1.1.01.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL O	149		17990400	1.296.000,00	0,00	1.058.983,58	1.058.983,58	237.016,42	81,71
4.1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIV				3.354.000,00	0,00	295.462,97	295.462,97	3.058.537,03	8,81
4.1.9.9.0.12.1.0.00.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIV				3.354.000,00	0,00	295.462,97	295.462,97	3.058.537,03	8,81
4.1.9.9.0.12.1.1.00.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIV				3.354.000,00	0,00	295.462,97	295.462,97	3.058.537,03	8,81
4.1.9.9.0.12.1.1.01.00.00	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIV	0	132	17991101	3.354.000,00	0,00	295.462,97	295.462,97	3.058.537,03	8,81
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS				128.311.000,00	0,00	1.172.171,90	1.172.171,90	127.138.828,10	0,91
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS				128.311.000,00	0,00	1.172.171,90	1.172.171,90	127.138.828,10	0,91
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL				108.199.000,00	0,00	73.395,90	73.395,90	108.125.604,10	0,07
4.1.9.9.0.99.1.1.05.00.00	OUTRAS RECEITAS	0	133	15010000	105.000.000,00	0,00	52.768,60	52.768,60	104.947.231,40	0,05
4.1.9.9.0.99.1.1.07.00.00	OUTRAS RECEITAS - DOACOES	0	323	17991401	0,00	0,00	20.627,30	20.627,30	-20.627,30	0,00
4.1.9.9.0.99.1.1.07.00.00	OUTRAS RECEITAS - DOACOES	0	222	17991401	3.199.000,00	0,00	0,00	0,00	3.199.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTA E JUROS D				255.000,00	0,00	31.499,97	31.499,97	223.500,03	12,35
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	OUTRAS MULTAS	0	124	15010000	254.000,00	0,00	0,00	0,00	254.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.2.02.00.00	OUTRAS MULTAS	0	196	15010000	0,00	0,00	31.499,97	31.499,97	-31.499,97	0,00
4.1.9.9.0.99.1.2.03.00.00	OUTRAS MULTAS	0	123	15010000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA				300.000,00	0,00	65.560,10	65.560,10	234.439,90	21,85
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	0	131	15010000	300.000,00	0,00	65.560,10	65.560,10	234.439,90	21,85
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA -				19.557.000,00	0,00	1.001.715,93	1.001.715,93	18.555.284,07	5,12
4.1.9.9.0.99.1.4.05.00.00	OUTROS SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUR	0	119	15010000	19.557.000,00	0,00	1.001.715,93	1.001.715,93	18.555.284,07	5,12
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				100.935.000,00	0,00	13.823,90	13.823,90	100.921.176,10	0,01
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO				75.502.000,00	0,00	0,00	0,00	75.502.000,00	0,00
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO				75.502.000,00	0,00	0,00	0,00	75.502.000,00	0,00
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO IN				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO IN				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO IN				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.2.1.1.2.00.1.1.01.00.00	OPERAC.D CRED.INTERNAS CONTRATUAIS	0	138	17540000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.2.1.1.8.00.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO - ESTA				30.501.000,00	0,00	0,00	0,00	30.501.000,00	0,00
4.2.1.1.8.01.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS DE ESTADOS/DF/M				30.501.000,00	0,00	0,00	0,00	30.501.000,00	0,00
4.2.1.1.8.01.3.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS				30.500.000,00	0,00	0,00	0,00	30.500.000,00	0,00
4.2.1.1.8.01.3.1.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS				30.500.000,00	0,00	0,00	0,00	30.500.000,00	0,00
4.2.1.1.8.01.3.1.01.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS	0	135	17540000	30.500.000,00	0,00	0,00	0,00	30.500.000,00	0,00
4.2.1.1.8.01.5.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.2.1.1.8.01.5.1.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS				1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.2.1.1.8.01.5.1.01.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS	0	136	17540000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.2.1.1.9.00.0.0.00.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO				45.000.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00
4.2.1.1.9.00.1.0.00.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO				45.000.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00
4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO				45.000.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00
4.2.1.1.9.00.1.1.01.00.00	OUTRAS OPER CREDITO INTERNAS RELAT PROG DE GO	0	137	17540000	45.000.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS				624.000,00	0,00	0,00	0,00	624.000,00	0,00
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS				313.000,00	0,00	0,00	0,00	313.000,00	0,00
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES				313.000,00	0,00	0,00	0,00	313.000,00	0,00
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES				313.000,00	0,00	0,00	0,00	313.000,00	0,00
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINC				313.000,00	0,00	0,00	0,00	313.000,00	0,00
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINC	0	139	17550000	313.000,00	0,00	0,00	0,00	313.000,00	0,00
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				311.000,00	0,00	0,00	0,00	311.000,00	0,00
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				311.000,00	0,00	0,00	0,00	311.000,00	0,00
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL				311.000,00	0,00	0,00	0,00	311.000,00	0,00
4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL - EXCET	0	140	17550000	311.000,00	0,00	0,00	0,00	311.000,00	0,00
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				24.561.000,00	0,00	0,00	0,00	24.561.000,00	0,00
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES				24.561.000,00	0,00	0,00	0,00	24.561.000,00	0,00
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTA				24.561.000,00	0,00	0,00	0,00	24.561.000,00	0,00
4.2.4.1.8.04.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE				24.561.000,00	0,00	0,00	0,00	24.561.000,00	0,00

Base: natal_acidade_prod

Contabilidade>Balancetes>Balancete da Receita con2_balancrece002_2008.php Emissor: Damares Claudia Da Costa Bezer Exerc: 2022 Data: 09-03-2022 - 11:16:01

Pág 8/10



Incluído por: PGM - 724118 - AEDRA LIDIANNI MORAIS LIMA
<https://directa.natal.rn.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=listdoc¶m1=b1f03e3e55a0d8c1b6cda404b1c18100¶m2=2427822¶m3=836682>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº PGM-20220129290 em 09/03/2022 às 12:01:43



GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR,
URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO,
FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
4.2.4.1.8.04.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - DESTINADOS				500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
4.2.4.1.8.04.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - DESTINADOS				500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
4.2.4.1.8.04.1.1.01.00.00	ATENÇÃO BÁSICA	0	289	16010000	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
4.2.4.1.8.04.2.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - DESTINADOS				24.061.000,00	0,00	0,00	0,00	24.061.000,00	0,00
4.2.4.1.8.04.2.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - DESTINADOS				24.061.000,00	0,00	0,00	0,00	24.061.000,00	0,00
4.2.4.1.8.04.2.1.01.00.00	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0	290	16010000	24.061.000,00	0,00	0,00	0,00	24.061.000,00	0,00
4.2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				248.000,00	0,00	13.823,90	13.823,90	234.176,10	5,57
4.2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL				248.000,00	0,00	13.823,90	13.823,90	234.176,10	5,57
4.2.9.0.0.00.1.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL				248.000,00	0,00	13.823,90	13.823,90	234.176,10	5,57
4.2.9.0.0.00.1.1.00.00.00	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL				248.000,00	0,00	13.823,90	13.823,90	234.176,10	5,57
4.2.9.0.0.00.1.1.03.00.00	RECEITA PROVENIENTE DE DEPOSITOS JUDICIAIS	0	220	17570000	248.000,00	0,00	13.823,90	13.823,90	234.176,10	5,57
4.7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS				417.776.000,00	0,00	42.884.098,31	42.884.098,31	374.891.901,69	10,26
4.7.2.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				159.326.000,00	0,00	13.768.153,96	13.768.153,96	145.557.846,04	8,64
4.7.2.1.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTARIAS				159.326.000,00	0,00	13.768.153,96	13.768.153,96	145.557.846,04	8,64
4.7.2.1.8.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS,				159.326.000,00	0,00	13.768.153,96	13.768.153,96	145.557.846,04	8,64
4.7.2.1.8.02.0.0.00.00.00	CPSSS - PARCELAMENTOS - ESPECÍFICO DE EST/DF/				2.293.000,00	0,00	0,00	0,00	2.293.000,00	0,00
4.7.2.1.8.02.1.0.00.00.00	CPSSS - PARCELAMENTOS - DO SERVIDOR CIVIL AT				2.293.000,00	0,00	0,00	0,00	2.293.000,00	0,00
4.7.2.1.8.02.1.1.00.00.00	CPSSS - PARCELAMENTOS - PREFEITURA				2.293.000,00	0,00	0,00	0,00	2.293.000,00	0,00
4.7.2.1.8.02.1.1.01.00.00	CPSSS - PARCELAMENTOS - PRINCIPAL	0	175	18000000	584.000,00	0,00	0,00	0,00	584.000,00	0,00
4.7.2.1.8.02.1.1.02.00.00	CPSSS - PARCELAMENTOS - MULTA E JUROS	0	400	18010000	1.709.000,00	0,00	0,00	0,00	1.709.000,00	0,00
4.7.2.1.8.03.0.0.00.00.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECÍFICO				119.036.000,00	0,00	13.768.153,96	13.768.153,96	105.267.846,04	11,57
4.7.2.1.8.03.1.0.00.00.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO				119.036.000,00	0,00	13.768.153,96	13.768.153,96	105.267.846,04	11,57
4.7.2.1.8.03.1.1.00.00.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINC				119.036.000,00	0,00	13.768.153,96	13.768.153,96	105.267.846,04	11,57
4.7.2.1.8.03.1.1.01.00.00	CONTRIB PATRONAL SERV ATIVO FUNCAPRE				71.892.000,00	0,00	6.642.225,18	6.642.225,18	65.249.774,82	9,24
4.7.2.1.8.03.1.1.01.01.00	CONTRIB PATRONAL SERV ATIVO - PREFEITURA - FUN	0	141	18000000	71.814.000,00	0,00	6.632.892,69	6.632.892,69	65.181.107,31	9,24
4.7.2.1.8.03.1.1.01.05.00	CONTRIB. PATRONAL SERV ATIVO - ARSBAN- FUNCAP	0	377	18000000	0,00	0,00	6.041,84	6.041,84	-6.041,84	0,00
4.7.2.1.8.03.1.1.01.07.00	CONTRIB. PATRONAL SERV ATIVO - CEDIDOS - FUNC	0	402	18000000	78.000,00	0,00	3.290,65	3.290,65	74.709,35	4,22
4.7.2.1.8.03.1.1.02.00.00	CONTRIB. PATRONAL SERVIDOR ATIVO - FUNFIPRE				47.144.000,00	0,00	7.125.928,78	7.125.928,78	40.018.071,22	15,12
4.7.2.1.8.03.1.1.02.01.00	CONTRIB PATRONAL SERV ATIVO - PREFEITURA FUN	0	142	18010000	46.918.000,00	0,00	7.072.444,25	7.072.444,25	39.845.555,75	15,07
4.7.2.1.8.03.1.1.02.03.00	CONTRIB. PATRONAL - SERV ATIVO - URBANA - FUN	0	380	18010000	0,00	0,00	5.929,16	5.929,16	-5.929,16	0,00
4.7.2.1.8.03.1.1.02.04.00	CONTRIB. PATRONAL SERV ATIVO - NATALPREV- FUN	0	381	18010000	0,00	0,00	17.631,52	17.631,52	-17.631,52	0,00
4.7.2.1.8.03.1.1.02.05.00	CONTRIB. PATRONAL SERV ATIVO - ARSBAN- FUNFIP	0	382	18010000	30.000,00	0,00	2.741,61	2.741,61	27.258,39	9,14
4.7.2.1.8.03.1.1.02.06.00	CONTRIB. PATRONAL SERV ATIVO - FUNCARTE- FUNF	0	383	18010000	118.000,00	0,00	22.761,80	22.761,80	95.238,20	19,29
4.7.2.1.8.03.1.1.02.07.00	CONTRIB. PATRONAL SERV ATIVO - CEDIDOS - FUNF	0	401	18010000	78.000,00	0,00	4.420,44	4.420,44	73.579,56	5,67
4.7.2.1.8.04.0.0.00.00.00	CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - ESPECÍFICO D				37.997.000,00	0,00	0,00	0,00	37.997.000,00	0,00
4.7.2.1.8.04.0.0.00.00.00	CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - ORIUNDA DE S				37.997.000,00	0,00	0,00	0,00	37.997.000,00	0,00
4.7.2.1.8.04.1.00.00.00	CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - ORIUNDA DE S				37.997.000,00	0,00	0,00	0,00	37.997.000,00	0,00
4.7.2.1.8.04.1.01.00.00	CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - PREFEITURA				37.449.000,00	0,00	0,00	0,00	37.449.000,00	0,00
4.7.2.1.8.04.1.01.01.00	CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - PRINCIPAL	0	403	18000000	37.449.000,00	0,00	0,00	0,00	37.449.000,00	0,00
4.7.2.1.8.04.1.02.00.00	CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - CAMARA MUNIC				548.000,00	0,00	0,00	0,00	548.000,00	0,00
4.7.2.1.8.04.1.02.01.00	CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - PRINCIPAL	0	404	18000000	548.000,00	0,00	0,00	0,00	548.000,00	0,00
4.7.9.0.0.00.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS				258.450.000,00	0,00	29.115.944,35	29.115.944,35	229.334.055,65	11,27
4.7.9.0.0.00.0.0.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES				258.450.000,00	0,00	29.115.944,35	29.115.944,35	229.334.055,65	11,27
4.7.9.0.0.01.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA COMPLEMENTO D				258.450.000,00	0,00	29.115.944,35	29.115.944,35	229.334.055,65	11,27
4.7.9.0.0.01.1.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS COMPLEMENTO DA FOL				258.450.000,00	0,00	29.115.944,35	29.115.944,35	229.334.055,65	11,27
4.7.9.0.0.01.1.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS COMPLEMENTO DA FOL				258.450.000,00	0,00	29.115.944,35	29.115.944,35	229.334.055,65	11,27
4.7.9.0.0.01.1.1.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS COMPLEMENTO DA FOL 0	177	18010000	258.450.000,00	258.450.000,00	0,00	29.115.944,35	29.115.944,35	229.334.055,65	11,27
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA				-161.285.600,00	0,00	-15.126.896,37	-15.126.896,37	-146.158.703,63	9,38
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE				-161.285.600,00	0,00	-15.126.896,37	-15.126.896,37	-146.158.703,63	9,38
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	(R) DEDUCAO DA REC. DE TRANSF. CORRENTE				-161.285.600,00	0,00	-15.126.896,37	-15.126.896,37	-146.158.703,63	9,38
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUC.REC.P/FORM.FUNDEF-TRANSF.INTERGOVERN				-161.285.600,00	0,00	-15.126.896,37	-15.126.896,37	-146.158.703,63	9,38
9.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUC.REC.TRANSFERENCIA DA UNIAO				-68.478.600,00	0,00	-8.223.760,94	-8.223.760,94	-60.254.839,06	12,01
9.1.7.2.1.01.0.0.00.00.00	(R) DED.REC. DE PARTIC. NA REC. DA UNIÃO				-68.422.800,00	0,00	-8.223.760,94	-8.223.760,94	-60.199.039,06	12,02
9.1.7.2.1.01.0.2.00.00.00	(R)DEDUC.REC.FUNDO PARTIC. DOS MUNIC FPM				-68.421.800,00	0,00	-8.222.771,95	-8.222.771,95	-60.199.028,05	12,02
9.1.7.2.1.01.0.2.02.00.00	(R)DEDUC.REC.FPM - COTA MENSAL FUNDEB	0	143	15000000	-68.421.800,00	0,00	-8.222.771,95	-8.222.771,95	-60.199.028,05	12,02
9.1.7.2.1.01.0.5.00.00.00	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA DO ITR - FUNDEB				-1.000,00	0,00	-988,99	-988,99	-11,01	98,90
9.1.7.2.1.01.0.5.01.00.00	(R) DEDUCOES DA RECEITA DO ITR - FUNDEB	0	144	15000000	-1.000,00	0,00	-988,99	-988,99	-11,01	98,90



GABINETE DO SECRETARIO/SME
RUA ULISSES CALDAS,81
CNPJ: 08.241.747/0005-77
NATAL - RN
08432324900

www.natal.rn.gov.br

BALANCETE DA RECEITA

EXERCÍCIO: 2022 - BALANÇO
Tipo: Analítico
INSTITUIÇÕES : NATALPREV, FENAT, ALIMENTAR,
URBANA, PROCON, ARSBAN, CAMARA MUNICIPAL DO,
FUNCARTE, PM NATAL
PERÍODO : 01/01/2022 A 31/01/2022

RECEITA	DESCRIÇÃO	CP	REDUZ	REC	PREVISTO	PREV.ADIC.	ARRECADADO	ARREC. ANO	DIFERENÇA	Perc
9.1.7.2.1.36.0.0.00.00.00 (R)DEDU.REC. - ICMS/DESON / L.C 87/96					-55.800,00	0,00	0,00	0,00	-55.800,00	0,00
9.1.7.2.1.36.0.0.01.00.00 (R) DEDCOES DA RECEITA LC 87/96 - FUNDEB		0	179	15000000	-55.800,00	0,00	0,00	0,00	-55.800,00	0,00
9.1.7.2.2.00.0.0.00.00.00 (R)DEDUC.REC. -TRANSF.ESTADO					-92.807.000,00	0,00	-6.903.135,43	-6.903.135,43	-85.903.864,57	7,44
9.1.7.2.2.01.0.0.00.00.00 (R)DEDUC.REC. DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS					-92.807.000,00	0,00	-6.903.135,43	-6.903.135,43	-85.903.864,57	7,44
9.1.7.2.2.01.0.1.00.00.00 (R)DEDUC.REC. -ICMS					-73.911.600,00	0,00	-5.783.835,22	-5.783.835,22	-68.127.764,78	7,83
9.1.7.2.2.01.0.1.01.00.00 (R)DEDUC.REC. P/FORMACAO DO FUNDEB -ICMS		0	145	15000000	-73.911.600,00	0,00	-5.783.835,22	-5.783.835,22	-68.127.764,78	7,83
9.1.7.2.2.01.0.2.00.00.00 (R)DEDUC.REC. P/FORMACAO DO FUNDEB -IPVA					-18.842.600,00	0,00	-1.109.440,43	-1.109.440,43	-17.733.159,57	5,89
9.1.7.2.2.01.0.2.01.00.00 (R)DEDUC.REC. P/FORMACAO DO FUNDEB -IPVA		0	147	15000000	-18.842.600,00	0,00	-1.109.440,43	-1.109.440,43	-17.733.159,57	5,89
9.1.7.2.2.01.0.4.00.00.00 (R)DEDUC.REC. IPI EXP.					-52.800,00	0,00	-9.859,78	-9.859,78	-42.940,22	18,67
9.1.7.2.2.01.0.4.01.00.00 (R)DEDUC.REC. P/FORMACAO FUNDEB-IPI EXP.		0	148	15000000	-52.800,00	0,00	-9.859,78	-9.859,78	-42.940,22	18,67
TOTAL					3.710.401.818,87	200.000,00	402.519.292,85	402.519.292,85	3.308.082.526,02	10,85

Álvaro Dias
Prefeito

Ronaldo José Rego de Araujo
Contador

PREVISÃO DE RECEITAS

1. ANEXO PGM

1. As Receitas abaixo relacionadas:

Código	Discriminação	Fonte	Valor Previsto 2022	Valor Previsto 2023	Valor Previsto 2024	Valor Previsto 2025
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.01	Remuneração Depósitos Bancários de Recursos Vinculados — Honorários PGM	17991101	97.837,56	103.277,33	109.019,55	115.081,03
4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.02	Remuneração Depósitos Bancários de Recursos Vinculados — Precatórios PGM	17570000	52.838,64	55.776,47	58.877,64	62.151,24
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Receita de Divida Ativa do IPTU	15000000	2.828.500,70	2.985.765,34	3.151.773,90	3.327.012,52
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	Receita de Divida Ativa do ISS	15000000	701.083,69	740.063,95	781.211,50	824.646,86
4.1.9.9.0.99.1.4.05.00.00	Receita de Divida Ativa de Outros Tributos - Taxas	15010000	1.202.059,12	1.268.893,60	1.339.444,09	1.413.917,18
4.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	Receita de Divida Ativa não Tributária	15000000	1.554.784,18	1.641.230,18	1.732.482,57	1.828.808,61
4.1.9.9.0.12.1.1.01.00.00	Receita de Honorários de Advogados	17991101	3.354.000,00	3.540.482,40	3.737.333,22	3.945.128,95
4.2.9.9.0.00.1.1.03.00.00	Receita Provenientes de Depósitos Judiciais	17570000	165.886,80	175.110,11	184.846,23	195.123,68





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS
Destino
SEMAD - Protocolo

Segue os autos, com planilha de Previsão de Receitas, conforme solicitado em Ofício de nº 360/2022 - SEMAD

Natal, 11/03/2022
AEDRA LIDIANNI MORAIS LIMA
Matrícula: 724118





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
SEMAD - Protocolo
Destino
SEMAD - Chefia de Gabinete

À CHEFIA DE GABINETE, para as devidas providências.

Natal, 14/03/2022
CARLOS EDNALDO MAIA
Matrícula: 002925





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
SEMAD - Chefia de Gabinete
Destino
SEMAD - SECRETARIA ADJUNTA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

À SADOFI para as devidas providências.

Natal, 14/03/2022
ADAMIRES FRANCA
Matrícula: 659142





DESPACHO

CPF/CNPJ do Requerente	Nome/Razão Social do Requerente
08.241.747/0004-96	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Endereço	
R SANTO ANTONIO, 665 - Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-520	
Assunto	
Ofício recebido	

Encamenhe o processo ao Setor Financeiro da PGM para que seja feito os Demonstrativos dos Riscos Fiscais para o exercício de 2023, no que caber aos Passivos contingents - Despesas Judiciais, dividas em Porcesso de Recolhimento . Informações necessarias a elaboração dos Anexos dos Metas Fiscais para elaboração do Projeto de Lei LDO 2023.

Natal,21 de março de 2022





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: Ofício recebido

Processo Judicial: 3602022

Origem

SEMAD - SECRETARIA ADJUNTA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Destino

PGM - CARTORIO

Encamenhe o processo ao Setor Financeiro da PGM para que seja feito os Demonstrativos dos Riscos Fiscais para o exercício de 2023, no que caber aos Passivos contingents - Despesas Judiciais, dividas em Porcesso de Recolhimento . Informações necessarias a elaboração dos Anexos dos Metas Fiscais para elaboração do Projeto de Lei LDO 2023.

Natal, 21/03/2022

DAMARES CLAUDIA DA COSTA BEZERRA

Matrícula: 093394





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - CARTORIO
Destino
PGM - UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS

Para Análise e Providências

Natal, 21/03/2022
RAFAEL RIBEIRO DE SENA
Matrícula: P00103





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS
Destino
PGM - Procuradoria Geral

Encaminhe-se os autos, para providências de inclusão de Ofícios de Riscos Fiscais, a fim, de atender solicitação da Secretaria de Administração.

Natal, 24/03/2022
AEDRA LIDIANNI MORAIS LIMA
Matrícula: 724118





PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RISCO FISCAL EXERCÍCIO 2022

PAE nº PGM-20220129290

Interessado: SEMAD

Risco Fiscal, pegando carona no conceito já difundido e consolidado pela Secretaria do Tesouro Nacional, consiste em eventos capazes de afetar as contas públicas, comprometendo o alcance dos resultados fiscais estabelecidos como metas e objetivos, e que não podem ser controlados ou evitados pelo governo.

No tocante aos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais no âmbito municipal, conforme já informado no relatório alusivo ao exercício anterior, atualmente a Procuradoria Municipal não tem possibilidade de estimar com clareza ou precisão o montante real envolvido, ao passo que as partes que litigam contra a Fazenda Pública muitas vezes subestimam os valores informados nas causas visando reduzir as despesas processuais ou mesmo os superestimam para fins de obterem maiores vantagens decorrentes da sucumbência, especialmente nas causas em matéria repetitiva em que se firmou jurisprudência contrária à Fazenda, acarretando um alto índice de imprecisão de valores.

Procuradoria Geral do Município de Natal
Rua Princesa Isabel, 799, Cidade Alta, Natal/RN, 59025-400 - Telefone: (84) 3232-8877
pgm.gabinete@natal.rn.gov.br



Incluído por: PGM - 616869 - FERNANDO PINHEIRO DE SA E BENEVIDES
<https://directa.natal.rn.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=listdoc¶m1=bb17ba588f034bbe346dbd9b7d455f63¶m2=2523700¶m3=836682>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº PGM-20220129290 em 24/03/2022 às 12:31:39

fls. 70



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: PGM - 616869 - FERNANDO PINHEIRO DE SA E BENEVIDES
<https://directa.natal.rn.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=listdoc¶m1=c1247d213e236a1c0034fbd9b9f8a658a¶m2=2523705¶m3=836682>
Documento assinado em 24/03/2022 às 12:31:58

fls. 70



PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Além dessa dificuldade natural para se apontar riscos fiscais decorrentes dos processos judiciais, no âmbito da PGM há outro fator que vem impedir a apuração desses riscos, consubstanciado na ausência de sistema informatizado que permita obter informações/controle sobre números das ações, valores, natureza, etc.; tornando impossível a classificação ou mensuração dos riscos fiscais envolvidos.

No momento, somente é possível estimar que há centenas de pedidos de servidores cujos direitos já foram reconhecidos na via administrativa, mas não foram efetivamente implementados, gerando a cada dia, mais ações judiciais (natureza: Direito Administrativo-servidor público) visando compelir a Administração Municipal a cumprir a legislação vigente (ex: progressão, promoção, férias e férias-prêmio não fruídas em atividade, entre outros).

Em tais ações, a linha de defesa na maioria das vezes se mostra esvaída em função de tal reconhecimento, sendo praticamente certa a procedência da ação, com a elevação dos custos para a Administração em razão do pagamento de valores devidos retroativos, com a incidência de correção monetária e juros de mora.

Procuradoria Geral do Município de Natal
Rua Princesa Isabel, 799, Cidade Alta, Natal/RN, 59025-400 - Telefone: (84) 3232-8877
pgm.gabinete@natal.rn.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Para este ano, não se tem como mensurar, com maior grau de precisão, as despesas para tais ações no momento, mas se espera que o valor se supere o exercício anterior, estimando-se o gasto em RPV na ordem de R\$ 10.000.000,00(dez milhões de reais).

A estimativa acima para as ações de natureza administrativa/pessoal se baseia nos valores alusivos a mesma despesa realizada este ano, em comparação com o mesmo período do exercício anterior, o que já representa o incremento em mais de 145%.

A estimativa, no campo de tais ações judiciais, poderá não vir a se confirmar caso as modificações que estão sendo implementadas no âmbito do Poder Judiciário (Secretaria Unificada-Resolução 12/2022-TJRN) não tragam a otimização dos procedimentos administrativos que se espera alcançar.

Caso contrário, haverá mais agilidade nos trâmites das ações e por conseguinte, nas expedições das ordens de pagamentos e precatórios; podendo ser superadas as metas estimadas e inclusive, o percentual de aumento em relação ao exercício anterior, vez que há grande número de ações aguardando a expedição de RPVs represadas por falta de estrutura do Poder Judiciário.

Procuradoria Geral do Município de Natal
Rua Princesa Isabel, 799, Cidade Alta, Natal/RN, 59025-400 - Telefone: (84) 3232-8877
pgm.gabinete@natal.rn.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Igualmente, há grande número de ações coletivas de obrigações de fazer (reforma e adequação à acessibilidade de escolas, postos de saúde, contratação de pessoal, etc) cujos prazos para cumprimentos espontâneos das decisões judiciais já se esgotaram, havendo necessidade de se implementar as condenações/ações no campo administrativo; isso sem olvidar do pagamento e vultosas sanções judiciais geradas pelo descumprimento (multas) dos títulos executivos.

A exemplo disso, citem-se as seguintes ações: 0855236-74.2018.8.20.5001, 0847543-39.2018.8.20.5001, 0847552-98.2018.8.20.5001, 0855477-48.2018.8.20.5001, 0857752-67.2018.8.20.5001 (acessibilidade-postos de saúde); 0855959-30.2017.8.20.0001; 0127160-90.2011.8.20.0001 (acessibilidade-escolas).

Registre-se ainda a existência de alto número de processos na área da saúde que geram despesas imprevistas que se tornam perenes ao longo do tempo em razão do reiterado descumprimento de ordens judiciais, seja para fornecer medicamentos da farmácia básica ou de alto custo. A exemplo, citam-se: 0844099-90.2021.8.20.5001, 0828046-05.2019.8.20.5001, 0804335-38.2021.4.05.8400, 0501687-32.2019.4.05.8400, 0823913-17.2019.8.20.5001,

Procuradoria Geral do Município de Natal
Rua Princesa Isabel, 799, Cidade Alta, Natal/RN, 59025-400 - Telefone: (84) 3232-8877
pgm.gabinete@natal.rn.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0836486-24.2018.8.20.5001, 0808279-48.2021.4.05.8400, 0824938-94.2021.8.20.5001, entre centenas de outras

Relativamente a precatórios judiciais, a previsão para pagamento neste ano é na ordem de R\$ 41.062.517,88 (quarenta e um milhões, sessenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos), representando um percentual de -7,67% menor do que o exercício anterior, face ao elastecimento do prazo de pagamento decorrente da Emenda Constitucional nº 29/2021.

Como se vê, revela-se preocupante a trajetória sempre ascendente das despesas com ações judiciais, constituindo grave ameaça ao equilíbrio fiscal municipal e impactando diretamente em importantes parâmetros fiscais; pelo que devem ser adotados mecanismos administrativos pelos órgãos municipais para se tentar planejar as ações, prestar melhores e mais eficientes serviços e gerir a máquina de pessoal, evitando-se novas lides.

Sendo esses os riscos fiscais de serem previstos no momento, subscrevemo-nos.

Natal, 23 de março de 2022

FERNANDO PINHEIRO DE SÁ E BENEVIDES
Procurador-Geral do Município
Mat. 61.686-9 OAB/RN 9.444

Procuradoria Geral do Município de Natal
Rua Princesa Isabel, 799, Cidade Alta, Natal/RN, 59025-400 - Telefone: (84) 3232-8877
pgm.gabinete@natal.rn.gov.br





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - Procuradoria Geral
Destino
SEMAD - Protocolo

À SEMAD

Natal, 24/03/2022
FERNANDO PINHEIRO DE SA E BENEVIDES
Matrícula: 616869





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
SEMAD - Protocolo
Destino
SEMAD - Chefia de Gabinete

À CHEGIA DE GABINETE para as devidas providências.

Natal, 24/03/2022
CARLOS EDNALDO MAIA
Matrícula: 002925





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
SEMAD - Chefia de Gabinete
Destino
SEMAD - SECRETARIA ADJUNTA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

À SADOFI para prosseguimento.

Natal, 25/03/2022
ADAMIRES FRANCA
Matrícula: 659142





DESPACHO

CPF/CNPJ do Requerente	Nome/Razão Social do Requerente
08.241.747/0004-96	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Endereço	
R SANTO ANTONIO, 665 - Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-520	
Assunto	
Ofício recebido	

Encaminhe o Presente processo ao Gabinete da SEMAD que seja enviado a PGM, tendo em vista que os autos constam na memória de cálculo dos riscos fiscais e da metodologia da receita no Projeto de Lei da LDO 2023, foi enviado ao Poder Legislativo através da Mensagem n 049/2022, de 25/04/2022, que trata da Lei de diretrizes Orçamentárias para o exercici de 2023. Sugerimos o seu arquivamento.

Natal, 18 de maio de 2022





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: Ofício recebido

Processo Judicial: 3602022

Origem

SEMAD - SECRETARIA ADJUNTA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Destino

SEMAD - Chefia de Gabinete

Encaminhe o Presente processo ao Gabinete da SEMAD QUE SEJA enviado a PGM, que os autos consta na memória de cálculo dos riscos fiscais e da metodologia da receita no Projeto de Lei da LDO 2023, foi enviado ao Poder Legislativo através da Mensagem n 049/2022, de 25/04/2022, que trata da Lei de diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. Sugerimos o seu arquivamento.

Natal, 18/05/2022

DAMARES CLAUDIA DA COSTA BEZERRA

Matrícula: 093394





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
SEMAD - Chefia de Gabinete
Destino
PGM - CARTORIO

Tendo em vista o despacho de fl. 79, à PGM para conhecimento.

Natal, 18/05/2022
ADAMIRES FRANCA
Matrícula: 659142





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - CARTORIO
Destino
PGM - Procuradoria Geral

Para Análise e Providências

Natal, 18/05/2022
KEZIA CRISTINA ALVES DA SILVA
Matrícula: P00102





DESPACHO

Dados do Requerente
08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Dados do Processo
Assunto: Ofício recebido
Processo Judicial: 3602022
Origem
PGM - Procuradoria Geral
Destino
PGM - CARTORIO

Arquivem-se

Natal, 19/05/2022
FERNANDO PINHEIRO DE SA E BENEVIDES
Matrícula: 616869





TERMO DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO

CPF/CNPJ do Requerente	Nome/Razão Social do Requerente
08.241.747/0004-96	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO - SEMAD
Endereço	
R SANTO ANTONIO, 665 - Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-520	
Assunto	
Ofício recebido	

ARQUIVADO

Natal, 19 de maio de 2022





PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS

ANEXO SEMTAS

PREVISÃO ESTIMATIVA DA RECEITA
LDO 2023 – 2025 (em R\$ 1.000,00)

Discriminação	Fonte	Valor Previsto 2023	Valor Previsto 2024	Valor Previsto 2025
Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FNAS	16600000	247	255	262
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	16600000	5.859	6.038	6.219
BPC na escola - Questionário	16600000	1	1	1
AEPETI – Ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	16690000	1	1	1
Transferências de Instituições Privadas	17030000	-	-	-
Transferências de Convênios da União destinados a Programas de Assistência Social	17063110	565	565	565
Transferências de Convênios da União destinados a Programas de Combate a Fome	16600000	2.168	2.233	2.300
Outras Transferências dos Estados	17010000	28	28	28
Outras Transferências dos Municípios	17020000	-	-	-
Outras Receitas – Doações	17991401	955	955	955

ANEXO II
PREVISÃO ESTIMATIVA DA RECEITA – LDO 2023/2025

Valores em R\$ 1.000,00																	
DISCRIMINAÇÃO	RECURSOS RECEBIDOS							RECURSOS/TAXAS ESTIMADOS									
	FONTE	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Transferência de Recursos - FNAS	16600000 131 16690000	6.045	-0,50	10.519	74	6.049	-42	5.471	-9,6	7.757	41,78	8.029	3,50	8.273	3	8.521	3
Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS	16600000	116	-	42	-	34	-	173	-	239	-	247	-	255	-	262	-
Taxa de Remuneração de Depósitos Bancários (%)	16600000	0,0568	-	0,0205	-	0,0049	-	0,0251		0,0308		0,0308		0,0308		0,0308	-

- RECURSOS ESTIMADOS FONTES: 16600000131/16690000

- As taxas (3,08 % a.a) de remuneração dos depósitos bancários referente ao Fundo BB curto prazo Administrativo Supremo foram baseadas na rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses (fev/21 a jan/22 - página B. Brasil na internet) .

- Os valores dos recursos a serem transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social(FNAS) à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMTAS) nos anos de 2022 a 2025 foram estimados levando-se em consideração a média dos valores efetivamente transferidos ao Fundo Municipal de Assistência Social(FUMAS) nos anos de 2019/2020/2021 incluindo-se as metas da inflação de 5,53%, 3,50,% e 3,00% previstas para os anos de 2022 a 2024, divulgadas pelo Banco Central do Brasil em seu histórico de Metas para inflação no Focus- Relatório de Mercado de 11/02/2022. Em virtude da alta da inflação a previsão para 2022 já foi revisada para 5,56%, conforme publicações nas revistas especializadas, o que deverá ocorrer com as demais previsões ao longo do ano, caso o quadro de alta da inflação persista.

Anilda Leite Medeiros de Góes
Contadora- CRC/RN nº 4.160
SEMTAS/PMN



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Anexo STTU– Conforme Solicitação do Ofício de nº 366/2022-SEMAD-GAB/SEMAD

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	VALOR PREVISTO	VALOR PREVISTO	VALOR PREVISTO
		2023	2024	2025
Remuneração de Depósito Bancários – Multas de Trânsito.	17200001	96.432,86	99.808,01	103.301,29
Remuneração de Depósito Bancários – Multas de Trânsito - RENAINF	17200001	5.819,48	6.023,16	6.233,97
Multas Prevista Legislação de Trânsito – Própria	17200001	24.647.511,72	25.510.174,63	26.403.030,74
Multas Prevista Legislação de Trânsito – RENAINF	17200001	27.241,95	28.195,42	29.182,26
Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte - ALVARÁ	17530000	8.991,05	9.305,74	9.631,44
Serviços de Vistoria de Veículos	15000000	300.746,33	311.272,45	322.166,99
Multas por Auto de Infração	15010000	96.184,94	99.551,41	103.035,71
Outras Taxas	15010000	6.078,17	6.290,91	6.511,10
Outras Transferências de Convênios da União	17000000	1.000.000,00	1.500.000,00	2.000.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO E REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO PARA O PROJETO DE LEI LDO 2023.

ANO	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO MULTA DE TRÂNSITO PRÓPRIA	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
2019	R\$ 240.895,63	R\$ 35.801.775,38
2020	R\$ 18.742,72	R\$ 19.154.528,64
2021	R\$ 19.877,19	R\$ 16.485.758,94
	Total R\$ 279.515,54	Total R\$ 71.442.062,96

NO	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO MULTA DE TRÂNSITO RENAINF	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO RENAINF
2018	R\$ 3.519,86	R\$ 78.962,17
2019	R\$ 5.003,68	-
2020	R\$ 1.558,52	-
2021	R\$ 6.786,00	-
	Total R\$16.868,06	Total R\$ 78.962,17

PREVISÃO DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCARIOS - MULTAS DE TRÂNSITO - PRÓPRIA

$R\$ 279.515,54 / 3 = 93.171,85 \times 3,5\% = R\$ 96.432,86$ - Previsão 2023
 $96.432,86 \times 3,5\% = R\$ 99.808,01$ - Previsão 2024
 $99.808,01 \times 3,5\% = R\$ 103.301,29$ - Previsão 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

PREVISÃO DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCARIOS - MULTAS DE TRÂNSITO - RENAINF

R\$ 16.868,06 /3 = 5.622,69 X 3,5% = R\$ 5.819,48 - Previsão 2023
5.819,48 X 3,5% = R\$ 6.023,16 - Previsão 2024
6.023,16 X 3,5% = R\$ 6.233,97 - Previsão 2025

PREVISÃO RECEITA DE MULTAS DE TRÂNSITO

R\$ 71.442.062,96/3 = 23.814.020,99 X 3,5% = R\$ 24.647.511,72 - Previsão 2023
24.647.511,72 X 3,5% = R\$ 25.510.174,63 - Previsão 2024
25.510.174,63 X 3,5% = R\$ 26.403.030,74 - Previsão 2025

PREVISÃO RECEITA DE MULTAS DE TRÂNSITO RENAINF

R\$ 78.962,17 /3 = 26.320,72 X 3,5% = R\$ 27.241,95 - Previsão 2023
27.241,95 X 3,5% = R\$ 28.195,42 - Previsão 2024
28.195,42 X 3,5% = R\$ 29.182,26 - Previsão 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO DE TRANSPORTE PARA O PROJETO DE LEI LDO 2023.

RECEITAS	ARRECADAÇÃO			
	2017	2020	2021	TOTAL
TAXA DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE TRANSPORTE	R\$ 8.687,00	Valores Arreceados pelo Sistema DIRECTA. Relatório em Elaboração	Valores Arreceados pelo Sistema DIRECTA. Relatório em Elaboração	R\$ 8.687,00
TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE PERMISSÃO	R\$ 5.674,03			R\$ 5.674,03
TAXA DE CADASTRO DE VEICULOS				
TAXA DE SUBSTITUIÇÃO DE VEICULO				
TAXA DE EMISSÃO DE CARTEIRA PARA CONDUTOR				
TAXA DE EMISSÃO DE VISTORIA	R\$ 290.576,16			R\$ 290.576,16
OUTRAS MULTA POR INFRAÇÃO	R\$ 9.722,44	R\$ 71.498,18	R\$ 197.576,30	R\$ 278.796,92
TOTAL GERAL	R\$ 314.659,63	R\$ 71.498,18	R\$ 197.576,30	R\$ 583.734,11



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

PREVISÃO DE RECEITA TAXA DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE TRANSPORTE

R\$ 8.687,00	=	8.687,00	x	3,5%	=	R\$ 8.991,05	- Previsão 2023
		8.991,05	x	3,5%	=	R\$ 9.305,74	- Previsão 2024
		9.305,74	x	3,5%	=	R\$ 9.631,44	- Previsão 2025

PREVISÃO DE RECEITA TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE PERMISSÃO

PREVISÃO DE RECEITA TAXA DE CADASTRO DE VEICULOS

PREVISÃO DE RECEITA TAXA DE SUBSTITUIÇÃO DE VEICULO

PREVISÃO DE RECEITA TAXA DE EMISSÃO DE CARTEIRA PARA CONDUTOR

R\$ 5.674,03	=	5.872,63	x	3,5%	=	R\$ 6.078,17	- Previsão 2023
		6.078,17	x	3,5%	=	R\$ 6.290,91	- Previsão 2024
		6.290,91	x	3,5%	=	R\$ 6.511,10	- Previsão 2025

OBSERVAÇÃO: AS RECEITAS DE TRANSPORTE FORAM SEPARADAS CONFORME A ARRECADAÇÃO POR TAXAS, NÃO SENDO RELACIONADAS APENAS COMO OUTRAS TAXAS.

PREVISÃO DE RECEITA TAXA DE EMISSÃO DE VISTORIA DE VEICULOS

R\$ 290.576,16	=	290.576,16	x	3,5%	=	R\$ 300.746,33	- Previsão 2023
		300.746,33	x	3,5%	=	R\$ 311.272,45	- Previsão 2024
		311.272,45	x	3,5%	=	R\$ 322.166,99	- Previsão 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

PREVISÃO DE RECEITA MULTA

R\$ 278.796,92/3	92.932,31 x	3,5%	=	R\$ 96.184,94 - Previsão 2023
	96.184,94 x	3,5%	=	R\$ 99.551,41 - Previsão 2024
	99.551,41 x	3,5%	=	R\$ 103.035,71 - Previsão 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
Secretaria Municipal de Administração
CHEFIA DE GABINETE

Natal/RN, 17 de março de 2022.

MEMORANDO Nº 391/2022 - SEMAD-GAB/SEMAD
Assunto: Encaminha Ofício nº 70/2022 - ARSBAN

À Secretária Adjunta de Orçamento e Finanças
SADOF
Nesta

Senhora Secretária Adjunta,

De ordem da Secretária da SEMAD, encaminho o ofício acima indicado, para adoção das medidas cabíveis.

Atenciosamente,

LEILA CAROLINA CARVALHO DE MEDEIROS COSTA
CHEFE DE GABINETE



A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora:
850c.f1cf 7e4a.d5e5 7791.7da2 6c89.65f1, Data/Hora: 17/03/2022 13:39:22

Impressão Gerada em: 25/05/2022
15:39:48 por: damares.claudia

Memorando 391/2022-CHEFIA DE GABINETE

1/13

Movimentações / Despachos

Enviado em	Origem	Destino	Recebido em	Somente Leitura <input type="checkbox"/>
17/03/2022 13:50:04 por leila.medeiros	SEMAD-GAB	SEMAD-SADOF	17/03/2022 14:12:44 por damares.claudia	Não
Despacho / Informação:				



A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora:
850c.f1cf 7e4a.d5e5 7791.7da2 6c89.65f1, Data/Hora: 17/03/2022 13:39:22

Documentos Vínculados

Numero	Tipo	Assunto	Origem	Usuario	Data Inclusao
70/2022	Ofícios	Resposta ao Ofício N° 371/2021-SEMAD	ARSBAN-CHGAB	polyane.ciriaco	17/03/2022 13:41:01



A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora:
850c.f1cf 7e4a.d5e5 7791.7da2 6c89.65f1, Data/Hora: 17/03/2022 13:39:22

Impressão Gerada em: 25/05/2022
15:39:48 por: damares.claudia

Memorando 391/2022-CHEFIA DE GABINETE

3/13



A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora:
850c.f1cf 7e4a.d5e5 7791.7da2 6c89.65f1, Data/Hora: **17/03/2022 13:39:22**



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal - CNPJ:

05.007.443/0001-28

ARSBAN-CHGAB-CHEFIA DE GABINETE

Rua Conceição, 615, Cidade Alta Cep: 59025-270

Natal/RN, 17 de março de 2022.

OFICIO Nº 70/2022 - ARSBAN-CHGAB/ARSBAN

Assunto: Resposta ao Ofício Nº 371/2021-SEMAD

A Sua Senhoria, a Senhora.

ADAMIRES FRANÇA

Secretária Municipal de Administração.

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a, em resposta ao OFICIO Nº 371/2022, como solicitado, segue em anexo a estimativa de Receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, a estimativa de Receita com Convênios e Operações de Crédito.

Sem mais para o momento, renovamos os mais elevados votos de estima e consideração.

ROSSINI FERNANDES DE OLIVEIRA

Presidente da ARSBAN



A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora:
f821.41f8 d401.9ecf 5e3d.0778 7232.cb9c, Data/Hora: 17/03/2022 13:02:36

Impressão Gerada em: 25/05/2022
15:39:48 por: damares.claudia

Of?cios 70/2022-ARSBAN-CHGAB-CHEFIA DE
GABINETE

5/13

Movimentações / Despachos

Enviado em	Origem	Destino	Recebido em	Somente Leitura <input type="checkbox"/>
17/03/2022 13:15:08 por elisa.pereira	ARSBAN-CHGAB	SEMAD-GAB	17/03/2022 13:38:41 por polyane.ciriaco	Não
Despacho / Informação:				
17/03/2022 13:15:08 por elisa.pereira	ARSBAN-CHGAB	SEMAD-SAAG	18/03/2022 09:57:27 por adson.soares	Sim
Despacho / Informação:				



A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora:
f821.41f8 d401.9ecf 5e3d.0778 7232.cb9c, Data/Hora: **17/03/2022 13:02:36**

Arquivos Anexos

Objeto	Arquivo	Usuario	Data Inclusão
❌ Anexo I	ANEXO CAERN 01.odt	elisa.pereira	17/03/2022 13:03:02
❌ Anexo II	ANEXO 2 - Projeção arrecadação.xlsx	elisa.pereira	17/03/2022 13:03:15
❌ Anexo III	ANEXO - 03 - As receitas abaixo relacionadas.odt	elisa.pereira	17/03/2022 13:03:28



A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora:
f821.41f8 d401.9ecf 5e3d.0778 7232.cb9c, Data/Hora: **17/03/2022 13:02:36**

ANEXO 01

PROJEÇÃO DA ARRECADAÇÃO - NATAL								
Período	Receitas diretas água		Receitas diretas esgoto		Receitas indiretas		Receita Total	Arrecadação Líquida*
jan/22	R\$	15.968.238	R\$	14.246.819	R\$	419.154	R\$ 30.634.211	R\$ 27.402.302
fev/22	R\$	15.931.879	R\$	14.304.340	R\$	419.154	R\$ 30.655.374	R\$ 27.421.232
mar/22	R\$	15.895.520	R\$	14.362.026	R\$	419.154	R\$ 30.676.700	R\$ 27.440.308
abr/22	R\$	15.859.161	R\$	14.419.876	R\$	419.154	R\$ 30.698.191	R\$ 27.459.532
mai/22	R\$	15.822.801	R\$	14.477.892	R\$	419.154	R\$ 30.719.847	R\$ 27.478.904
jun/22	R\$	15.786.442	R\$	14.536.074	R\$	419.154	R\$ 30.741.670	R\$ 27.498.424
jul/22	R\$	15.750.083	R\$	14.594.422	R\$	419.154	R\$ 30.763.659	R\$ 27.518.093
ago/22	R\$	15.713.723	R\$	14.652.937	R\$	419.154	R\$ 30.785.815	R\$ 27.537.911
set/22	R\$	15.677.364	R\$	14.711.621	R\$	419.154	R\$ 30.808.139	R\$ 27.557.880
out/22	R\$	15.641.005	R\$	14.770.473	R\$	419.154	R\$ 30.830.632	R\$ 27.578.000
nov/22	R\$	15.604.646	R\$	14.829.494	R\$	419.154	R\$ 30.853.294	R\$ 27.598.271
dez/22	R\$	15.568.286	R\$	14.888.685	R\$	419.154	R\$ 30.876.125	R\$ 27.618.694
jan/23	R\$	15.531.927	R\$	14.948.047	R\$	419.154	R\$ 30.899.128	R\$ 27.639.270
fev/23	R\$	15.495.568	R\$	15.007.580	R\$	419.154	R\$ 30.922.302	R\$ 27.659.999
mar/23	R\$	15.459.208	R\$	15.067.285	R\$	419.154	R\$ 30.945.648	R\$ 27.680.882
abr/23	R\$	15.422.849	R\$	15.127.163	R\$	419.154	R\$ 30.969.166	R\$ 27.701.919
mai/23	R\$	15.386.490	R\$	15.187.214	R\$	419.154	R\$ 30.992.858	R\$ 27.723.112
jun/23	R\$	15.350.131	R\$	15.247.440	R\$	419.154	R\$ 31.016.724	R\$ 27.744.460
jul/23	R\$	15.313.771	R\$	15.307.840	R\$	419.154	R\$ 31.040.765	R\$ 27.765.964
ago/23	R\$	15.277.412	R\$	15.368.415	R\$	419.154	R\$ 31.064.981	R\$ 27.787.626
set/23	R\$	15.241.053	R\$	15.429.167	R\$	419.154	R\$ 31.089.374	R\$ 27.809.445
out/23	R\$	15.204.694	R\$	15.490.095	R\$	419.154	R\$ 31.113.943	R\$ 27.831.422
nov/23	R\$	15.168.334	R\$	15.551.201	R\$	419.154	R\$ 31.138.690	R\$ 27.853.558
dez/23	R\$	15.131.975	R\$	15.612.486	R\$	419.154	R\$ 31.163.615	R\$ 27.875.853
jan/24	R\$	15.095.616	R\$	15.673.949	R\$	419.154	R\$ 31.188.719	R\$ 27.898.309
fev/24	R\$	15.059.256	R\$	15.735.592	R\$	419.154	R\$ 31.214.003	R\$ 27.920.925
mar/24	R\$	15.022.897	R\$	15.797.416	R\$	419.154	R\$ 31.239.467	R\$ 27.943.703
abr/24	R\$	14.986.538	R\$	15.859.420	R\$	419.154	R\$ 31.265.112	R\$ 27.966.643
mai/24	R\$	14.950.179	R\$	15.921.607	R\$	419.154	R\$ 31.290.939	R\$ 27.989.745
jun/24	R\$	14.913.819	R\$	15.983.976	R\$	419.154	R\$ 31.316.949	R\$ 28.013.011
jul/24	R\$	14.877.460	R\$	16.046.528	R\$	419.154	R\$ 31.343.142	R\$ 28.036.441
ago/24	R\$	14.841.101	R\$	16.109.264	R\$	419.154	R\$ 31.369.519	R\$ 28.060.035
set/24	R\$	14.804.741	R\$	16.172.186	R\$	419.154	R\$ 31.396.081	R\$ 28.083.795
out/24	R\$	14.768.382	R\$	16.235.292	R\$	419.154	R\$ 31.422.829	R\$ 28.107.720
nov/24	R\$	14.732.023	R\$	16.298.585	R\$	419.154	R\$ 31.449.762	R\$ 28.131.812
dez/24	R\$	14.695.664	R\$	16.362.065	R\$	419.154	R\$ 31.476.883	R\$ 28.156.072
jan/25	R\$	14.659.304	R\$	16.425.733	R\$	419.154	R\$ 31.504.191	R\$ 28.180.499
fev/25	R\$	14.622.945	R\$	16.489.589	R\$	419.154	R\$ 31.531.688	R\$ 28.205.095
mar/25	R\$	14.586.586	R\$	16.553.635	R\$	419.154	R\$ 31.559.374	R\$ 28.229.860
abr/25	R\$	14.550.226	R\$	16.617.870	R\$	419.154	R\$ 31.587.251	R\$ 28.254.796
mai/25	R\$	14.513.867	R\$	16.682.296	R\$	419.154	R\$ 31.615.318	R\$ 28.279.902
jun/25	R\$	14.477.508	R\$	16.746.914	R\$	419.154	R\$ 31.643.576	R\$ 28.305.179
jul/25	R\$	14.441.149	R\$	16.811.724	R\$	419.154	R\$ 31.672.027	R\$ 28.330.628
ago/25	R\$	14.404.789	R\$	16.876.727	R\$	419.154	R\$ 31.700.671	R\$ 28.356.250
set/25	R\$	14.368.430	R\$	16.941.924	R\$	419.154	R\$ 31.729.508	R\$ 28.382.045
out/25	R\$	14.332.071	R\$	17.007.316	R\$	419.154	R\$ 31.758.540	R\$ 28.408.014
nov/25	R\$	14.295.711	R\$	17.072.902	R\$	419.154	R\$ 31.787.768	R\$ 28.434.159
dez/25	R\$	14.259.352	R\$	17.138.686	R\$	419.154	R\$ 31.817.192	R\$ 28.460.478
TOTAL	R\$	725.462.175,12	R\$	751.699.786,25	R\$	20.119.396,07	R\$ 1.497.281.357,44	R\$ 1.339.318.174,23

*Obs.: Arrecadação calculada considerando a eficiência de arrecadação no município de Natal de 89,45% (média de janeiro de 2016 a fevereiro de 2021), conforme informações comerciais da Companhia.

Conforme descrito, a ARSBAN arrecada mensalmente, o percentual 2,00% (Dois por cento) do faturamento efetivamente arrecadado da CAERN no Município de Natal. Tendo como base a Tabela 1, elaboramos a previsão de arrecadação da ARSBAN, conforme Tabela 2 abaixo:

TABELA 01 - CAERN

ARRECADAÇÃO PROJETADA DO MUNICÍPIO DO NATAL

	2023	2024	2025	
JANEIRO	27,639,270.00	27,898,309.00	28,180,499.00	2.00%
FEVEREIRO	27,659,999.00	27,920,925.00	28,205,095.00	
MARÇO	27,680,882.00	27,943,703.00	28,229,860.00	
ABRIL	27,701,919.00	27,966,643.00	28,254,796.00	
MAIO	27,723,112.00	27,989,745.00	28,279,902.00	
JUNHO	27,744,460.00	28,013,011.00	28,305,179.00	
JULHO	27,765,964.00	28,036,441.00	28,330,628.00	
AGOSTO	27,787,626.00	28,060,035.00	28,356,250.00	
SETEMBRO	27,809,445.00	28,083,795.00	28,382,045.00	
OUTUBRO	27,831,422.00	28,107,720.00	28,408,014.00	
NOVEMBRO	27,853,558.00	28,131,812.00	28,434,159.00	
DEZEMBRO	27,875,853.00	28,156,072.00	28,460,478.00	
TOTAL	333,073,510.00	336,308,211.00	339,826,905.00	1,009,208,626.00
				20,184,172.52

Arrecadação projetada para ARSBAN, conforme tabela 01 da CAERN.

TABELA 02 - ARSBAN

	2023	2024	2025	
JANEIRO	552,785.40	557,966.18	563,609.98	2.00%
FEVEREIRO	553,199.98	558,418.50	564,101.90	
MARÇO	553,617.64	558,874.06	564,597.20	
ABRIL	554,038.38	559,332.86	565,095.92	
MAIO	554,462.24	559,794.90	565,598.04	
JUNHO	554,889.20	560,260.22	566,103.58	
JULHO	555,319.28	560,728.82	566,612.56	
AGOSTO	555,752.52	561,200.70	567,125.00	
SETEMBRO	556,188.90	561,675.90	567,640.90	
OUTUBRO	556,628.44	562,154.40	568,160.28	
NOVEMBRO	557,071.16	562,636.24	568,683.18	
DEZEMBRO	557,517.06	563,121.44	569,209.56	
TOTAL	6,661,470.20	6,726,164.22	6,796,538.10	20,184,172.52

ANEXO – 03

As receitas abaixo relacionadas:

Discriminação	Fonte	Valor Previsto 2023	Valor Previsto 2024	Valor Previsto 2025
Receitas e Concessões e Permissões - Serviços – ARSBAN	17990501	6.661.470,20	6.726.164,22	6.796.538,10
Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados- ARSBAN	17990501	33.307,35	33.630,82	33.982,69
Outras Transferências de Convênio da União	17000000			
Outras Transferências de Convênio dos Estados	17010000			

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
PREVISÃO DE RECEITA PARA OS ANOS 2023-2025					
Discriminação					
Fonte					
2023					
2024					
2025					
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde					
CUSTEIO - 16000000					
Atenção Básica					
Assistência de Média e Alta Complexidade					
Vigilância em Saúde					
Assistência Farmacêutica					
Gestão do SUS					
Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde					
Atenção Básica					
Assistência de Média e Alta Complexidade					
Vigilância em Saúde					
Assistência Farmacêutica					
Gestão do SUS					
Outros					
Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde - Bloco de Custeio (1% aa)					
Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde - Bloco de Investimento (1% aa)					
Transferência de Recursos do Estado para o Sistema Único de Saúde - SUS					
Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinculados - SUS Estado (1% aa)					
Transferência de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS					
Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinculados - SUS União (1% aa) - Convênio					
Total					
Taxa de Fiscalização					
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária					
Total Geral					
IPCA ULTIMOS 5 ANOS					
2017					
2018					
2019					
2020					
2021					
MÉDIA					

a Fundo

COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	AÇÃO/SERVIÇO/ESTRATÉGIA	RECEITA 2023 - MEMÓRIA DE CÁLCULO DETALHADA	FONTE		ATO NORMATIVO						
				FEDERAL	ESTADO							
ATENÇÃO BÁSICA												
		CAPITAÇÃO PONDERADA	Nº de equipes= equipes credenciadas e consistidas=	\$25.170.444,00		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		INCENTIVO ADICIONAL SAÚDE BUCAL	ESB - Implantar 10 equipes x R\$ 7.000,00/equipe	\$73.584,00		Port. GM/MS nº 2.436 de 21/09/2017						
		AMPLIAÇÃO DO TETO MUNICIPAL SAÚDE BUCAL - SB	ESB 110 equipes (100 existentes + 10 novas) x R\$ 2.300,00/mês	\$1.547.156,16		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR	PACS 5% 1550 = 77,5	\$8.544.363,84		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		FORÇA DE TRABALHO A ATUAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA FINANCEIRA	PACS 5% 1550 = 77,5	\$449.703,36		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		INCENTIVO ÀS EQUIPES	PACS 5% 1550 = 77,5	\$1.069.543,44		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		INCENTIVO DE DESPESAS POR EQUIPES	Valor potencial do município ao ano:4.166.648	\$1.751.992,15		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	PSE = 60 escolas (31.345 alunos atendidos)	\$75.699,70		PORTARIA 1055 DE 25/04/2016 PORTARIA 2.264 DE 30/08/2019						
		ACADEMIA DA SAÚDE	Repasso de custeio de 3 Academias: 3 x R\$ 3.000, 00	\$113.529,60		Port. GM/MS nº 2.436 de 21/09/2017 PORTARIA DE						
		UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA	1 UOM (R\$ 4.680,00)	\$59.035,39		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		SAÚDE PRISIONAL	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (4.392,83)	\$55.412,91		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		EQUIPES DE CONSULTÓRIOS NA RUA (RSM-)	Custeio de 04 Equipes de Consultório na Rua	\$1.776.107,52		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019						
		CEAC - CENTRO DE ESPECIALIDADES	Custeio de 04 Equipes de Consultório na Rua	\$596.661,12		PORT. DE 18 DE SETEMBRO DE 2017; PORTARIA DE						
		PROTESES DENTÁRIAS	PARA O PRECATORIO ANUAL DE 2023	\$283.824,00		CONSOLIDAÇÃO Nº 6 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.						
	INFORMATIZA APS	RECURSOS HUMANOS POR EQUIPE DE SAÚDE QUE UTILIZA PEC	\$3.281.005,44		PORTARIA Nº 2.983, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019							
EXTRA	RECURSOS ABVS - APOIO SESAP	Repasso mensal de 88.412,2 x 12		R\$ 1.115.266,86	Portaria.nº 166GS/SESAP de 15/12/2009. Portaria 242 GS/SESAP de 30/06/14							
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 44.848.062,63	R\$ 1.115.266,86							
TOTAL DO BLOCO AB						R\$ 45.963.329,49						
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				FEDERAL	VALOR	REAL	ESTADUAL	MARCO	LEGAL			
MAC/LIMITE FINANCEIRO	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE SAUDE MENTAL	01 CAPS AD II Norte (R\$ 33.086,25 x 12) + 01 CAPS AD II Sul (R\$ 33.086,25 x 12) = R\$ 816.000,00		R\$ 3.736.038,38				Portaria 3089 de 30/12/2011; 3090 de 30/12/2011; Port. 121 de 16/01/12; NOTA TÉCNICA Nº 11/2014-GM/AD/APES/SAS/MS. PORTARIA Nº 3.686, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017			
		TETO MUNICIPAL REDE PSICOSSOCIAL	01 CAPS AD II Norte (R\$ 33.086,25 x 12) + 01 CAPS AD II Sul (R\$ 33.086,25 x 12) = R\$ 816.000,00		R\$ 353.840,86				PORTARIA Nº 3.686, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017			
		TETO MUNICIPAL LIMITE UPAs	UPAs habilitadas e Quantitadas		R\$ 17.660.160,00		\$8.830.080,00		PORTARIA Nº 10 DE 3 DE JANEIRO DE 2017			
		SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL AS URGÊNCIAS - SAMU 192	Custeio de 03 Serviços Qualificados: [03 USA (3 x116.652,00 = 349.956)] + 09 USB (9 x 105.528,00 = 949.752) + 01		R\$ 7.910.376,71		\$3.955.188,36		PORTARIA Nº 2.183, DE 16 DE AGOSTO DE 2019; PORTARIA Nº 832, DE 9 DE MAIO DE 2019; PORT. 219 de 11 DE FEVEREIRO DE 2011			
		TETO MUNICIPAL REDE HOSPITALAR	10 Leitos de UTI Adulto Tipo II (10 leitos x valor da diária (R\$ 800,00) x 365 (dias) x 0,90 (taxa de ocupação)		R\$ 2.762.553,60				PORTARIA Nº 2.395, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011;			
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$	32.422.969,55		R\$	12.785.268,36	R\$	45.208.237,91		
							FEDERAL	ESTADUAL	PORTARIAS			
LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE VIVER SEM LIMITES	Repasso mensal no valor de 153.866,01 X		R\$ 4.463.807,40				Portaria 835 26/04/2012 e Port. 2109 de 24/09/2012			
		TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	Repasso mensal no valor de 153.866,01 X		R\$ 262.437.141,89		R\$ 60.444.000,00		Portaria MS. SAS Nº 06 de 04/01/2018 e o TCEP Base de cálculo considerando os custos e insumos			
		TETO MUNICIPAL REDE DE CEGONHA (RCE-)	Custeio de Leitos: UTI Neo, Adulto, Pediátrico, GAR, UCI		R\$ 4.449.984,54				Portaria nº 904 de 20/05/2013 (Revogada pela Portaria nº 11 de 06/05/2014)			
		TETO MUNICIPAL REDE DE URGÊNCIA (RAU-)	Leitos de Urgência: 15 Leitos de Internato (15 x 144,00 = 2.160,00) + 09 Leitos de Pronto Socorro (09 x 144,00 = 1.296,00) = 3.456,00 (meses) x		R\$ 6.756.543,09				Port. 2395 de 13/10/2011; Port. 148 de 31/01/2012; Port. 349 de 01/03/2012; Port. 1615 de 26/07/2012; e Port. 2042 de 01/03/2014			
		TETO MUNICIPAL REDE DE URGÊNCIA (RAU-)	Hospital Pedro e Fernando: 15 Leitos de Internato (15 x 144,00 = 2.160,00) + 09 Leitos de Pronto Socorro (09 x 144,00 = 1.296,00) = 3.456,00 (meses) x		R\$ 2.876.975,50				Port. 2662, de 05/12/2014			
		TETO MUNICIPAL LIMITE CONTROLE DO	Atendimento		R\$ 145.123,63				Portaria 3444, de 30/12/2016			
		Regulação, Controle, Avaliação, Auditoria e Monitoramento	complexidade realizados para o diagnostico e custeio da Central de Regulação		R\$ 476.824,32				Port. 767 de 17/07/2015; Portaria 1.333 de 08/09/2015; Portaria 1.333 de 08/09/2015			
		PAEC SAT / AIIH / ELETIVAS	Estimativa de crescimento de 10% em relação ao ano anterior		14.860.087,62				Port. 767 de 17/07/2015; Portaria 1.333 de 08/09/2015; Portaria 1.333 de 08/09/2015			
		SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$	296.466.487,98		R\$	60.444.000,00	R\$	356.910.487,98
		TOTAL DO BLOCO AE				R\$	328.889.457,53		R\$	73.229.268,36	R\$	402.118.725,89
							FEDERAL	ESTADUAL	PORTARIAS			
VIGILÂNCIA EM SAÚDE												
VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE	PFVPS	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PFVS	Parcela mensal R\$ R\$327.600,05x 12 meses de repasse		R\$ 4.132.478,07				*PORTARIA Nº 3.235, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019			
		INC. AS AÇÕES DE VIG. PREV E CONT DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVVS)	Parcela mensal R\$ 56.122,24 de repasse fundo a fundo		R\$ 674.236,53				PORT. MS/GM Nº 1390, DE 04/07/2014 - Deliberação CIB nº 1064, de 20/02/2014			

PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PFVISA	PVVS	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 664.097,50 /mês(parcela extra)	R\$ 8.377.191,50	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		FORTELEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO	R\$77,5 X 451=34.952,5 /mês	R\$ 440.904,82	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		INC. ADIC. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 664.097,50 /mês(parcela extra)	R\$ 698.099,29	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		INC. ADIC. FORT. POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRAT DE ACE - 5 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 34.952,50 (parcela extra)	R\$ 36.742,07	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		PROGRAMA DE QUALIFICAÇÕES DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (POA-VS) - PVVS - PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA	Parcela anual R\$ 58.4218,80 cota única VIGENTE	R\$ 614.130,80	PORTARIA Nº 2.369, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019
		PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS	Parte ANVISA/FNS - 12 parcelas = 44.524,00	R\$ 561.643,55	PORT. MS/GM Nº 682 DE 02/04/2020
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 15.335.426,63	
EXTRA-TETO - RECURSOS DA TAXA DE ALVARÁ SANITÁRIO	Taxa de Alvará (Fonte 100000) = Receita prevista de 2019 (840.000,00) acrescida de 5% = R\$ 882.000,00	TX ALVARÁ SANITÁRIO		R\$ 1.185.368,51	Lei Municipal nº 4.724/1995
		SALDO DA TX NÃO EXECUTADA			
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA					
TOTAL DO BLOCO VS				R\$ 16.720.795,14	R\$ 16.720.795,14
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA					
BÁSICO DA AF	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	União: Pop. estimada IBGE ano 2019: 890.480 x 5,90 = 5.216.319,8 Estado: R\$ 3.382.829,20 = 2.086.527,92	R\$ 2.193.358,15	PORTARIA Nº 3.193, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019 Portaria GM/MS nº 1.555 de 31/07/2013 alterada pela Portaria 2001/03/08/2017; Port. De Consolidação GM/MS nº 2 de 03/10/2017 e Port Consolidação GM/MS nº 6 de 03/10/2017
		Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade	1.468 pessoas privadas de liberdade segundo portaria de 2021 x 17,73 = 26.037,6460,26	R\$ 2.193.358,15	PORTARIA GM/MS Nº 1.447, DE 29 DE JUNHO DE 2021 Portaria nº 2060 de 14 de agosto de 2017. Port. 2765 de 15/12/2014 e Port Consolidação GM/MS nº 6 de 03/10/2017
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 5.550.188,45	R\$ 2.193.358,15
TOTAL DO BLOCO AF					7.743.546,60
GESTÃO DO SUS					
		PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAN)	Repassado em parcela única de R\$ 60.000,00	R\$ 63.072,00	Portaria GM/MS no 1738 de 20/08/2013. Port. 2512 de 28/09/2017.
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 63.072,00	
TOTAL DO BLOCO GSUS					63.072,00
TOTAL				R\$ 394.886.207,25	R\$ 472.609.469,12

COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	AÇÃO/SERVIÇO/ESTRATÉGIA	RECEITA 2024 - MEMÓRIA DE CÁLCULO DETALHADA	FONTE		ATO NORMATIVO				
				FEDERAL	ESTADO					
ATENÇÃO BÁSICA										
		CAPITAÇÃO PONDERADA	Nº de equipes= equipes credenciadas e consistidas=	\$26.459.170,73		PORTARIA Nº 2.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019				
		INCENTIVO ADICIONAL SAÚDE BUCAL	158 - Implantar 10 equipes x R\$ 7.000,00/equipe	\$1.362.310,73		Port. GM/MS nº 2.436 de 21/09/2017				
		IMPLANTACAO SAUDE BUCAL - SB	ESB 110 equipes (100 existentes + 10 novas) x R\$	\$1.626.370,56		PORTARIA Nº 1.039 DE 21/09/2017				
		ASSISTENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR	2.230,00 x 91,598 = 204.219,65 meses	\$8.981.835,27		PORTARIA Nº 4.039 SOLIDAÇÃO Nº 6 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017				
		FÓRTEC POR PLANETAS A ATUAÇÃO DA	PACS 5% 1550 = 77,5	\$472.728,17		PORTARIA Nº 4.039 SOLIDAÇÃO Nº 6 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017				
		INCENTIVO ÀS EQUIPES FINANCEIRAS	200 x 480 x 25 = 2.400.000 x 19,735 =	\$1.124.304,06		PORTARIA Nº 4.039 SOLIDAÇÃO Nº 6 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017				
		INCENTIVO DE DESPESAS POR EQUIPES	Valor potencial do município ao ano:4.166.648	\$1.841.694,15		PORTARIA GM Nº 5.222, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019				
		PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	PSE = 60 escolas (31.345 alunos atendidos)	\$79.575,52		PORTARIA 1055 DE 25/04/2016 PORTARIA 2.264 DE 30/08/2019				
		ACADEMIA DA SAÚDE	Repasso de custeio de 3 Academias: 3 x R\$ 3.000, 00	\$119.342,32		Port. GM/MS nº 2.436 de 21/09/2017 PORTARIA DE				
		UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA	01 UOM (R\$ 4.680,00)	\$62.058,00		PORTARIA Nº 3.086, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017				
		SAÚDE PRISIONAL	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (4.392,83)	\$58.250,06		PORTARIA Nº 3.086, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017				
		EQUIPES DE CONSULTÓRIOS NA RUA (RSM-)	Custeio de 04 Equipes de Consultório na Rua	\$1.867.044,23		CONSOLIDAÇÃO Nº 6 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017				
		EBAC - CENTRO DE ESPECIALIDADES	Custeio de 01 UOM (R\$ 4.680,00) x 12 meses =	\$627.210,17		PORT. DE 18 DE SETEMBRO DE 2017; PORTARIA DE				
		PROTESES DENTÁRIAS	PARA O PRECATORIO ANO DE 2024 10.000,00 x 12 meses =	\$298.355,79		CONSOLIDAÇÃO Nº 6 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017				
		INFORMATIZA APS	500.000,00 x 12 meses =	\$3.448.992,92		PORTARIA Nº 2.983, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019				
	EXTRA	RECURSOS ABVS - APOIO SESAP	Utiliza PEC Repasse mensal de 88.412,2 x 12		R\$ 1.115.266,86	Portaria.nº 166GS/SESAP de 15/12/2009. Portaria 242 GS/SESAP de 30/06/14				
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 48.429.242,68	R\$ 1.115.266,86					
TOTAL DO BLOCO AB						R\$ 49.544.509,54				
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				FEDERAL	VALOR	REAL	ESTADUAL	MARCO	LEGAL	
MAC/LIMITE FINANCEIRO	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL	01 CAPS AD II Norte (R\$ 33.086,25 x 12) + 01 CAPS AD II Leste (R\$ 33.086,25 x 12) = 816.030,00		R\$ 3.927.323,55			Portaria 3089 de 30/12/2011; 3090 de 30/12/2011; Port. 121 de 66/01/12; NOTA TÉCNICA Nº 112/2019 - CGMAD/APS/SAS/MS. PORTARIA Nº 3.686, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017		
		TETO MUNICIPAL REDE PSICOSSOCIAL	01 CAPS Psicossocial (R\$ 33.086,25 x 12) = 397.035,00		R\$ 371.957,51			PORTARIA Nº 10 DE 3 DE JANEIRO DE 2017		
		TETO MUNICIPAL LIMITE UP	UPA 1 (R\$ 18.564,36 x 12) = 222.772,32		R\$ 18.564.360,19		\$9.282.180,10	PORTARIA Nº 2.183, DE 16 DE AGOSTO DE 2019; PORTARIA Nº 832, DE 9 DE MAIO DE 2019; PORT. 219 de 11 DE FEVEREIRO DE 2011		
		SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL AS URGÊNCIAS - SAMU 192	Custeio = Serviços Qualificados: [03 USA (3 x116.652,00 = 349.956)] + 09 USB (9 x 105.528,00 = 949.752) + 01		R\$ 8.315.388,00		\$4.157.694,00			
		TETO MUNICIPAL REDE HOSPITALAR	10 Leitos de UTI Adulto Tipo II (10 leitos x valor da diária (R\$ 800,00) x 365 (dias) x 0,90 (taxa de ocupação)		R\$ 2.903.996,34			PORTARIA Nº 2.395, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011;		
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$	34.083.025,59	R\$	13.439.874,10	R\$	47.522.899,69	
							FEDERAL	ESTADUAL	PORTARIAS	
MAC/LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	LIMITE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE VIVER SEM LIMITES	Repasso mensal no valor de 153.866,01 X 12 = 1.846.392,12 para custeio de procedimentos de		R\$ 4.692.354,34			Portaria 835 26/04/2012 e Port. 2109 de 24/09/2012		
		TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	Custeio de 15 Leitos de UTI Adulto Tipo II (15 leitos x valor da diária (R\$ 800,00) x 365 (dias) x 0,90 (taxa de ocupação)		R\$ 275.873.923,55		R\$ 63.538.732,80	Portaria MS, SAS Nº 06 de 04/01/2018 e o TCEP Base de cálculo		
		TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-CEGO)	Custeio de 01 CAPS de Referência em Saúde Mental (R\$ 33.086,25 x 12) = 397.035,00		R\$ 4.677.823,75			PORTARIA Nº 904 DE 29/05/2013 (Revogada pela Portaria nº 11 de 01/01/2015)		
		TETO MUNICIPAL REDE DE URGÊNCIA (RAU-URGE)	Leitos dos Hospitais: Memorial, Hospital do Coração, Hospital Pedro Ernesto, Hospital de São João, Hospital de São José, Hospital de São Vicente, Hospital de São João de Deus, Hospital de São João de							

PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PPVISA	PVVS	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 664.097,50 /mês(parcela extra)	R\$ 8.806.103,70	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		FORTELEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO	R\$77,5 X 451=34.952,5 /mês	R\$ 463.479,15	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		INC. ADIC. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 664.097,50 /mês(parcela extra)	R\$ 733.841,97	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		INC. ADIC. FORT. POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRAT DE ACE - 5 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 34.952,50 (parcela extra)	R\$ 38.623,26	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		PROGRAMA DE QUALIFICAÇÕES DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (POA-VS) - PVVS - PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA	Parcela anual R\$ 58.4218,80 cota única VIGENTE	R\$ 645.574,30	PORTARIA Nº 2.369, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019
		PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS	Parte ANVISA/FNS - 12 parcelas = 44.524,00	R\$ 590.399,70	PORT. MS/GM Nº 682 DE 02/04/2020
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 16.330.840,47	
EXTRA-TETO - RECURSOS DA TAXA DE ALVARÁ SANITÁRIO	Taxa de Alvará (Fonte 100000) = Receita prevista de 2019 (840.000,00) acrescida de 5% = R\$ 882.000,00	TX ALVARÁ SANITÁRIO		R\$ 1.127.633,67	Lei Municipal nº 4.724/1995
		SALDO DA TX NÃO EXECUTADA			
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA					
TOTAL DO BLOCO VS				R\$ 17.458.474,14	R\$ 17.458.474,14
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA					
BÁSICO DA AF	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	União: Pop. estimada IBGE ano 2019: 890.480 x 5,90 = 5.261.319,8 Estado: R\$ 3.805.597,00 = 2.086.527,92	R\$ 2.305.658,09	PORTARIA Nº 3.193, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019 Portaria GM/MS nº 1.555 de 31/07/2013 alterada pela Portaria 2001/03/08/2017; Port. De Consolidação GM/MS nº 2 de 03/10/2017 e Port Consolidação GM/MS nº 6 de 03/10/2017
		Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade	1.468 pessoas privadas de liberdade segundo portaria de 2021 x 17,73 = 26.037,61	R\$ 27.761,11	PORTARIA GM/MS Nº 1.447, DE 29 DE JUNHO DE 2021 Portaria nº 2060 de 14 de agosto de 2017. Port. 2765 de 15/12/2014 e Port Consolidação GM/MS nº 6 de 03/10/2017
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 5.334.358,11	R\$ 2.305.658,09
TOTAL DO BLOCO AF					8.140.016,20
GESTÃO DO SUS					
		PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAN)	Repassado em parcela única de R\$ 60.000,00	R\$ 66.301,29	Portaria GM/MS no 1738 de 20/08/2013. Port. 2512 de 28/09/2017.
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 66.301,29	
TOTAL DO BLOCO GSUS					66.301,29
TOTAL				R\$ 416.389.340,31	R\$ 80.399.531,85
					R\$ 497.916.505,83

PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PFVISA	PVVS	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 664.097,50 /mês(parcela extra)	R\$ 9.256.976,21	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		FORTALEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO	R\$77,5 X 451=34.952,5 /mês	R\$ 487.209,28	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		INC. ADIC. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 664.097,50 /mês(parcela extra)	R\$ 771.414,68	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		INC. ADIC. FORT. POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRAT DE ACE - 5 POR CENTO	ACE elegíveis (451): R\$ 34.952,50 (parcela extra)	R\$ 40.600,77	Portaria GM/MS nº 2.663/2019. ; PORT. 3708/2018
		PROGRAMA DE QUALIFICAÇÕES DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PQA-VS) - PVVS - PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA	Parcela anual R\$ 58.4218,80 cota única VIGENTE	R\$ 678.627,70	PORTARIA Nº 2.369, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019
		PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS	Parte ANVISA/FNS - 12 parcelas = 44.524,00	R\$ 620.628,16	PORT. MS/GM Nº 682 DE 02/04/2020
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 17.166.979,50	
EXTRA-TETO - RECURSOS DA TAXA DE ALVARÁ SANITÁRIO	Taxa de Alvará (Fonte 100000) = Receita prevista de 2019 (840.000,00) acrescida de 5% = R\$ 882.000,00	TX ALVARÁ SANITÁRIO		R\$ 1.127.633,67	Lei Municipal nº 4.724/1995
		SALDO DA TX NÃO EXECUTADA			
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA					
TOTAL DO BLOCO VS				R\$ 18.294.613,17	R\$ 18.294.613,17
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA					
BÁSICO DA AF	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	União: Pop. estimada IBGE ano 2019: 890.480 x 5,90 = 5.216.319,8 Estado: 8.362.890,370 = 2.086.527,92		PORTARIA Nº 3.193, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019 Portaria GM/MS nº 1.555 de 31/07/2013 alterada pela Portaria 2001/03/08/2017; Port. De Consolidação GM/MS nº 2 de 03/10/2017 e Port Consolidação GM/MS nº 6 de 03/10/2017
		Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade	1.468 pessoas privadas de liberdade segundo portaria de 2021 x 17,73 = 26.037,0233,68		PORTARIA GM/MS Nº 1.447, DE 29 DE JUNHO DE 2021 Portaria nº 2060 de 14 de agosto de 2017. Port. 2765 de 15/12/2014 e Port Consolidação GM/MS nº 6 de 03/10/2017
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 6.133.077,25	R\$ 2.423.707,78
TOTAL DO BLOCO AF					8.556.785,03
GESTÃO DO SUS					
		PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAN)	Repassado em parcela única de R\$ 60.000,00	R\$ 69.695,92	Portaria GM/MS no 1738 de 20/08/2013. Port. 2512 de 28/09/2017.
SUBTOTAL COMPONENTE/SUBCOMPONENTE/AÇÃO/ESTRATÉGIA				R\$ 69.695,92	
TOTAL DO BLOCO GSUS					69.695,92
TOTAL				R\$ 437.708.474,58	R\$ 84.515.987,88
					R\$ 523.352.096,13



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Secretaria Municipal de Administração - CNPJ: 08.241.747/0004-96

CHEFIA DE GABINETE

Rua Santo Antônio, 665, Centro Cep: 59025-520

Natal/RN, 08 de fevereiro de 2022.

OFICIO Nº 372/2022 - SEMAD-GAB/SEMAD

Assunto: Previsão das receitas para Projeto de Lei LDO 2022

Prazo para Resposta

ATÉ

18 / 03 / 2022

Ilmº, Sr.

Thiago de Paula Nunes Mesquita

Secretário da SEMURB

DESPACHO

em 08 / 02 / 2022

Autue-se.

Se. bag. SEMURB para
cômputo e validação das
previdências e admissões.

THIAGO DE PAULA NUNES MESQUITA

Secretário/SEMURB

Mat.: 72.624-3

Senhor Secretário,

Solicitamos a V.Sª nos enviar **impreterivelmente até o dia 18/03/2022**, para fins de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, que nos envie a estimativa de Receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, a estimativa de Receita com Convênios e Operações de Crédito.

Na previsão de arrecadação da receita para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, a metodologia de cálculo a ser adotada deve atender as normas Portaria Conjunta nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações, como também o 12º Manual de Demonstrativo Fiscais da STN com objetivo de padronizar a projeção das receitas do Município.

Ressaltamos que os valores a ser informado deverão vir acompanhados da memória e metodologia de cálculo.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atentiosamente,

A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico: <http://www2.natal.rn.gov.br/sempa/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora: 1459.128d a918.1963 d305.5b1e 799d.f077. Data/Hora: 08/02/2022 08:47:59

Impressão Gerada em: 08/02/2022 11:38:57
por: Juliana Medeiros

Ofícios 372/2022-CHEFIA DE GABINETE

1/0



Movimentações / Despachos

Enviado em	Origem	Destino	Recebido em	Despacho	Somente Leitura <input type="checkbox"/>
08/02/2022 10:50:59 por leila.medeiros	SEMAD-GAB	SEMURB	08/02/2022 11:38:47 por juliana.medeiros		Não

A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico:
<http://www2.natal.rn.gov.br/semplo/paginas/ctd-1155.html> com as dados chave validadora: 1459.128d a918.1963
d305.5b1e 799d.f077, Data/Hora: 08/02/2022 08:47:59

Impressão Gerada em: 08/02/2022 11:38:57
por: juliana.medeiros

Ofícios 372/2022-CHEFIA DE GABINETE

3/5



Arquivos Anexos

Objeto	Arquivo	Usuario	Data Inclusão
informa??o	372-2022.pdf	leila.medeiros	08/02/2022 09:46:31

A autenticidade do documento poderá ser verificada no endereço eletrônico: <https://www2.natel.m.gov.br/sempla/paginas/ctd-1155.html> com os dados chave validadora: 1459.128d a918.1963 d305.5b1e 799d.f077. Data/Hora: 08/02/2022 08:47:59

Impressão Gerada em: 08/02/2022 11:38:57
por: juliana.medeiros

Ofcins 372/2022-CHEFIA DE GABINETE

42





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Origem

SEMURB - Chefia de Gabinete

Destino

SEMURB - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

De Ordem do Titular deste Órgão, encaminhem-se os autos ao Departamento de Administração Geral - DAG/SEMURB, para ciência e adoção das providências cabíveis.

Natal, 09/02/2022

THIAGO MEDEIROS FRANCA

Matrícula: 000356





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Origem

SEMURB - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Destino

SEMURB - TATIANA VIRGINIA ROQUE - DAG-SF

Encaminho os autos para atendimento da demanda solicitada, dentro do prazo estabelecido (18/03/22).

Natal, 09/02/2022

MARIA LUIZA MARINHO FERNANDES MEDEIROS

Matrícula: 728272



[illegible]

Interpret the signal values.

[illegible]

Agradecemos a todos los colaboradores. Da aco. N.º 11.972 - Diffundir, a la sala de Paul. Nunes, Lisboa.

[illegible]

DESCRIÇÃO	11.2.1.26.00.01		2023		2024		2025	
	Arrecadação 2023	PIA Mensal	PIA Mensal	Valor Projeção	PIA Mensal	Valor Projeção	PIA Mensal	Valor Projeção
Janeiro	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Fevereiro	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Março	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Abril	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Mai	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Junho	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Julho	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Agosto	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Setembro	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Outubro	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Novembro	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
Dezembro	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8	27	1.114,8
TOTAL	270	11.338,2	270	11.338,2	270	11.338,2	270	11.338,2

1994-1995

[illegible][illegible][illegible]

[illegible][illegible]

Agradecemos a todos los participantes en el estudio. Este estudio fue financiado por el Ministerio de Sanidad y Consumo, Gobierno de España. El estudio fue registrado en el Registro de Estudios de Observación Epidemiológica (REO) con el número 2015-00001.

[illegible]

[illegible]

187

REC-75 32% Taxa de Implantação - SFMURR - 11-072											
CLASSIFICAÇÃO 31.42.99.00.01											
ABO	Anexo 2023	RUA Mensal	1AC	V. Origem 2023	Plano Regulatório R\$	Delta Est. Fac. R\$	Taxa Implantação 1AC	Implantação Taxa Implantação	2023 2024 2025		
ABO 00	21		1,2537	4,2			-0,007	22	1,0045	0,0371	24
ABO 01	28		1,2537	2,9			-0,007	30	1,0045	0,0371	21
ABO 02	43		1,2537	4,3			-0,007	45	1,0045	0,0371	48
ABO 03	58		1,2537	6,0			-0,007	60	1,0045	0,0371	62
ABO 04	20		1,2537	2,7			-0,007	28	1,0045	0,0371	29
ABO 05	35		1,2537	3,3			-0,007	33	1,0045	0,0371	36
ABO 06	20		1,2537	2,7			-0,007	28	1,0045	0,0371	29
ABO 07	75		1,2537	7,4			-0,007	75	1,0045	0,0371	77
ABO 08	74		1,2537	7,3			-0,007	73	1,0045	0,0371	75
ABO 09	33		1,2537	3,4			-0,007	33	1,0045	0,0371	35
ABO 10	24		1,2537	2,3			-0,007	23	1,0045	0,0371	26
ABO 11	23		1,2537	2,2			-0,007	22	1,0045	0,0371	27
TOTAL	401			4,7			4,2				441

Outras Taxas e Tributos 11-072	3,0
Janeiro a Dezembro 2023 (31/12/23)	3,0

Outubro 2023	14,7
Outubro 2023	14,7



Indicador de Assessoria Administrativa - Documento 11-072 - Indicado para o plano SFMURR - 45710 - TATIANA VIRGINIA RODRIGUES
Indicador de Assessoria Administrativa - Documento 11-072 - Indicado para o plano SFMURR - 45710 - TATIANA VIRGINIA RODRIGUES
Documento assinado em 23/03/2022 às 12:43:38

15. 10



Assessoria Administrativa - Documento 11-072 - Indicado para o plano SFMURR - 736243 - Triagem de Paulo Nunes Mesquita
Assessoria Administrativa - Documento 11-072 - Indicado para o plano SFMURR - 736243 - Triagem de Paulo Nunes Mesquita
Documento assinado em 23/03/2022 às 13:06:15

15. 10



Assessoria Administrativa - Documento 11-072 - Indicado para o plano SFMURR - 606600 - Ana Maria Felipe da Oliveira
Assessoria Administrativa - Documento 11-072 - Indicado para o plano SFMURR - 606600 - Ana Maria Felipe da Oliveira
Documento assinado em 23/03/2022 às 13:47:54

15. 10

PREVISÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PARA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2023

THIAGO DE PAULA NUNES MESQUITA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

TÉCNICO:

Ana Maria Felipe de Oliveira - Chefe do Setor Financeiro
Tatiana Virginia Roque - Contadora

Data elaboração 23/03/2022

1



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: SEMURB - 457710 - TATIANA VIRGINIA ROQUE
<https://nata.natal.mg.gov.br/semurbservlet/RSAction?perform6&formID=645637056&formElaioes¶m1=30a02e84ded06b2d5a203bd77541e84e¶m2=25154756¶m3=836015>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SEMURB-20220122528 em 23/03/2022 às 12:46:34

14. 22



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: SEMURB - 732643 - Thiago de Paula Nunes Mesquita
<https://nata.natal.mg.gov.br/semurbservlet/RSAction?perform6&formID=645637056&formElaioes¶m1=79a02e84ded06b2d5a203bd77541e84e¶m2=25154756¶m3=836015>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SEMURB-20220122528 em 23/03/2022 às 13:03:12

15. 22



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: SEMURB - 609600 - Ana Maria Felipe de Oliveira
<https://nata.natal.mg.gov.br/semurbservlet/RSAction?perform6&formID=645637056&formElaioes¶m1=6502e84ded06b2d5a203bd77541e84e¶m2=25154756¶m3=836015>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SEMURB-20220122528 em 23/03/2022 às 13:46:04

16. 22

SUMÁRIO

ESTIMATIVA DAS RECEITAS PARA A LDO DE 2023

1 Previsão de Receitas Orçamentárias para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 a Preços Correntes.

1.1 – Planilha (em anexo)

1.2 – Notas Explicativas sobre os valores constantes na planilha.

2 Previsão de Receitas Orçamentárias para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 a Preços Constantes.

2.1 – Planilha (em anexo);

2.2 – Notas Explicativas sobre os valores constantes na planilha.

NOTAS EXPLICATIVAS DA METODOLOGIA DA ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA DE RECEITA PARA O PERÍODO DE 2023 A 2025

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS:

Parâmetros
Crescimento Real do PIB (a.a. %)
Crescimento Real do PIB (a.a. %) - Serviços ISECT

2021	2022	2023	2024	2025
8,50	0,19	1,30	2,00	2,00
4,70	0,30	1,30	1,00	1,20

Expectativas de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Séries Históricas - Expectativas de Mercado Mediana da amostra HACFIN) com posição em 03/03/2022.

Data elaboração 23/03/2022

2



Assinado eletronicamente - Decisão Nº 11.972 - Utilizando usuário e senha por: SEMURB - 452710 - TATIANA VITÓRIA RODRIGUES
https://nata.mg.gov.br/semurp/semurp/Default.aspx?formid=64963705&formid=64963705¶m1=30e02e04de0362d5a207bd77561e045¶m2=25154756¶m3=836015
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SEMURB-20220122508 em 23/03/2022 às 12:46:34

14. 25



Assinado eletronicamente - Decisão Nº 11.972 - Utilizando usuário e senha por: SEMURB - 452710 - TATIANA VITÓRIA RODRIGUES
https://nata.mg.gov.br/semurp/semurp/Default.aspx?formid=64963705&formid=64963705¶m1=30e02e04de0362d5a207bd77561e045¶m2=25154756¶m3=836015
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SEMURB-20220122508 em 23/03/2022 às 12:46:34

15. 25



Assinado eletronicamente - Decisão Nº 11.972 - Utilizando usuário e senha por: SEMURB - 452710 - TATIANA VITÓRIA RODRIGUES
https://nata.mg.gov.br/semurp/semurp/Default.aspx?formid=64963705&formid=64963705¶m1=30e02e04de0362d5a207bd77561e045¶m2=25154756¶m3=836015
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SEMURB-20220122508 em 23/03/2022 às 12:46:34

16. 25

Indirect manual page 2021, INCA, DACEN

2021	Janeiro	0,25
	Fevereiro	0,86
	Março	0,93
	Abril	0,31
	Mai	0,83
	Junho	0,53
	Julho	0,86
	Agosto	0,87
	Setembro	1,16
	Outubro	1,25
	Novembro	0,95
	Dezembro	0,72

Influenza mensal nora 2022 - DACIN

2022	Janeiro	0,55
	Fevereiro	0,93
	Março	0,35
	Abril	0,55
	Mai	0,50
	Junho	0,36
	Julho	0,48
	Agosto	0,34
	Setembro	0,17
	Outubro	0,45
	Novembro	0,44
	Dezembro	0,38

In 1986, the first year of the study, the mean age of the participants was 20.2 years (SD = 1.5 years).

2023	Janeiro	0,40
	Fevereiro	0,42
	Março	0,30
	Abril	0,30
	Maior	0,23
	Junho	0,19
	Julho	0,20
	Agosto	0,16
	Setembro	0,22
	Outubro	0,31
	Novembro	0,31
	Dezembro	0,48

Influenza muncial nua 2024 IPCA - RACEN

2024		
	Janeiro	0,36
	Fevereiro	0,38
	Março	0,38
	Abril	0,38
	Maior	0,40
	Junho	0,38
	Julho	0,38
	Agosto	0,38
	Setembro	0,38
	Outubro	0,38
	Novembro	0,38
	Dezembro	0,40

A partir de fevereiro/2024 consideramos o índice U30 a.m. considerando o último valor divulgado na expectativa de mercado Índice de Preços - IPCA Federais de 25/02/2022.

O FCA é o órgão oficial do Governo Federal, e a terminologia para medição das metas inflacionárias controladas com o FMI, a partir de julho/99.

As mudanças foram essenciais para o crescimento econômico brasileiro, mas essas mudanças não foram suficientes para superar a crise. A partir dos anos 1980, a crise econômica se tornou mais profunda, com a inflação atingindo níveis de 100% ao ano. Nesse contexto, a política econômica adotada pelo governo Collor (1990-1994) foi considerada uma das principais causas da crise. A política econômica adotada pelo governo Collor foi baseada em medidas de austeridade, com o objetivo de reduzir a inflação. No entanto, essas medidas não foram suficientes para controlar a inflação, que continuou a subir. Além disso, a política econômica adotada pelo governo Collor também foi criticada por ser muito rígida e por não ter considerado as necessidades da população. Como resultado, a crise econômica se agravou, levando a uma crise de confiança no governo Collor e, eventualmente, à sua queda.

Se, no entanto, qualquer alteração dos valores estimados por esta secretaria, necessitar de análise prévia da BEMUT/Financeiro, com o fim de ratificar os motivos para a alteração, ciente da LXXXI/06.

Fonte: <http://www.bcb.gov.br> = Banco Central do Brasil

METODOLOGIA GERAL DE ESTIMATIVA DE RECEITA PARA 2023, 2024 e 2025.

1 – Admite-se que em 2023, 2024 e 2025 a receita repercutirá a inflação havida nos exercícios anteriores, calculados mês a mês, resultante da indexação do tributo ao IPCA/BACEN;

2 – Crescimento da receita resultante da estimativa de desempenho do PIB para os exercícios de 2023, 2024 e 2025:

3- Ganhos de arrecadação decorrente de melhorias da administração tributária, combate à inadimplência, sonegação, manutenção cadastral, Cadastro Sincronizado, Monitoramento Eletrônico – Inteligência Fiscal, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

A representação matemática para o cálculo é a seguinte:

Data elaboração 23/03/2022

9

[illegible]

1428

[illegible]

15-22

[illegible]

48-50

4958

RESOLUÇÃO Nº 11.265/2010		2023		2024		2025	
Atividade 2023	BCA 2023-24	% Cumulativa 2023	Despesa (previsão) R\$	Limite (previsão) R\$	Exercício 2023	Exercício 2024	Exercício 2025
Atividade	2	2,12%	2	1.021,7	1.021,7	2	1.021,7
Despesa em	27	1,10%	30	1.021,7	1.021,7	30	1.021,7
% em	24	2,12%	28	1.021,7	1.021,7	40	1.021,7
% em	27	1,10%	27	1.021,7	1.021,7	30	1.021,7
% em	30	2,12%	33	1.021,7	1.021,7	32	1.021,7
% em	20	1,10%	23	1.021,7	1.021,7	23	1.021,7
% em	42	2,12%	45	1.021,7	1.021,7	45	1.021,7
% em	29	1,10%	33	1.021,7	1.021,7	22	1.021,7
% em	20	1,10%	10	1.021,7	1.021,7	10	1.021,7
% em	1	1,10%	1	1.021,7	1.021,7	1	1.021,7
% em	15	2,12%	16	1.021,7	1.021,7	17	1.021,7
% em	45	1,10%	47	1.021,7	1.021,7	22	1.021,7
Total	100	2,12%	282	282	282	282	282

Case-control study, Prospective
 (case-control, cohort, cross-sectional)



Indirizzo e Assegno elettronicamente - Decreto N° 11.972 - Alimento pagato a esento con: SEMURB - 57710 - TATIANA VIEGINIA RODRIGUEZ - rodreza@redia.azul.com.ar - DIFES, sector "regimen m/m", con D-464500 / 034816, elido local para m/m b/a 9/9/19/95/2000", arduo: ca.tributofsa.gov.ar?m=2501100&id=6600 - Documento de pago con el: "Documento de pago" Elido con: SEMURB - 2022/01/25/28 con 250132022 AS - 2.05.02

[illegible][illegible]

MEMÓRIA DE CÁLCULO
1º EDIÇÃO
RELAÇÕES CORRETIÇÔES

Relações por Grupo de Meio Ambiente														
CATEGORIA	Ano de Instalação	Ano de Operação	HSCA	LAC	Situação	2023			2024			2025		
						Ativo	Em Manutenção	Em Manutenção	Ativo	Em Manutenção	Em Manutenção	Ativo	Em Manutenção	Em Manutenção
SAC	2010	2010	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL							1	1	1	1	1	1	1	

SAC	1	1	1
-----	---	---	---



Relatório de Avaliação Ambiental - Decreto Nº 11.872 - Atividade: extração e beneficiamento de minérios de ferro e manganês. Local: Serra da Formosa, Município de São João del-Rei, Minas Gerais. Documento assinado em 26/03/2023 às 12:08:12.

15/26



Relatório de Avaliação Ambiental - Decreto Nº 11.872 - Atividade: extração e beneficiamento de minérios de ferro e manganês. Local: Serra da Formosa, Município de São João del-Rei, Minas Gerais. Documento assinado em 26/03/2023 às 12:08:12.

15/26



Relatório de Avaliação Ambiental - Decreto Nº 11.872 - Atividade: extração e beneficiamento de minérios de ferro e manganês. Local: Serra da Formosa, Município de São João del-Rei, Minas Gerais. Documento assinado em 26/03/2023 às 12:08:12.

15/26

MEMÓRIA DE CÁLCULO
1º EDIÇÃO
REGLAS COMPENSILAS

10.23.14 - Início de Serviços Universitários - Início do Licenciamento									
CASSERINHO									
11.22.81.20.01									
ANO	Anuidade 2023	IPC Mensal	PAC	V. Formação 2022	Preço de Formação R\$	2023		2024	
						Preço Previdido R\$	Previdido R\$	Previdido R\$	Previdido R\$
Jan/23	34		2.529,7	35		1.025,7	35	1.025,7	36
Fev/23	30		2.507,5	30		1.017,7	30	1.017,7	30
Mar/23	28		2.507,5	27		1.024,5	28	1.024,5	40
Abr/23	21		2.500,3	22		1.022,2	22	1.022,2	25
Mai/23	38		2.500,3	39		1.023,0	39	1.023,0	40
Jun/23	34		2.500,3	35		1.017,7	35	1.017,7	35
Jul/23	24		2.528,7	25		1.025,5	25	1.025,5	26
Ago/23	27		2.528,7	27		1.017,7	27	1.017,7	26
Set/23	21		2.528,7	22		1.017,7	22	1.017,7	23
Out/23	24		2.528,7	25		1.024,6	25	1.024,6	26
Nov/23	25		2.528,7	26		1.024,6	26	1.024,6	27
Dez/23	22		2.528,7	23		1.024,6	23	1.024,6	24
TOTAL	263			273			276		287

CASSERINHO	2023
Previdido	276



Protocolo e Assinatura eletrônica - Decreto Nº 11.872 - Utilizando assinatura e senha por SEMURB - 457740 - TATIANA VIRGINIA RODRIGUES
trazendo: directoria.azul.mg.gov.br/form.jsp?sys=DIRS&action=cpanto.mform.D-404680703&form=lstdoc¶m1=107079807¶m2=20310098¶m3=835015
Documento assinado em 26/03/2022 às 12:05:02

15.34



Assinatura eletrônica - Decreto Nº 11.872 - Utilizando assinatura e senha por SEMURB - 660860 - Ana Maria Felipe de Oliveira
trazendo: directoria.azul.mg.gov.br/form.jsp?sys=DIRS&action=cpanto.mform.D-404680703&form=lstdoc¶m1=410079807¶m2=20310098¶m3=835015
Documento assinado em 26/03/2022 às 12:08:12

15.34



Assinatura eletrônica - Decreto Nº 11.872 - Utilizando assinatura e senha por SEMURB - 706243 - Thieres de Paula Nunes Mesquita
trazendo: directoria.azul.mg.gov.br/form.jsp?sys=DIRS&action=cpanto.mform.D-404680703&form=lstdoc¶m1=0668766430078824570422407¶m2=20310098¶m3=835015
Documento assinado em 26/03/2022 às 12:26:52

15.34

MEMÓRIA DE CÁLCULO

1º EDIÇÃO

RELAÇÕES COMPLEMENTARES

RELAÇÃO DE PREÇOS DE REFERÊNCIA - 2023		11/23/24/20/01		2023		2024		2025	
ANO	Amplitude 2023	IPC Nacional	PAR	V. Corrigido 2022	Unidade de Medida	Preço Projetado 2023	Preço Projetado 2024	Preço Projetado 2025	
Alfafa	13	22,290	44	44	kg	1,0257	22 1,0244	21 1,0273	24
Arroz	20	1,2107	29	29	kg	1,0307	36 1,0223	31 1,0346	31
Feijão	46	21,407	45	45	kg	1,0245	46 1,0305	43 1,0254	48
Milho	38	1,2107	40	40	kg	1,0322	40 1,0377	42 1,0370	42
Sorgo	26	1,400	17	17	kg	1,0230	28 1,0382	25 1,0430	29
Trigo	22	1,2107	23	23	kg	1,0377	23 1,0431	24 1,0476	27
Uva	26	21,282	27	27	kg	1,0255	27 1,0310	28 1,0356	29
Maqui	52	1,2107	54	54	kg	1,0375	53 1,0403	55 1,0367	57
Quinoa	73	21,282	76	76	kg	1,0230	72 1,0292	73 1,0258	78
Grão-de-bico	23	1,2107	24	24	kg	1,0310	24 1,0344	24 1,0336	25
Amendoim	24	21,282	25	25	kg	1,0356	25 1,0422	25 1,0458	26
Soja	25	21,282	26	26	kg	1,0344	26 1,0402	25 1,0419	27
TOTAL	401			617			473	476	441

Preço médio ponderado 2023	44
----------------------------	----



Relatório de Avaliação de Preços de Referência - 2023 - 11/23/24/20/01 - 2023 - 2024 - 2025
<https://repositorio.ufpa.br/bitstream/handle/ri/11111/1/Relatorio-de-Avaliacao-de-Precos-de-Referencia-2023-11-23-24-20-01-2023-2024-2025.pdf>
 Documento assinado em 26/03/2023 às 12:05:02

15.30



Relatório de Avaliação de Preços de Referência - 2023 - 11/23/24/20/01 - 2023 - 2024 - 2025
<https://repositorio.ufpa.br/bitstream/handle/ri/11111/1/Relatorio-de-Avaliacao-de-Precos-de-Referencia-2023-11-23-24-20-01-2023-2024-2025.pdf>
 Documento assinado em 26/03/2023 às 12:05:02

15.30



Relatório de Avaliação de Preços de Referência - 2023 - 11/23/24/20/01 - 2023 - 2024 - 2025
<https://repositorio.ufpa.br/bitstream/handle/ri/11111/1/Relatorio-de-Avaliacao-de-Precos-de-Referencia-2023-11-23-24-20-01-2023-2024-2025.pdf>
 Documento assinado em 26/03/2023 às 12:05:02

15.30

2947 - FUNAM

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	VALOR PREVISTO 2023	VALOR PREVISTO 2024	VALOR PREVISTO 2025
Taxa de Publicidade Comercial	17591302 R\$	243 R\$	256 R\$	271 R\$
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	17591302 R\$	3.829 R\$	3.829 R\$	4.068 R\$
Remuneração de Dep. Bancários Vinculados - FUNAM	17591303 R\$	10 R\$	10 R\$	10 R\$
Multas por Danos ao Meio Ambiente	17591302 R\$	91 R\$	96 R\$	102 R\$
Dívida Ativa Multa Infração Ambiental	17591302 R\$	27 R\$	28 R\$	29 R\$
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIO DA UNIAO	1700000 R\$	1 R\$	1 R\$	1 R\$
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIO DOS ESTADOS	1701000 R\$	1 R\$	1 R\$	1 R\$
		R\$ 4.016 R\$	4.221 R\$	4.482 R\$

2946 - FURB

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	VALOR PREVISTO 2023	VALOR PREVISTO 2024	VALOR PREVISTO 2025
Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Área Pública - Outorga Onerosa	17591301 R\$	695 R\$	731 R\$	777 R\$
Remuneração de Dep. Bancários Vinculados - FURB	17591301 R\$	10 R\$	10 R\$	10 R\$
Multas Urbanísticas da SEMURB	17591301 R\$	561 R\$	658 R\$	584 R\$
Multas Urbanísticas da SEMURB - Dívida Ativa	17591301 R\$	610 R\$	617 R\$	635 R\$
Taxa de Licença para Execução de Obra FURB	17591301 R\$	472 R\$	479 R\$	492 R\$
Taxa de Serviços Diversos - Lauda de Licenciamento	17591301 R\$	276 R\$	279 R\$	287 R\$
Taxa de Legalização - SEMURB	17591301 R\$	423 R\$	428 R\$	441 R\$
Taxa de Serviços Diversos - Licenciamento	17591301 R\$	9 R\$	10 R\$	10 R\$
Taxa de Regularização - SEMURB	17591301 R\$	105 R\$	106 R\$	109 R\$
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIO DA UNIAO	1700000 R\$	1 R\$	1 R\$	1 R\$
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIO DOS ESTADOS	1701000 R\$	1 R\$	1 R\$	1 R\$
		R\$ 3.163 R\$	3.320 R\$	3.347 R\$



Incluído e Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.872 - utilizando assinatura e senha por: SEMURB - 457740 - TATIANA VIRGINIA ROQUE
https://directa.azul.mg.gov.br/comp/m8form/D=464687098form=letdoc¶m1=67b79807c8b53200c7a82b7ca1c6b58¶m2=25317006¶m3=630079
Documento assinado em 26/03/2022 às 12:05:02

45. 38



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.872 - utilizando assinatura e senha por: SEMURB - 680600 - Ana Maria Felipe de Oliveira
https://directa.azul.mg.gov.br/comp/m8form/D=464687098form=letdoc¶m1=41cc7e513a6b595428057949d5e807c8b53200c7a82b7ca1c6b58¶m2=25317006¶m3=630079
Documento assinado em 26/03/2022 às 12:06:12

45. 38



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.872 - utilizando assinatura e senha por: SEMURB - 728243 - Thiago de Paula Nunes Mesquita
https://directa.azul.mg.gov.br/comp/m8form/D=464687098form=letdoc¶m1=06c6876c430075824570452d01c4b658¶m2=25317006¶m3=630079
Documento assinado em 26/03/2022 às 12:26:50

45. 38



DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Origem

SEMURB - SETOR FINANCEIRO - TATIANA VIRGINIA ROQUE

Destino

SEMAD - Protocolo

Atendido o Ofício da SEMAD nº372/2022, de 08/02/2022, devolve-se com a Previsão da Receita para a LDO 2023.

Natal, 25/03/2022

TATIANA VIRGINIA ROQUE

Matrícula: 457710





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Origem

SEMAD - Protocolo

Destino

SEMAD - Chefe de Gabinete

À Chefe de Gabinete para providências.

Natal, 25/03/2022

MARIA MONALISA MARTINS DA MATA

Matrícula: 610461





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Origem

SEMAD - Chefia de Gabinete

Destino

SEMAD - SECRETARIA ADJUNTA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

À SADOFI para conhecimento e providências.

Natal, 28/03/2022

ADAMIRES FRANCA

Matricula: 659142





DESPACHO

CPF/CNPJ do Requerente	Nome/Razão Social do Requerente
08.241.747/0004-96	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Endereço	
R. SANTO ANTONIO, 665 - Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-520	
Assunto	
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES	

Encaminhe o Presente processo ao Gabinete da SEMAD QUE SEJA enviado a SEMURB solicitando o seu arquivamento tendo em vista que o Projeto de Lei da LDO 2023, foi enviado ao Poder Legislativo através da Mensagem n. 049/2022, de 25/04/2022, que trata da Lei de diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.

Natal, 18 de maio de 2022





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Origem

SEMAD - Chefia de Gabinete

Destino

SEMURB - PROTOCOLO

Tendo em vista o despacho emitido em fl. 43, sigam os autos à SEMURB para conhecimento.

Natal, 18/05/2022

ADAMIRES FRANCA

Matrícula: 859142





DESPACHO

Dados do Requerente

08.241.747/0004-96 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Dados do Processo

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Origem

SEMURB - PROTOCOLO

Destino

SEMURB - Chefe de Gabinete

Para Providência

Natal, 19/05/2022

GEORGE ALYSSON FIGUEREDO DE LIMA

Matrícula: 459780





TERMO DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO

CPF/CNPJ do Requerente	Nome/Razão Social do Requerente
08.241.747/0004-96	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Endereço	
R. SANTO ANTONIO, 665 - Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-520	
Assunto	
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES	

Tendo em vista a ciência da resposta por parte da SEMAD, arquivem-se os autos.

Natal, 19 de maio de 2022

